

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

Marília Bervian Dal Moro

**O Exame Nacional do Ensino Médio e a constituição do estudante nota 1000:
*SEJA QUAL FOR A SUA ESCOLHA, PRESTE O ENEM!***

Porto Alegre
2017

Marília Bervian Dal Moro

**O Exame Nacional do Ensino Médio e a constituição do estudante nota 1000:
*SEJA QUAL FOR A SUA ESCOLHA, PRESTE O ENEM!***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda Wanderer.

Linha de pesquisa: Estudos Culturais em Educação.

Porto Alegre
2017

CIP - Catalogação na Publicação

Dal Moro, Marília Bervian

O Exame Nacional do Ensino Médio e a constituição do estudante nota 1000: SEJA QUAL FOR A SUA ESCOLHA, PRESTE O ENEM! / Marília Bervian Dal Moro. -- 2017. 123 f.

Orientadora: Fernanda Wanderer.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Enem. 2. Governamentalidade. 3. Objetivação e Subjetivação. 4. Disciplina. 5. Facebook. I. Wanderer, Fernanda, orient. II. Título.

Marília Bervian Dal Moro

**O Exame Nacional do Ensino Médio e a constituição do estudante nota 1000:
*SEJA QUAL FOR A SUA ESCOLHA, PRESTE O ENEM!***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Educação.

Aprovação em _____ de _____ de _____.

Profa. Dra. Fernanda Wanderer – Orientadora

Profa. Dra. Adriana da Silva Thoma – UFRGS

Profa. Dra. Fabiana Amorim Marcello – UFRGS

Profa. Dra. Gelsa Knijnik – UNISINOS

AGRADECIMENTOS

Finalmente, chego ao momento de escrita deste fragmento tão significativo e que nos permite expressar o sentimento de gratidão que sentimos pelas pessoas que trilharam conosco este caminho.

Assim, agradeço primeiramente àqueles que compartilharam comigo a decisão de me tornar uma educadora. Agradeço à minha mãe que me acompanhou por muitas manhãs pelo percurso a pé de casa até o Trensurb de São Leopoldo, para eu me deslocar até a UFRGS, e que, com essa e outras atitudes, mostra seu carinho e altruísmo para com todos os seus. Ao meu pai que me inspira em cada projeto sonhado e realizado em que ele almeja a transformação da vida das pessoas. Ao meu irmão que se tornou um confidente, crítico incansável, e que tenho tanto orgulho por estar também se formando um educador.

Agradeço também ao Stéfano, meu amor, que vibrou comigo com a vaga no Programa de Pós-Graduação e que me “deu alguns necessários empurrões” para que a Dissertação fosse finalizada. Obrigada, amor, por pensarmos muitas vezes diferente e por tua sabedoria e atitude me inspirarem e desacomodarem sempre. Teu coração enorme e bondoso me enche de luz.

Obrigada, com muito carinho, à professora Fernanda Wanderer, orientadora de uma dedicação e parceria imensuráveis. Obrigada pelas tantas orientações criteriosas, preocupadas e reflexivas, pelas caronas, pelas conversas não somente acadêmicas, mas que me proporcionaram aprendizados para a minha vida. Espero profundamente que possamos ainda compartilhar muitos caminhos. Tua presença em minha trajetória me faz muito feliz!

Agradeço, também, muito especialmente à Mônica e ao Fernando, colegas com os quais compartilhei angústias, alegrias, orientações, cafés e afetos! Conhecer vocês e vivenciar as experiências que o Mestrado nos proporcionou tornou-se uma parte fundamental dessa caminhada, da qual sentirei muita falta (por enquanto, espero!). Com a mesma emoção, agradeço à Fernanda, Polliane, Rafaela, Camila, Gicele e Cecília, colegas com as quais criei laços de cuidado e carinho. Obrigada pelas leituras atentas e pelos incentivos de todos os nossos encontros.

Agradeço igualmente emocionada às professoras Clarice Traversini, Fabiana Amorim Marcello, Gelsa Knijnik e Adriana Thoma, que aceitaram o convite de participar

da minha trajetória de jovem pesquisadora e que, com a leitura cuidadosa de minhas escritas e contribuições sempre pertinentes, me ajudaram a trilhar o caminho da pesquisa.

Agradeço também aos colaboradores e professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, que sempre se disponibilizaram a me ajudar e orientar durante estes anos em que frequentei a Faculdade de Educação. Obrigada pela oportunidade de formação e desenvolvimento.

Finalmente, agradeço aos meus colegas e amigos, provenientes do âmbito profissional e pessoal, que, de alguma forma, contribuíram para eu ser quem sou e me ajudaram a construir pontes para o mundo além da minha própria existência.

RESUMO

Esta pesquisa versa sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e seus efeitos sobre os modos de ser um estudante bem-sucedido neste Exame. A problemática da investigação organizou-se a partir da seguinte questão: **Como são constituídos, em mídias sociais do *Facebook*, os estudantes bem-sucedidos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)?** Desmembrando essa pergunta, estabeleceram-se dois objetivos específicos: mapear, em mídias sociais do *Facebook*, os modos de ser um estudante bem-sucedido no Enem; analisar processos de objetivação e subjetivação e práticas de disciplinamento a eles associados presentes no material reunido, que atuam sobre os sujeitos que se preparam para o Exame. Como aportes teóricos foram utilizados os conceitos de governamentalidade e de disciplinamento dos corpos e saberes, ambos na perspectiva foucaultiana. O material empírico reunido é composto por mais de 100 postagens (e reportagens a elas vinculadas) coletadas entre outubro de 2015 e julho de 2017, oriundas de páginas do *Facebook* direcionadas aos estudantes que se preparam para prestar o Exame. A estratégia analítica utilizada para operar sobre esse material foi a análise do discurso como discutido por Michel Foucault. O resultado desse exame mostrou que processos de objetivação e subjetivação presentes nas postagens reforçam a produção de um sujeito dedicado, estudioso, disciplinado, que alcança seus objetivos (o bom desempenho no Enem) a partir de seu esforço individual. Além disso, no material podem ser evidenciadas técnicas de disciplinamento dos corpos dos candidatos, envolvendo controle do tempo, do espaço, de acompanhamento do seu próprio desempenho acadêmico que se configuram como uma importante estratégia de autorregulação. Neste sentido, a pesquisa indica que, muito mais do que servir como uma forma de ingresso no Ensino Superior, o Exame produz efeitos na constituição dos estudantes e fortalece a ideia de que candidatos estudiosos e dedicados possuem mais chances de serem bem-sucedidos.

Palavras-chave: Enem. Governamentalidade. Objetivação e Subjetivação. Disciplina. *Facebook*.

ABSTRACT

This research studies the National Secondary Education Examination (ENEM) and its effects on the ways a student can be successful at this test. The investigation's problematic was organized from the following question: **How are constituted, in Facebook social medias, the successful students in the National Secondary Education Examination (Enem)?** Dismembering this question, two specific objectives were established: to map, in materials from the social media Facebook, the ways of being a successful student at Enem; to analyze the objectification and subjectivation processes and disciplinary practices associated with them, present at the gathered material that act on the subjects that prepare themselves for the examination. Concepts of governmentality and discipline of bodies and knowledge were used as theoretical contributions, in the Foucauldian perspective. The collected empirical material is composed of more than 100 posts (and related reports) collected between October 2015 and July 2017, from Facebook pages directed to students who are preparing themselves to take the examination. The analytical strategy used to operate on this material was the discourse analysis as discussed by Michel Foucault. The result of this examination showed that the processes of subjectivation and objectification present in the posts reinforce the production of a dedicated, studious, disciplined subject who achieves his goals (a good Enem performance) from his individual effort. In addition, techniques of the bodies and knowledge can be evidenced, involving control of time, space and the monitoring of their own academic performance that are configured as an important strategy of self-regulation. In this sense, the research indicates that, rather than serving as a form of entry into College, the examination produces effects on the constitution of students and strengthens the idea that studious and dedicated candidates are more likely to be successful.

Keywords: Enem. Governmentality. Objectification and Subjectivation. Discipline. *Facebook.*

SUMÁRIO

1 INÍCIO DOS PREPARATIVOS	10
2 APRESENTAÇÃO DAS TEMÁTICAS DA PESQUISA	24
2.1 O CURRÍCULO POR COMPETÊNCIAS E HABILIDADES E AS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA NO BRASIL.....	28
2.2 O EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO E SEUS EFEITOS NO CENÁRIO EDUCACIONAL BRASILEIRO	34
3 SOBRE AS FERRAMENTAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....	45
3.1 A OFICINA DE FOUCAULT: O CONCEITO DE GOVERNAMENTALIDADE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	45
3.2 PRÁTICAS DE DISCIPLINAMENTO COMO ESTRATÉGIA DE CONDUÇÃO DE CONDUCTAS	56
4 PERCURSO INVESTIGATIVO	61
4.1 INSPIRAÇÕES METODOLÓGICAS: O DESPIR-SE DO <i>JÁ-SABIDO</i>	61
4.2 OS MATERIAIS DA PESQUISA.....	64
4.3 A ANÁLISE DE DISCURSO COM INSPIRAÇÃO FOUCAULTIANA	69
5 COSTURAS ANALÍTICAS.....	73
5.1 A CONSTITUIÇÃO DO ESTUDANTE NOTA 1000: PROCESSOS DE OBJETIVAÇÃO E SUBJETIVAÇÃO.....	73
5.2 PASSOS PARA SER BEM-SUCEDIDO NO ENEM: ESTRATÉGIAS DE DISCIPLINAMENTO	88
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS.....	118

1 INÍCIO DOS PREPARATIVOS

Durante as últimas décadas, estudiosos e educadores brasileiros têm investido em produções científicas e práticas pedagógicas, na tentativa de qualificar as propostas de educação introduzidas pela Lei de Diretrizes e Bases de 1996. A lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) possibilitou às escolas, a partir de sua implantação, uma progressiva “autonomia pedagógica”¹ – em termos de legislação – para a elaboração de sua proposta pedagógica, de regimento interno e estruturação do seu currículo, conforme destaca Nunes (2011). Essa nova concepção de autonomia pedagógica, prevista no Artigo 15 da referida lei, ampara as instituições de ensino, em sua maioria, para definirem seu currículo baseadas no contexto sociocultural e nas necessidades dos estudantes, privilegiando a aprendizagem de cada sujeito escolarizado.

Com o avanço dos anos, essa proposta de autonomia curricular foi sendo tensionada por uma série de projetos e programas educacionais, nos âmbitos nacional, estadual e municipal. Dentre estes, surgiram diversos programas – como o Pacto pela Alfabetização na Idade Certa (BRASIL, 2012), o Pacto Nacional Pelo Fortalecimento do Ensino Médio (BRASIL, 2013), entre outros – e políticas de avaliações em larga escala que, juntos, corroboram a constituição da realidade educacional do nosso tempo e produzem efeitos sobre o currículo das escolas, a formação de professores e a produção dos saberes que circulam no âmbito acadêmico, midiático e social sobre o que consiste a educação brasileira contemporânea.

Esses programas fazem parte de um conjunto de ações do Governo Federal, em parceria com os estados, municípios e instituições (incluindo as de Ensino Superior), que buscam a ampliação do acesso e à garantia da qualidade da Educação Básica. O Pacto pela Alfabetização na Idade Certa, conhecido como PNAIC, que iniciou suas atividades em 2012, é um dos exemplos desses programas e se configura como um acordo assumido pelo Governo Federal juntamente com estados e municípios. Tal programa visa a garantir a alfabetização das crianças brasileiras até os oito anos de idade, ao final do chamado Ciclo da Alfabetização, concluído no 3º ano do Ensino Fundamental.

¹ Aqui, emprego o termo *autonomia* para indicar uma suposta liberdade que as escolas adquiriram em relação à construção da sua proposta pedagógica, garantida no Artigo 15 da LDB/1996 que diz: “os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público”. (BRASIL, 1996).

Conforme o *site*² que o Ministério da Educação (MEC) destina ao Pacto, este tem como princípio a ideia de que a alfabetização é uma das prioridades do contexto atual e que o professor alfabetizador tem um papel fundamental na formação de um indivíduo que mobilize todos os conhecimentos necessários para o exercício da cidadania. Assim, o programa apoia-se em quatro eixos: a formação continuada para os professores alfabetizadores, a elaboração e distribuição de materiais didáticos e de apoio pedagógico (incluindo as tecnologias educacionais), as avaliações sistemáticas realizadas em larga escala e a gestão, mobilização e controle social. Esse último eixo abrange, inclusive, a premiação e o reconhecimento aos professores, às escolas e às redes de ensino que mais avançarem na alfabetização das suas crianças, conforme indica o referido *site*.

Além do PNAIC, outro programa que se configura em um formato semelhante é o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, instituído em 2013 e também conhecido como PNEM. Representa um conjunto de ações e estratégias realizadas em parceria do Governo Federal com os estados para a formulação e implantação de políticas para aumentar a qualidade do Ensino Médio brasileiro, conforme também explica o *site*³ do Pacto. Para o alcance de seus objetivos, duas estratégias são apresentadas como fundamentais: a reestruturação dos currículos do Ensino Médio para a oferta de educação de qualidade, com foco na formação humana integral, por meio da materialização das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, e a formação continuada dos docentes desse nível de ensino, promovendo sua valorização. Assim como o PNAIC, o eixo de formação de professores do PNEM inclui o estudo e a utilização de Cadernos de Formação em que se estabelecem as orientações e se busca promover a reflexão dos docentes sobre a formação dos sujeitos nessas etapas da Educação Básica.

Além destes programas, as políticas de avaliação em larga escala também têm legitimado certas concepções sobre a educação e produzido efeitos sobre as instituições de ensino. Conforme Gazzola e Sudbrack (2016), por intermédio de iniciativas do MEC, acompanhamos, no início dos anos 90, a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que em 2005 se configurou na Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), conhecida como Prova Brasil. Em 2007,

² Disponível em: <<http://pacto.mec.gov.br/o-pacto>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

³ Disponível em: <<http://pactoensinomedio.mec.gov.br/>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

também ocorreu a integração da Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O cenário educacional brasileiro, tanto no que se refere à Educação Básica quanto, progressivamente, ao Ensino Superior, passou a se preocupar com este novo fenômeno: o controle da educação a partir das avaliações em larga escala.

A temática deste estudo envolve problematizações acerca das avaliações em larga escala no Brasil, mais precisamente em relação ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), uma das avaliações mais antigas do cenário educacional nacional. Realizei uma investigação com base em materiais divulgados na mídia, mais especificamente, materiais endereçados aos candidatos que se preparam e são capturados pelo Exame, sendo algumas páginas de *Facebook* o principal solo empírico. Tais páginas foram escolhidas devido ao perfil de seguidores e do conteúdo direcionado para estudantes que prestam Enem e vestibulares em geral. Desde já, destaco que chamarei os candidatos que se preparam para o Enem de estudantes, pois muitos não são necessariamente alunos matriculados em instituições de ensino regulares, porém, todos, ao optarem por estudar e se preparar para o Exame, passam a exercer o papel de estudantes, independente da sua idade.

Quanto à abordagem teórica, aproximei-me dos estudos sobre governamentalidade e também sobre disciplinamento e modos de objetivação e subjetivação, na linha foucaultiana, que me auxiliaram a analisar os modos pelos quais os estudantes conduzem suas condutas no contexto de preparação para o Exame. Nos últimos anos, muitos estudos no campo da Educação vêm sendo desenvolvidos a partir da abordagem foucaultiana e de seus comentadores, conforme compreendi na tentativa de apropriar-me das pesquisas já consolidadas na área e ao construir a revisão de literatura desta pesquisa.

Em um artigo que aborda as possibilidades e reflexões acerca da filosofia de Michel Foucault, Sílvio Gallo e Alfredo Veiga-Neto (2007) discutem que o objetivo do filósofo foi o de “[...] trazer problematizações sobre o que se considerava verdadeiro em determinado campo do saber e em determinado momento histórico.” (GALLO; VEIGA-NETO, 2007, p. 3). No caso desta pesquisa, a problematização está justamente na tentativa de olhar, de forma diferenciada, para uma avaliação em larga escala que não se comporta apenas como um instrumento para obtenção de um diagnóstico do Ensino Médio brasileiro, mas sim como um Exame que gera efeitos nas escolas, nos cursos

de preparação para vestibulares – que passam a ampliar seu foco de atuação –, nas editoras de materiais didáticos, na formação dos professores da Educação Básica, e, principalmente, nos modos pelos quais os estudantes que se preparam para o Exame são conduzidos por meio de mecanismos que os fazem “ser” e “comportarem-se” de determinadas formas em detrimento de outras.

Larrosa (1994), analisando a produção de Michel Foucault, explicou que o filósofo, ao rejeitar a busca pela verdade ou por soluções para as indagações que surgiram ao longo de seus estudos, passou a problematizar “o que está dado” e, então, produzir outras possibilidades de se enxergar certas realidades a que estamos habituados. Neste estudo, procuro observar o Enem não para analisar sua eficiência enquanto avaliação em larga escala ou enquanto processo seletivo para ingresso em Universidades, nem para entender como as provas são elaboradas nas diferentes Áreas de Conhecimento, mas sim, busco por sob suspeição o olhar naturalizado sobre a funcionalidade desse Exame. Como busco mostrar na revisão de literatura, ao final deste capítulo, o Enem tem sido objeto de muitos estudos que visam a entender sua organização enquanto avaliação, as competências exigidas na Matriz de Referência (BRASIL, 2009) – que explicarei posteriormente –, os conhecimentos que são considerados em detrimento de outros, porém procuro observar o Enem no que diz respeito a seus efeitos no âmbito, principalmente, dos processos de objetivação e subjetivação.

Como o próprio Foucault destaca, sua obra indica um viés da desacomodação e da transgressão, mas não com a finalidade de apenas contestar ou contrariar, “[...] mas para instigar e desconstruir determinadas maneiras tradicionais de pensar.” (GALLO; VEIGA-NETO, 2007, p. 3). Nesse sentido, tomando como pano de fundo a intenção foucaultiana de enxergar determinadas “verdades” que circulam no campo da Educação e nas enunciações difundidas pela mídia, busco, em sua obra e nas produções arquitetadas a partir dela, outras possibilidades de olhar para o Exame Nacional do Ensino Médio e sua relação com os sujeitos que com ele se envolvem.

Conforme sustentam Gallo e Veiga-Neto (2007), é justamente o sujeito que aparece como dobradiça entre a perspectiva foucaultiana e o pensamento pedagógico, pois, como lembram os autores, não há prática e/ou teorização sobre a ação pedagógica sem a existência e percepção acerca dos sujeitos que são movidos por tais práticas e teorizações. Dessa forma, tendo o sujeito como foco deste estudo, elaborei

a seguinte questão balizadora desta pesquisa: **Como são constituídos, em mídias sociais do *Facebook*, os estudantes bem-sucedidos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)?**

Desmembrando essa questão, foram estabelecidos dois objetivos específicos para orientarem a construção do estudo:

- a) Mapear, em mídias sociais do *Facebook*, os modos de ser um estudante bem-sucedido no Enem;
- b) Analisar processos de objetivação e subjetivação e práticas de disciplinamento a eles associados presentes no material empírico reunido, que atuam sobre os sujeitos que se preparam para o Exame.

Para construir a problemática e os objetivos da pesquisa e embasar as discussões realizadas, no início da escrita do Projeto de Dissertação que deu origem a esta Dissertação, foi feita uma revisão de literatura sobre o tema, a fim de que os dados servissem de subsídio para a concretização da investigação e permitissem o entendimento sobre as necessidades e as contribuições já produzidas sobre a temática. Assim, ao definir alguns descritores para a realização da revisão de literatura e selecionar três repositórios virtuais de pesquisa (o Banco de Teses e Dissertações da CAPES, o Repositório Digital LUME, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e o repositório da Biblioteca Virtual da Unisinos), compilei um pequeno resumo sobre os dados que encontrei. A escolha desses repositórios foi realizada a partir destes critérios: a seleção de uma universidade privada e outra pública, sendo ambas locais de grande concentração de estudiosos inspirados em Michel Foucault (Unisinos e UFRGS), e um repositório nacional, vinculado ao Ministério da Educação (CAPES). Em alguns dos capítulos apresentados, explicitarei o que mostram certas Teses e Dissertações pesquisadas que mais se aproximavam desta pesquisa. Em um primeiro momento, apresento uma análise quantitativa do material.

Em relação ao Banco de Teses e Dissertações da Capes, foram realizadas duas análises com o descritor “Enem”. A primeira busca ocorreu a partir da introdução desse descritor no campo “palavra-chave”, o que gerou 23 resultados. Já utilizando o mesmo descritor e campo, mas selecionando a área da Educação, foram gerados dez resultados referentes a nove Dissertações de Mestrado e uma Tese de Doutorado.

Desses estudos, sete estão relacionados às áreas de conhecimento avaliadas no Exame, como Matemática e Linguagens, e três são estudos sobre o Enem e seus impactos curriculares ou políticos. Entre os estudos encontrados, destaco a Dissertação de Paulo Henrique Machado, defendida em 2012, na Universidade do Estado de Mato Grosso, intitulada *O ENEM no contexto das políticas para o Ensino Médio*. O objetivo desse estudo foi compreender de que maneira o Exame Nacional do Ensino Médio se relaciona com as políticas de reforma do Ensino Médio e qual o papel dessa etapa da Educação Básica, no contexto que vai da promulgação da LDB 9.394/96 até o Novo Enem, do ano de 2009 (MACHADO, 2012).

Já no Repositório Digital LUME, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ao pesquisar o descritor “Enem” no campo “pesquisa geral”, foram encontrados 370 resultados. No campo “título”, entretanto, apenas seis Teses e Dissertações foram localizadas (cinco Dissertações de Mestrado e uma Tese de Doutorado). Desses trabalhos, cinco estão relacionados aos estudos envolvendo as áreas de conhecimento abordadas no Exame e apenas um analisa o Enem e seus efeitos como política de avaliação. Este último estudo é uma dissertação escrita por Mateus Saraiva, em 2015, intitulada *Enem e SEAP: os possíveis significados da avaliação em comunidades escolares*. A pesquisa teve como objetivo traçar o perfil das comunidades escolares e também tensionar que tipo de problematizações sobre os resultados de diferentes instrumentos (Censo Escolar, questionário socioeconômico do Enem etc.) são feitas por tais comunidades, cujos estudantes possuem aproveitamentos muito distintos no Exame (SARAIVA, 2015).

Os outros estudos encontrados, mais focados nas áreas do conhecimento, foram quatro Dissertações de Mestrado e uma Tese de Doutorado. A primeira dissertação intitula-se *A contribuição da prova de matemática do Enem para o ensino de probabilidade e estatística*, de Diego da Silva Serra, e foi defendida em 2015, no programa de Mestrado Profissional da UFRGS. O objetivo do estudo foi analisar as questões relacionadas aos conhecimentos de probabilidade e estatística das provas de Matemática do Enem realizadas nos anos de 2009 a 2014. O estudo mostrou que as principais competências exigidas nas avaliações envolviam a leitura direta de dados em gráficos, tabelas ou quadros e habilidades de resolução de problemas, inferência e aleatoriedade (SERRA, 2015).

Outro estudo que se destaca é a Dissertação intitulada *Voices de professores acerca do ensino de matemática: ênfase em funções nas provas do Enem*, defendida por Fernando Flores Miragem em 2013, também oriunda do programa de Mestrado Profissional da UFRGS. O objetivo desse trabalho foi estabelecer uma relação e promover algumas problematizações entre professores acerca do Enem e do ensino de matemática, em especial do ensino de Função (MIRAGEM, 2013). Outro estudo destacado é a Dissertação *Ensinar geografia em tempos de complexidade: a práxis pedagógica e os desafios frente ao Enem*, defendida por Marcos Irineu Lerina em 2013, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS. A partir de algumas questões orientadoras que problematizavam a relação entre o ensino da Geografia no Ensino Médio e a abordagem desse componente curricular no Enem, o estudo procurou ponderar e avaliar alguns caminhos para o ensino de Geografia na atualidade (LERINA, 2013).

Outro estudo destacado intitula-se *As políticas educacionais em construção no ENEM: uma abordagem da área das ciências da natureza e suas tecnologias*, de Cristiane Galeazze, em 2013, no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde da UFRGS. A pesquisa procurou analisar as possíveis implicações da organização curricular da área de Ciências da Natureza, especialmente na área da Biologia, provocados pelo Enem. Após uma análise dos documentos oficiais e das questões das provas, percebeu-se uma possível falta de articulação entre a realidade do estudante do Ensino Médio, as próprias questões das avaliações e o que se espera a partir dos documentos (GALEAZZE, 2013). Esse estudo, em particular, vinculou-se ao campo dos Estudos Culturais, a partir de uma abordagem pós-estruturalista.

O último trabalho que destaco dentre os pesquisados no Repositório Digital LUME é a Tese de Doutorado intitulada *Retrato de uma disciplina ameaçada: a literatura nos documentos oficiais e no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)*, de Gabriela Luft, defendida em 2014. Essa tese propôs a discussão de uma suposta ameaça ao componente de Literatura, pois, com base nos dados analisados, há uma tendência à perda do espaço da disciplina no Enem e, conseqüentemente, nos currículos escolares (LUFT, 2014). Como não há uma prova específica para a avaliação desse componente no Exame, a autora discute as conseqüências dessa concepção sobre o ensino de Literatura nas escolas.

Como podemos perceber, muitos estudos realizados envolvendo essa política de avaliação estão focados em como as disciplinas e as áreas do conhecimento em si são abordadas no Exame e as implicações de tais abordagens para o trabalho docente e o currículo das escolas. Ou seja, há uma clara preocupação em quais os sentidos que o Exame agrega a determinados conhecimentos escolares, sejam em “disciplinas ameaçadas”, como a Literatura, ou em disciplinas que ocupam uma posição de preponderância no currículo, como, supostamente, é vista a área de Matemática. Além disso, podemos perceber que os efeitos sobre a organização curricular e sobre a legitimação de determinados saberes em detrimento de outros também são questionamentos que se destacam nos estudos da área da Educação que têm como foco o Enem.

Ao pesquisar o descritor “Enem” no campo “assunto”, no repositório da Biblioteca Virtual da Unisinos, foram encontrados três resultados. Usando, porém, o descritor “Enem” no campo “título”, dois resultados foram encontrados, uma Dissertação de Mestrado e uma Tese de Doutorado. A dissertação é intitulada *Novo Enem: experiências de participação, sentidos e significados atribuídos pelos estudantes à política de autoria*, de Ivan dos Santos Oliveira, defendida em 2013, que objetivou compreender os sentidos que os estudantes de uma escola pública dão para essa política de avaliação, e entender a relação dela com as experiências de escolarização dos alunos (OLIVEIRA, 2013). Já a Tese de Doutorado intitula-se *Trajetórias de jovens egressos do ensino médio de uma escola pública de Santa Maria e o Enem como ferramenta de inserção social* e foi defendida por Luciana Campos de Oliveira Dias em 2013. A pesquisadora mostra que, mesmo não sendo o Enem uma política democrática, é considerado pelos sujeitos entrevistados como uma possibilidade de inserção escolar e social (DIAS, 2013).

Outro descritor utilizado para a elaboração da revisão de literatura foi o termo “avaliação em larga escala”. No Banco de Teses e Dissertações da CAPES, ao utilizar esse mesmo descritor no campo “palavra-chave”, foram identificados 175 resultados. Usando a mesma combinação, mas incluindo o filtro de seleção de pesquisas na área da Educação, foram encontrados 43 resultados. Dentre esses, porém, destacaram-se alguns trabalhos também encontrados nos outros dois repositórios pesquisados, como mostro a seguir.

No Repositório Digital LUME da UFRGS, foi encontrado apenas um resultado utilizando o mesmo descritor no campo “título”, sendo esse uma Tese de Doutorado intitulada *Efeitos da política nacional de avaliação em larga escala na gestão e na prática pedagógica do sistema municipal de Porto Alegre (2005-2013)*, de Ana Cristina Ghisleni, defendida em 2015. O foco do trabalho foi compreender os significados adquiridos pelas avaliações em larga escala, a partir do cenário nacional e internacional, na gestão e na prática pedagógica das escolas, mais especificamente no funcionamento do Sistema Municipal de Educação (SME) de Porto Alegre. Um dos mais significativos argumentos defendidos na tese é o de que a política de avaliação em larga escala se transforma em uma política norteadora de gestão e de prática pedagógica das escolas da SME (GHILENI, 2015).

É importante destacar também os investimentos nos estudos da área, realizados pelo projeto de pesquisa *A inclusão escolar e as avaliações em larga escala: efeitos sobre o currículo e o trabalho docente na Educação Básica*, vinculada à Faculdade de Educação da UFRGS e ao Núcleo de Estudos sobre Currículo, Cultura e Sociedade (NECCSO). Esse projeto, coordenado pela Professora Dra. Clarice Salette Traversini, existe desde 2013 e tem como objetivo produzir estudos que analisem as relações entre as avaliações em larga escala e os processos de inclusão em escolas de Educação Básica, principalmente no que diz respeito aos efeitos sobre o currículo e o trabalho docente. Assim, temos, nesse núcleo, um número significativo de trabalhos sendo produzidos no intuito de enriquecer a discussão sobre as avaliações em larga escala e seus efeitos, tendo como perspectiva teórica a obra de Michel Foucault.

Prosseguindo com a revisão de literatura, já no repositório da Biblioteca Virtual da Unisinos, a partir do mesmo descritor, foram encontrados 11 resultados. Desses, selecionei alguns trabalhos orientados pela Professora Dra. Flávia Werle, reconhecida pesquisadora da área. O primeiro deles é a Tese de Doutorado de Ibanor Möllmann (2010), intitulada *Gestão e avaliação em larga escala: uma análise a partir da perspectiva de escolas privadas no Rio Grande do Sul*, e o segundo é a Tese de Doutorado de Sônia Maria Oliveira da Rosa (2014), intitulada *Avaliação externa como estratégia de gestão dos processos educacionais: uma análise de políticas municipais no Rio Grande do Sul*. Ambas as teses têm como foco essas práticas avaliativas como instrumentos que tensionam a gestão da educação. Realizam também um apanhado sobre as avaliações externas brasileiras.

Quanto à perspectiva teórica desta investigação, conforme já mencionado, aproximei-me dos estudos foucaultianos e de obras que operam com o conceito de governamentalidade. No Banco de Teses e Dissertações da CAPES, ao utilizar o conceito de governamentalidade, no campo “palavra-chave”, foram identificados 22 resultados. Ao combinar, porém, esse descritor no mesmo campo, mas limitando a pesquisa aos estudos da área da Educação, foram identificados sete resultados. Ao utilizar o descritor no campo “título” e ainda limitando os estudos na área da Educação, todavia, foram identificados três resultados, sendo que um deles atraiu minha atenção. A Tese de Doutorado, de Simone Barreto Anadon, foi defendida em 2012, na Universidade Federal de Pelotas, e intitula-se *Prova Brasil: uma estratégia de governamentalidade*. O estudo aborda os efeitos da Prova Brasil no cotidiano das escolas e do trabalho docente, utilizando conceitos como discurso, regime de verdade e governamentalidade para arquitetar as discussões realizadas (ANADON, 2012).

No Repositório Digital LUME, da UFRGS, ao pesquisar o descritor “governamentalidade” no campo “pesquisa geral”, foram encontrados 348 resultados. Ao especificar a busca, colocando o mesmo descritor no campo “título”, obtive sete resultados. Desses sete estudos encontrados, três deles chamaram minha atenção, pelo tema ou pela autoria. O primeiro deles é a Dissertação de Mestrado de Dora Marín-Díaz, intitulada *Infância: discussões contemporâneas, saber pedagógico e governamentalidade*, defendida em 2009. A autora, que fez da infância seu foco de pesquisa, propôs uma discussão sobre a infância sendo constituída como alvo de saber e poder (MARÍN-DÍAZ, 2009). A autora articula a criação de um “campo discursivo da infância” e, a partir dos estudos de Michel Foucault, faz uma leitura sobre a constituição da figura infantil a partir da governamentalidade liberal, ou seja, entende a infância como sendo constituída em meio ao governo da população. O segundo estudo é a Tese de Doutorado de Vera Regina Serezer Gerzson, intitulada *A mídia como dispositivo da governamentalidade neoliberal: os discursos sobre educação nas revistas Veja, Época e Isto é*, defendida em 2007. Nesse estudo, a autora (2007) mostra que a mídia é compreendida como um dispositivo de governamentalidade neoliberal e que as revistas operam como meio de circulação e instrumento de articulação das relações de poder-saber neoliberais. Para Gerzson (2007), as revistas, quando ponderam sobre Educação, não apenas publicam informação, mas compõem textos que problematizam e prescrevem formas de aprender, de ensinar, de ser e compreender o mundo.

O terceiro estudo que destaco é a Tese de Doutorado de Kamila Lockmann, defendida em 2013, e intitulada *A proliferação das políticas de assistência social na educação escolarizada: estratégias da governamentalidade neoliberal*. Nessa Tese, a autora investiga de que forma algumas políticas de assistência social, tendo a escola como espaço de efetivação, operam sobre a população, e examina como tais políticas interpelam a produção da escola contemporânea. Como ferramenta analítica, Lockmann (2013) utilizou o conceito de governamentalidade e, metodologicamente, a autora analisou dois conjuntos distintos de documentos, tendo também entrevistado diretores de escolas públicas da região metropolitana de Porto Alegre. A autora discute que a escola, como lócus privilegiado da ação destas políticas de assistência social, acaba alargando sua função, enfatizando fortemente o governo de condutas dos sujeitos que nela circulam, como forma de controlar os riscos produzidos pela miséria, fome, exclusão social, entre outras fragilidades sociais.

Ao pesquisar o descritor “governamentalidade” no campo “assunto”, no repositório da Biblioteca Virtual da Unisinos, foram encontrados 25 resultados, sendo que dois desses trabalhos são de autoria de Roberto Rafael Dias da Silva. A sua Dissertação de Mestrado, intitulada *Universitários S/A: estudantes universitários nas tramas de vestibular/ZH*, foi defendida em 2008, tendo como temática os modos de constituição de sujeitos universitários na contemporaneidade. Como objetivo, Silva (2008) procurou problematizar os modos como as condutas desses sujeitos são conduzidas por determinadas estratégias e táticas que contribuem para o que ele chamou de uma governamentalidade neoliberal. Como material empírico, Silva (2008) selecionou um conjunto de 20 capas do caderno Vestibular/ZH (do Jornal Zero Hora, jornal de grande circulação no Rio Grande do Sul), dirigido para o público de estudantes que se preparam para ingressar no Ensino Superior. Utilizando os conceitos de discurso e governamentalidade, Silva (2008) mostrou a produção de sujeitos universitários com características específicas.

A Tese de Doutorado do mesmo autor, intitulada *A constituição da docência no Ensino Médio no Brasil contemporâneo: uma analítica de governo*, foi defendida em 2011 e versa sobre algumas tecnologias de governo que operam na constituição da docência no Ensino Médio brasileiro (SILVA, 2011). Esse estudo, que será mais explorado posteriormente, tem a governamentalidade como principal ferramenta

analítica colocada em prática nas análises e toma como empiria publicações da revista Carta na Escola.

Após a compilação desse resumo, pude perceber que a maioria dos estudos sobre o Exame Nacional do Ensino Médio compreendem análises sobre as áreas do conhecimento e os componentes curriculares avaliados no Exame, tais como trabalhos que analisam os sentidos que determinados saberes adquirem na avaliação, tendo como material empírico as próprias provas. Além disso, não encontrei, em minhas buscas, um número significativo de trabalhos que enxergassem tal programa de avaliação como um mecanismo de condução de condutas e que operasse com conceitos da matriz foucaultiana.

Depois da qualificação do Projeto de Dissertação, em que a banca avaliadora sugeriu outras ferramentas de análise que foram fundamentais para a construção das costuras analíticas desta Dissertação, busquei apoio em outras Teses de Doutorado que tratavam dos processos de constituição dos sujeitos e de práticas de disciplinamento. Uma das mais significativas ao estudo foi a Tese de Doutorado de Débora Junges, de 2017, intitulada *Educação Matemática e subjetivação em formas de vida da imigração alemã no Rio Grande do Sul no período da Campanha de Nacionalização*. A Tese tem como objetivo analisar como a escola e, em particular, a matemática escolar, operavam como parte dos processos de subjetivação de escolares descendentes de imigrantes (JUNGUES, 2017). Nesse estudo, a autora faz uma vasta pesquisa sobre os processos de objetivação e subjetivação, o qual serviu de embasamento para a construção das análises que propus na Dissertação, principalmente no capítulo cinco.

Já a Tese de Doutorado de Josaine Pinheiro, defendida em 2014 e intitulada *Estudantes forjados nas arcadas do Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA): “novos talentos” da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP)*, tem por objetivo analisar estratégias e táticas de governo postas em movimento no Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA), cujos alunos vêm se destacando na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP). Na Tese, a autora analisa uma rede de estratégias que compõe estes processos de governo, entre elas, o uso do uniforme, por exemplo, analisada no que se refere aos processos de disciplinamento (PINHEIRO, 2014). Em termos teóricos e analíticos, a Tese permitiu-

me observar a operacionalização de ferramentas foucaultianas que se aproximavam daquelas que eu utilizaria.

Após a apresentação da revisão de literatura, exponho a estrutura da Dissertação e dos capítulos que a compõem: no primeiro, intitulado *Início dos preparativos*, apresento a introdução do estudo, explicitando meus interesses de pesquisa, a problemática e os objetivos da dissertação, incluindo a revisão de literatura sobre o tema. O segundo capítulo, *Apresentação das temáticas da pesquisa*, é subdividido em duas sessões que abordam de modo geral as temáticas do estudo. A primeira sessão, intitulada *O currículo por competências e habilidades e as avaliações em larga escala no Brasil*, apresenta uma retomada histórica e teórica acerca das políticas de avaliação em larga escala no Brasil e conceitua brevemente a forma de organização curricular prevista nas matrizes de referência dessas avaliações. A segunda sessão, nomeada *O Exame Nacional do Ensino Médio e seus efeitos no cenário educacional brasileiro*, busca discutir sobre o Exame propriamente dito e suas implicações, em âmbito individual ou coletivo, sobre indivíduos e instituições.

O terceiro capítulo, *Sobre as ferramentas teórico-metodológicas*, apresenta a fundamentação teórica do estudo, arquitetada a partir dos conceitos de governamentalidade e práticas de disciplinamento discutidos por Foucault. Esse capítulo também se subdivide em duas sessões, chamadas *A oficina de Foucault: o conceito de governamentalidade e as políticas públicas da educação brasileira e Práticas de disciplinamento como estratégia de condução de condutas*. O quarto capítulo apresenta os caminhos percorridos para a construção da metodologia da pesquisa e intitula-se *Percurso investigativo*. A primeira sessão – *Inspirações metodológicas: o despir-se do já-sabido* – retoma alguns estudos que contribuem com o fazer pesquisa em Educação e que serviram de inspiração para a escrita da dissertação. A segunda parte, *Os materiais da pesquisa*, explica sobre os materiais empíricos e como arquitetei a leitura e o mapeamento dos ditos sobre o Enem descritos no material. A terceira parte, *A análise de discurso com inspiração foucaultiana*, trata mais especificamente sobre a estratégia analítica utilizada para operar sobre a empiria. O último capítulo compõe a parte analítica da Dissertação e é denominado *Costuras analíticas*. A primeira sessão intitulou-se *A constituição do estudante nota 1000: processos de objetivação e subjetivação*, e o segundo intitulou-se *5 passos para ser bem-sucedido no Enem: estratégias de disciplinamento*. O último capítulo, de

Considerações finais, foi escrito com o objetivo de retomar os objetivos da pesquisa e discutir sobre algumas possibilidades de estudos futuros.

2 APRESENTAÇÃO DAS TEMÁTICAS DA PESQUISA

Começa hoje o Enem 2015 com 7,7 milhões de inscritos, UOL terá correção

(Fonte: UOL Educação).

Candidatos comentam as provas de sábado do Enem 2015

(Fonte: Zero Hora).

Enem traz violência contra mulher na redação

(Fonte: Site G1).

Tema de redação do Enem 2015 gera polêmica nas redes sociais

(Fonte: UOL Educação).

Para professores, prova do primeiro dia do Enem 2015 foi 'a melhor dos últimos anos'

(Fonte: Site da revista Guia do Estudante).

Estas e muitas outras manchetes relacionadas ao Enem foram divulgadas nas mídias e redes sociais nos dias 24 e 25 de outubro de 2015, quando as provas do Enem de 2015 foram realizadas. Entre eles, UOL Educação (portal *on-line* com conteúdo para pesquisa, dicas de estudo, informações sobre vestibular etc.), Zero Hora (jornal de grande circulação no Rio Grande do Sul e parte de Santa Catarina), Site G1 (portal de notícias da emissora Globo com informações sobre economia, política, educação etc.) e site da revista Guia do Estudante, responsáveis pelas matérias acima referidas.

Outra reportagem significativa à pesquisa, publicada pelo G1 em 23 de outubro de 2015, acerca do perfil dos inscritos para a prova de 2015, que contou com 7,7 milhões de inscrições, divulgou algumas informações sobre os candidatos:

Quadro 1 – Notícia sobre o Enem

A um dia do Exame Nacional do Ensino Médio (**Enem**), o **G1** traz dez curiosidades sobre a edição deste ano. Os dados foram divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). As provas serão aplicadas neste sábado (24) e domingo (25) para mais de 7,7 milhões de inscritos em todo o país.

- Roraima é o estado com o menor número de inscritos no Enem: 22.109 candidatos

- Bahia é o estado que possui a maior proporção de mulheres inscritas na prova. São 353.070 candidatas, o que representa 60% dos inscritos, contra 227.001 homens.
- O número de candidatos e candidatas transexuais e travestis que poderão usar seu nome social, e não o civil, cresceu 172% em um ano. O número subiu de 102, na edição de 2014, para 278. São Paulo é o estado que concentra o maior número de transexuais, são 89.
- Até às 10h desta quinta-feira (22), Roraima era o estado com o menor número de acesso ao cartão de inscrição. Até esta data, 24,4% dos candidatos ainda não haviam entrado no sistema para checar o local de prova.
- Sergipe é o estado com a maior parcela de pessoas menores de 16 anos inscritas na prova, proporcionalmente. Representam 5,41% dos candidatos de lá.
- O Ceará é o estado onde mais houve solicitação de provas com tradutor ou intérprete de libras, com 356 pedidos.
- Estão inscritas 1.102 mulheres que amamentam em São Paulo, estado que concentra o maior número de candidatas nesta condição. No país todo são 9.598 lactantes.
- O Enem será feito pela quinta vez ou mais por 1.053.271 candidatos. Neste ano, pela primeira vez, o número de veteranos superou o de novatos. Os que farão sua estreia do Enem somam 2.676.982. Enquanto os veteranos são 5.801.114 dos inscritos.
- No Brasil todo, há 450 autistas inscritos. Eles solicitaram atendimento especial para fazer o Exame.
- Entre os inscritos, 4.491.953 já concluíram o ensino médio.

Fonte: Notícia publicada no Portal G1⁴

As reportagens acima, assim como dezenas de outras sobre a mesma temática publicadas na internet no final de semana dos Exames, em 2015, informaram os leitores sobre diferentes especificidades do Exame: tema da redação, casos de alunos atrasados, dificuldades enfrentadas pelos candidatos, candidatos eliminados etc. Em outras reportagens e materiais que compõem essa pesquisa, encontramos diferentes

⁴ Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/enem/2015/noticia/2015/10/enem-2015-veja-dez-curiosidades-sobre-o-perfil-dos-inscritos-pelo-pais.html>. Acesso em: 10 nov. 2017.

aspectos do Exame, que o configuram como um programa de avaliação em larga escala que produz efeitos sobre a escola e também sobre os próprios candidatos.

No material reunido para a pesquisa, constam postagens com “dicas” de organização de tempo, com sugestões para um autogerenciamento dos estudos e sobre como se preparar para as avaliações. Ainda, constam depoimentos de pessoas que, por meio de um bom desempenho no Exame, foram beneficiadas pelos programas de qualificação acadêmica do MEC e muitas ferramentas (simulados, plataformas de estudo, entre outros) que apresentam possibilidades para os candidatos que estudam sozinhos para o Exame.

Nos últimos anos, tenho voltado meu olhar para este imenso número de enunciações⁵ sobre essa avaliação em larga escala, difundidas pelas mídias e que circulam nas falas de estudantes e professores, seja por interesse acadêmico ou profissional. Ingressei na Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2009, matriculada no curso de Licenciatura em Pedagogia. Logo, interessei-me pelas linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação, que eram compostas por um número significativo de estudos que capturavam minha atenção. Depois de aproximadamente um ano atuando como bolsista técnica da Faculdade, tive a oportunidade de participar, brevemente, como bolsista de Iniciação Científica de uma pesquisa da linha dos Estudos sobre Infâncias.

Frequentei, logo depois, um semestre do curso de Ciências da Educação na Universidade do Porto, em Portugal, também como bolsista, e retornei a Porto Alegre já inserida em outro grupo de pesquisa na Linha dos Estudos Culturais em Educação. Dessa forma, até praticamente a conclusão de minha graduação, pude aproximar-me dos estudos desenvolvidos na Universidade e consolidar o desejo de continuar minha trajetória enquanto pesquisadora, cursando, posteriormente, um Curso de Especialização e um Mestrado Acadêmico.

A Especialização em Gestão da Educação⁶, oferecida pela Pontifícia Universidade Católica/RS, surgiu, porém, como uma opção de formação continuada, pois, ao final da graduação em Licenciatura em Pedagogia, inseri-me em uma escola privada de Porto Alegre, como assistente na área pedagógica. Senti, naquele momento, que uma especialização focada na gestão de diferentes espaços educativos poderia

⁵ O conceito de enunciação será explorado no Capítulo quatro da presente Dissertação.

⁶ Sétima edição do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão da Educação, promovido pela Pontifícia Universidade Católica, de abril de 2014 a março de 2016.

contribuir bastante com a minha prática diária, e, assim, resolvi realizar o curso antes de buscar o Programa de Pós-Graduação da UFRGS, desejo já consolidado em mim.

O interesse em discutir sobre os processos avaliativos e, mais fortemente, de entender as implicações das avaliações em larga escala no âmbito do cotidiano escolar, nasceu da culminância das vivências de educadora inserida no universo da escola privada e das aprendizagens como estudante dos processos de gestão pedagógica nas escolas. A primeira vez que me deparei, de forma mais detalhada, com os processos que caracterizam as avaliações em larga escala no Brasil, foi vivenciando o procedimento de aplicação e devolutiva de resultados de uma avaliação externa realizada na escola onde eu atuava. Depois deste tímido, mas marcante contato, fui sendo capturada pelos estudos acerca das diversas políticas de avaliação em larga escala que circulam na realidade das escolas, tanto públicas, quanto privadas, e fui percebendo os tensionamentos que tais avaliações ajudam a produzir.

O Exame Nacional do Ensino Médio, mais fortemente do que qualquer outro programa de avaliação externa – por ser considerado a “mãe” das avaliações em larga escala no Brasil –, e também por utilizar a metodologia de um currículo baseado em competências e habilidades, acabou se configurando como um foco de interesse pessoal, acadêmico e também profissional. No Trabalho de Conclusão de Curso da Especialização que cursei na PUCRS, discuti, justamente, sobre as possibilidades que uma avaliação por competências e habilidades permite. Embora eu não tenha focado meu estudo nas avaliações externas, aprofundei leituras e discorri sobre as concepções desta proposta de organização curricular.

Quando iniciei, então, os estudos do Mestrado Acadêmico no Programa de Pós-Graduação desta Universidade, o desejo de continuar pesquisando no campo da avaliação e de estudar um pouco mais a fundo o funcionamento das avaliações em larga escala teve a oportunidade de ser realizado. Não foi necessário grande esforço para ser absorvida por inúmeras manifestações (seja das mídias, dos professores com os quais convivo ou com os próprios estudantes) para perceber que tais elementos poderiam contribuir enormemente para uma análise sobre esta avaliação.

O que parece impossível negar, também, é que o cenário brasileiro, pelo menos nas semanas que antecedem e sucedem o Exame, igualmente tem focado suas atenções nesse momento. Somente em 2015, 2016 e 2017, as inscrições para o Enem somaram mais de 22 milhões, e a reportagem que descrevi anteriormente nos

apresenta algumas indicações de como o Exame, nos últimos anos, vem atingindo um público diferenciado, tal como pessoas surdas, com deficiências, travestis, transexuais, sabatistas e também aqueles que realizam o Exame mais de uma vez, na tentativa da tão esperada vaga em uma instituição de Ensino Superior. A enunciação que intitula esta Dissertação, por exemplo, é parte de uma reportagem da Revista Guia do Estudante, sobre os motivos da importância de prestar o Exame (Revista Guia do Estudante ENEM 2015) e diz que “– Seja qual for a sua escolha, preste o Enem ”. Tal manchete refere-se às diferentes possibilidades que a prestação do Exame permite, conforme apresentarei posteriormente.

Nas próximas seções, discuto sobre as avaliações em larga escala no Brasil e problematizo de que forma o Enem tem alcançado as proporções dos últimos anos.

2.1 O CURRÍCULO POR COMPETÊNCIAS E HABILIDADES E AS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA NO BRASIL

As avaliações em larga escala no Brasil iniciaram sua trajetória em 1990, com a primeira edição do Saeb - Sistema de Avaliação da Educação Básica. Naquele ano, o Saeb contou com a participação de uma amostra de escolas que ofertavam a 1ª, 3ª, 5ª e 7ª séries do Ensino Fundamental das escolas públicas da rede urbana. De acordo com informações disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)⁷, os estudantes foram avaliados nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências, sendo que as duas últimas séries também foram avaliadas em Redação. Em 2005, o Saeb foi reestruturado pela Portaria Ministerial nº 931, de 21 de março de 2005, passando a ser composto por duas avaliações: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), conhecida como Prova Brasil.

Ainda de acordo com informações disponibilizadas pelo Instituto, atualmente o Saeb é composto por um conjunto de avaliações externas em larga escala, sendo que essas avaliações buscam traçar uma análise sobre o sistema de educação do nosso país e também entender quais as condições que influenciam no desempenho do estudante e, conseqüentemente, sobre os sistemas de ensino. Werle (2010) explica que as *avaliações externas* são todas aquelas realizadas por uma empresa ou

⁷ Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/saeb/historico>>. Acesso em: 5 dez. 2015.

profissionais especializados, contratados para tal fim, que podem abranger toda ou parte da instituição. Já as *avaliações em larga escala* fazem parte de um procedimento mais amplo, realizado também por agências reconhecidas e especializadas, que abarcam todo um sistema de ensino. A autora destaca ainda que, geralmente, essas avaliações em larga escala se preocupam em obter dados generalizáveis sobre determinado sistema. Argumenta, ademais, que as avaliações externas e de larga escala não eliminam a importância de outras formas de avaliação, pois são considerados níveis diferentes de avaliação. Baseada em Werle (2010), optei por utilizar, na presente pesquisa, o termo avaliação em larga escala para referir-me ao modelo de programa de avaliação no qual o Enem se insere.

No Brasil, essas avaliações são geralmente organizadas pelo Inep – atingindo instituições públicas e privadas – ou por institutos privados como o Inade (Instituto de Avaliação e Desenvolvimento Educacional) e como o Avalia Educacional. Internacionalmente, avaliações desse tipo são realizadas pelo PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – em que estudantes de 15 anos dos países membro da OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – são avaliados com foco na Matemática, e mais recentemente, nas Ciências, conforme indica o próprio Inep⁸, responsável por essas avaliações no Brasil.

Junto com a elaboração dessas avaliações, foram criadas também as Matrizes de Referência que estabeleceram os critérios, os conhecimentos exigidos, os indicadores de avaliação, as orientações para aplicação, entre outros parâmetros que auxiliariam as escolas no processo de análise dos resultados e, até mesmo, de reestruturação de seus currículos. Conforme Nunes (2011), as Matrizes de Referência, que atualmente descrevem as competências e habilidades que são exigidas em cada avaliação externa, foram elaboradas a partir de 1997 e servem de orientação para a elaboração dos instrumentos de avaliação. Essas matrizes elegem o que será avaliado e, portanto, expõem as habilidades e competências que são esperadas dos estudantes em determinadas etapas da aprendizagem. Assim, tais matrizes acabam por ser a fonte para a elaboração dos testes em larga escala.

É importante destacar, ainda, que uma Matriz de Referência não corresponde exatamente ao que se denomina Matriz Curricular que, no currículo de uma escola, por

⁸ Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/pisa-programa-internacional-de-avaliacao-de-alunos>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

exemplo, determina as competências e habilidades que embasarão o processo de ensino e aprendizagem. A Matriz de Referência é mais sintética e estabelece somente as competências e habilidades que serão avaliadas, seja na avaliação de uma escola ou em uma avaliação em larga escala. Esta última é fundamental, obviamente, para a organização e elaboração das avaliações em larga escala realizadas no Brasil e no mundo, como é o caso do PISA.

Outra avaliação brasileira que tem ganhado destaque no cenário educacional é a Avaliação Nacional de Alfabetização, a chamada ANA (BRASIL, 2013b), que tem por objetivo produzir indicadores que contribuam para o processo de alfabetização nas escolas públicas brasileiras⁹. No Documento Básico sobre essa avaliação, publicado pelo Inep em 2013, consta o detalhamento do funcionamento dessas matrizes. De acordo com o documento,

[...] uma vez que a aprendizagem não pode ser medida de maneira direta, necessita-se identificar, por meio de um construto e das teorias que o sustentam, as características relacionadas à aprendizagem que sejam diretamente perceptíveis. As matrizes de referência são construídas para aglutinar características que, analisadas conjuntamente, possam gerar informações sobre esse construto. (BRASIL, 2013b, p. 13).

Assim, a matriz elege alguns conhecimentos em detrimento de outros, que serão avaliados e que, de acordo com o Inep, podem revelar dados significativos que possibilitam uma leitura e uma posterior análise do processo avaliado. Nesse mesmo documento, o Instituto fundamenta a existência dessas avaliações:

[...] as avaliações educacionais são, antes de tudo, um julgamento de valor e carregam concepções que refletem as escolhas sobre o que se considera importante ensinar/aprender em nossa sociedade. **As avaliações em larga escala, em especial, possibilitam a produção de dados em nível nacional/regional/local, subsidiando as políticas públicas para o desenvolvimento de estratégias de intervenção** em possíveis dificuldades encontradas nos diferentes contextos educacionais. (BRASIL, 2013b, p. 13, grifo nosso).

Ainda sobre as avaliações em larga escala, Miranda (2011) destaca que elas aprofundaram a discussão sobre procedimentos estatísticos e a importância da construção de matrizes de avaliação, destacando a Teoria da Resposta ao Item (TRI), cuja estruturação teórica permite a comparabilidade de resultados ao longo do tempo e entre anos/séries diferentes. A partir de 1995, o Inep adotou para o Saeb esta nova metodologia de construção do teste e análise de resultados, a TRI, abrindo justamente

⁹ Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/saeb/ana>>. Acesso em: 15 mai. 2016.

a possibilidade de comparabilidade entre os resultados das avaliações ao longo do tempo.

Entretanto, antes de entender o funcionamento desta teoria de análise de resultados, é importante compreendermos como se organiza um trabalho por competências e habilidades, cuja organização embasará a construção das Matrizes de Referência da maioria das avaliações externas brasileiras. Considerando que os documentos oficiais publicados pelo Inep fazem parte do material de estudo necessário para a composição desta pesquisa, torna-se importante o entendimento da organização e metodologia empregada na elaboração da Matriz de Referência do Enem, da elaboração dos itens de avaliação que compõem as provas etc. Assim, faço uma retomada desses conceitos para, posteriormente, entendê-los sob a perspectiva analítica usada na presente pesquisa.

Valente (2002) destaca que as ideias sobre a noção de competência surgiram junto às inovações promovidas pela Escola Nova de Dewey, que tinha o propósito de romper com a lógica da Escola Tradicional. De acordo com a autora, a lógica da Escola Tradicional enfatizava, demasiadamente, a teoria sobreposta à ação. Na tentativa de os estudantes encontrarem maior significado nos conteúdos escolares, a noção de competência surgiu ao encontro da ideia de que a escola deveria considerar as motivações e os interesses dos estudantes e não somente conhecimentos previamente estabelecidos pelo currículo escolar. Para Braslavsky “pessoas competentes são aquelas capazes de resolver situações problema de maneira satisfatória, que sabem como agir perante o inesperado [...]” (1999¹⁰ *apud* VALENTE, 2002, p. 3).

Ou seja, nessa concepção, pessoas competentes são as que percebem o mundo ao seu redor e conseguem relacionar suas aprendizagens com o objetivo de solucionar situações-problema. Este pode ser considerado um importante elemento que conduz a proposta de avaliação instituída pelo Enem: a habilidade dos sujeitos de resolverem situações-problema. A mesma autora retoma outras possibilidades de caracterização do termo competência, tais como: “a qualidade de quem é capaz de apreciar e resolver certo assunto, fazer determinada coisa [...]” (DICIONÁRIO AURÉLIO, 1986¹¹ *apud* VALENTE, 2002, p. 5) e a definição de Perrenoud, importante estudioso do tema:

¹⁰ BRASLAVSKY, Cecília. Re-haciendo escuelas: hacia un nuevo paradigma en la educación latinoamericana. Buenos Aires: Santillna, 1999.

¹¹ DICIONÁRIO AURÉLIO. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

São múltiplos os significados de competência. Eu a definirei aqui como sendo uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles. (PERRENOUD, 1999¹² *apud* VALENTE, 2002, p. 5).

Essa última concepção destacada, de Perrenoud, defende que trabalhar com competências é “[...] mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações etc.) para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações.” (PERRENOUD, 1999, p. 19). Portanto, a competência é mais ampla e requer que um conjunto de operações sejam mobilizadas. A habilidade é mais específica e se refere a pequenas “capacidades” importantes de serem desenvolvidas. Um conjunto de habilidades trabalhadas tendem, juntas, a construir uma competência.

Alice Lopes e Sílvia López, no artigo *A Performatividade nas políticas de currículo: o caso do Enem*, elaboram uma discussão sobre os efeitos da globalização por intermédio das políticas curriculares e avaliativas. As autoras (LOPES; LÓPEZ, 2010) defendem, baseadas nos estudos de Stephen Ball, que essas políticas funcionam como geradoras de sentido que interpelam as decisões curriculares, em um ciclo de produção, sempre contínuo, de outras políticas. Para elas, o Enem é uma ação que expressa a produção de uma cultura da performatividade que, de acordo com Ball (2003¹³ *apud* LOPES; LÓPEZ, 2010, p. 97), seria “[...] uma tecnologia, uma cultura e um modo de regulação que emprega julgamentos, comparações e termina se revelando como meio de controle, de desgaste e de mudança.”

Para as autoras, o exame tem como objetivo a “[...] formação de um indivíduo onipotente para a eficiência social do sistema de ensino e, conseqüentemente, do sistema social [...] centrado na autorregulação das performances do indivíduo.” (LOPES; LÓPEZ, 2010, p. 90). Neste estudo, não pretendo continuar a discussão sobre as estratégias que indicam a ideia da performatividade nos materiais empíricos, no entanto, gostaria de destacar que a organização curricular na qual o Exame é baseado, conforme expressam as autoras e a explanação que realizei, dá-se atrelada a uma concepção de mundo e mercado de trabalho associada ao fenômeno da globalização. A partir das

¹² PERRENOUD, Philippe. *Construir as competências desde a escola*. Porto Alegre: Ates Médicas Sul, 1999.

¹³ BALL, Stephen J. The teacher's soul and the terrors of performativity. *Journal of Education Policy*. v.18,n.2, p. 215-228, 200

[...] mudanças nas formas de trabalho no modo de produção capitalista, a centralidade da cultura e o reordenamento geopolítico-econômico em curso, surgem novas exigências em relação às competências e habilidades entendidas como necessárias ao trabalhador capaz de se inserir no mundo em mudança cada vez mais acelerada. (LOPES; LÓPEZ, 2010, p. 92).

Assim, o currículo baseado em competências e habilidades, cuja metodologia de organização é utilizada nas avaliações em larga escala brasileiras que avaliam a Educação Básica, faz parte de um projeto de formação de um trabalhador que não deve ser somente qualificado para uma função, mas capaz de mobilizar competências que contemplem demandas construtivistas – com foco na construção do conhecimento – e instrumentais – com foco no desempenho, conforme expressam Lopes e López (2010).

À medida que o cenário educacional brasileiro insere tais avaliações em seus processos de gestão e utiliza as Matrizes de Referência como orientação para a seleção de conhecimentos presentes em seu currículo, percebemos uma forma de manifestação do que Michel Foucault (1995) expressa como sendo modos de conduzir condutas ou como uma prática de governo, discussão bastante significativa para este estudo e que será explorada posteriormente. Para o autor (1995), existem dois sentidos que podem ser atrelados a esse conceito: um sentido mais amplo, voltado ao controle e à administração das populações e um sentido mais individual, voltado à relação do sujeito com ele mesmo.

Entendendo que as políticas de avaliação em larga escala e, mais precisamente, que as Matrizes de Referência criadas pelo Inep operam como mecanismos de organização dos currículos escolares, este sentido amplo do conceito de governo vai ao encontro das análises a que proponho. Ainda assim, ao criar plataformas de estudo e investir em material de divulgação de dicas de organização individual, de guias com resumos e conteúdos direcionados para quem estuda para o Exame, tanto o Ministério da Educação quanto o mercado de editoras, cursinhos, plataformas de estudo *online*, entre outros, criam um ambiente e instalam a ideia de que o estudante pode se autorregular e tornar-se empreendedor de si mesmo, o que o conduzirá, se fizer “as devidas escolhas” a ser bem sucedido na avaliação. Com essa percepção, temos o segundo sentido que Foucault (1995) atribui ao conceito de governo¹⁴, voltado para a condução do sujeito de si mesmo.

¹⁴ Tanto esse conceito quanto outros serão melhor explorados no capítulo destinado à abordagem teórico-metodológica da pesquisa.

2.2 O EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO E SEUS EFEITOS NO CENÁRIO EDUCACIONAL BRASILEIRO

O Exame Nacional do Ensino Médio foi criado em 1998 pelo Inep. De acordo com dados divulgados no site¹⁵ do Instituto, o Exame tem como objetivo avaliar o desempenho dos estudantes na etapa final da Educação Básica, visando a diagnosticar e a construir dados para embasar as propostas de qualificação da Educação Básica, tendo como foco o Ensino Médio. O Relatório Pedagógico do Enem (2009-2010), elaborado pelo Inep (BRASIL, 2013c), esclarece que, desde sua criação até o ano de 2008, com o objetivo de avaliar as competências e as habilidades desenvolvidas ao longo da escolaridade básica, o Exame era realizado todos os anos, sendo que consistia em uma prova única com 63 questões interdisciplinares.

Durante a primeira década de aplicação do Exame, algumas organizações e instituições de Ensino Superior passaram a utilizar seus resultados como instrumento de seleção dos estudantes. Ao vincular, em 2004, o Enem ao Programa Universidade para Todos (ProUni) do Ministério da Educação, o Exame alcançou 3 milhões de inscritos e 2,2 milhões de participantes, conforme destaca o relatório acima referido.

No entanto, foi a partir de 2009 que o Enem se tornou um dos principais concursos de acesso às Universidades Federais do Brasil. Essa nova forma de ingresso fez com que o Inep reorganizasse o seu formato e apresentasse mais claramente as competências, as habilidades e os objetos de aprendizagem/conhecimento avaliados. Conforme esse relatório (BRASIL, 2013c), ainda em 2009, foi promovida a reformulação das Matrizes de Referência para o Enem, tomando como base as Matrizes de Referência do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), estruturado em quatro áreas do conhecimento: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias e Ciências da Natureza e suas Tecnologias, conforme destaca o relatório.

A revista Guia do Estudante possui, anualmente, uma publicação específica sobre o Enem e esclarece alguns aspectos importantes para os estudantes que prestarão o Exame: quais as suas funções, o que a prova exige, como seus resultados

¹⁵ Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/Enem/sobre-o-Enem>>. Acesso em: 5 dez. 2015.

são calculados, entre outros. As principais funções atualmente atribuídas ao Enem, de acordo com a publicação acima mencionada¹⁶, são de:

Quadro 2 – Objetivos do Enem

Servir como vestibular para boa parte das universidades federais, centros federais tecnológicos e algumas universidades estaduais, além de ter seu resultado usado nos processos seletivos de mais de mil faculdades. Para isso, foi instituído o Sistema de Seleção Iniciais – SISU -, que funciona com as notas do Enem.

Ser a porta de entrada para milhares de estudantes em cursos técnicos, subsequentes ao Ensino Médio. A partir de 2013, pelo Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica, o Sisutec, os alunos podem optar pelo ensino técnico. Em 2014, foram mais de 290 mil vagas nessa modalidade de curso.

Conseguir ajuda financeira ao aluno que estuda em instituições privadas. Desde 2004, o Enem é a forma que os estudantes têm para conseguir uma bolsa para o Programa Universidade para Todos (ProUni). Em 11 anos, o ProUni atendeu cerca de 2,4 milhões de estudantes. Em 2010, a participação no Enem passou a ser obrigatória também para a solicitação do Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies). Assim, os alunos de baixa renda que quiserem pedir financiamento pelo fundo têm de fazer o exame.

Ser a prova de conclusão do Ensino Médio, em lugar do antigo Exame Nacional para a Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Enceeja).

Avaliar o conhecimento dos alunos que encerram o Ensino Médio.

Fonte: SEJA qual for a sua escolha, preste o ENEM. **Revista Guia do Estudante ENEM 2015**, ed. 11, p. 08.-09

Quanto ao fato de o Enem servir como prova de conclusão do Ensino Médio, conforme destacado na reportagem acima, ressalto que, a partir de 2017, essa aplicação foi alterada. A partir de 2017, o antigo Enceeja voltou a ser válido como prova de conclusão do Ensino Médio. Outro programa, porém, que também exige o Exame é o chamado Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), uma iniciativa do governo federal, lançada em 2011, que teve como objetivo ampliar a oferta de cursos profissionalizantes e técnicos, conforme informação disponível no

¹⁶ Essas informações foram obtidas em uma reportagem intitulada “Seja qual for a sua escolha, preste o ENEM ” publicada na revista Guia do Estudante ENEM 2015, ed. 11, p. 08.-09. A reportagem também serviu de inspiração para a criação do título deste estudo, pois evidencia suas inúmeras funcionalidades e aconselha ao estudante que, independentemente de sua escolha, ele deve prestar o Exame.

portal do MEC destinado ao programa¹⁷. Esse programa possui duas formas de ingresso: por intermédio do Sisutec, consoante já destacado, e que exige que o candidato tenha prestado o Enem, ou por meio de inscrições diretas nas instituições que oferecem os cursos. Para alguns desses cursos, o candidato deve apenas ter concluído o Ensino Fundamental.

O número de programas e oportunidades de ingresso no Ensino Superior, no Ensino Técnico e até mesmo para a obtenção de bolsas para estudar no exterior, que dependem do desempenho dos estudantes no Enem é crescente. Como já destacado, o ProUni (criado em 2004) e o Fies (criado em 1999) são dois dos exemplos mais conhecidos pelos estudantes. Sendo assim, o Enem acaba por se tornar etapa praticamente obrigatória na vida acadêmica para quem deseja utilizar tais programas e “aproveitar oportunidades”, como mostram os excertos abaixo:

Figura 1 – Orientações do MEC [1]



Fonte: Página do *Facebook* do Ministério da Educação

Figura 2 – Orientações do MEC [2]



Fonte: Página do *Facebook* do Ministério da Educação

A Figura 1, postagem publicada em janeiro de 2016, na página do Ministério da Educação, menciona os prazos para os estudantes que desejam utilizar os benefícios do ProUni ou do Fies. Nela, observamos a utilização de uma variação de uma das

¹⁷ Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pronatec>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

frases da campanha do MEC: *não perca o prazo de inscrição e siga o caminho de oportunidades*. Essa referência sobre o “caminho de oportunidade” está presente na imagem abaixo:

Figura 3 – Caminho de oportunidades



Fonte: Vídeo da campanha publicado no YouTube¹⁸

Essa campanha, lançada em 2014, tinha como objetivo divulgar aos estudantes as possibilidades que a realização do Enem permitia, tal como a seleção a partir do Sisu, a participação no ProUni ou o financiamento dos estudos a partir do Fies. A campanha de divulgação contava com um comercial em formato de clipe musical, protagonizado pelos cantores da Figura 3, e um *hotsite*, que traz seis portas clicáveis para se conhecer mais sobre os programas e seus benefícios (o Sisu, o ProUni, o Fies, o Sisutec, o Ciências sem Fronteiras e as cotas). O refrão da campanha musical destacava que *cada porta que se abre é um futuro que nasce; outra porta que se abre é um jovem que cresce. Com o MEC e o Enem, esse futuro já é seu também*. A imagem acima refere-se ao *slogan* da campanha que investe na ideia de o Enem ser *um caminho de oportunidades*.

Na Figura 1 que destaquei anteriormente, publicada pelo MEC, a ideia do Enem como um caminho de oportunidades se repete, fortalecendo a noção de que o Exame serve como oportunidade de crescimento e qualificação profissional. Na Figura 2, publicada pelo Ministério da Educação em junho de 2016, é dado destaque ao número

¹⁸ Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=EPOJ2uTN2HE>> Acesso em: 10 nov. 2017.

de inscritos no ProUni (mais de 577 mil pessoas teriam finalizado a inscrição) no momento da postagem.

A composição dessas imagens ajuda-nos a entender que o Exame tem funcionado como um mecanismo de captura das populações, pois é considerada etapa praticamente “obrigatória” para as pessoas que desejam ingressar no Ensino Superior. A reportagem abaixo, publicada pelo site da Zero Hora, em abril de 2016, mostra que o Censo da Educação Superior de 2014 registrou que o Enem foi usado no mesmo ano para selecionar mais de 500 mil alunos.

Figura 4 – Processos seletivos do Enem



Fonte: Notícia publicada no Jornal Zero Hora¹⁹

Como já mencionei, atualmente, muitos programas de incentivo à qualificação acadêmica e profissional utilizam o Enem como estratégia de seleção dos candidatos ou, pelo menos, exigem que os concorrentes a bolsas de estudo, por exemplo, tenham realizado o Exame. O programa Ciências Sem Fronteiras (CsF)²⁰, conforme descrito em seu site, buscava promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. Para concorrer às vagas que eram oferecidas, todavia, era preciso que os candidatos obtivessem nota no Enem igual ou superior a 600 pontos, em Exames realizados a partir de 2009. Ou seja, qualquer

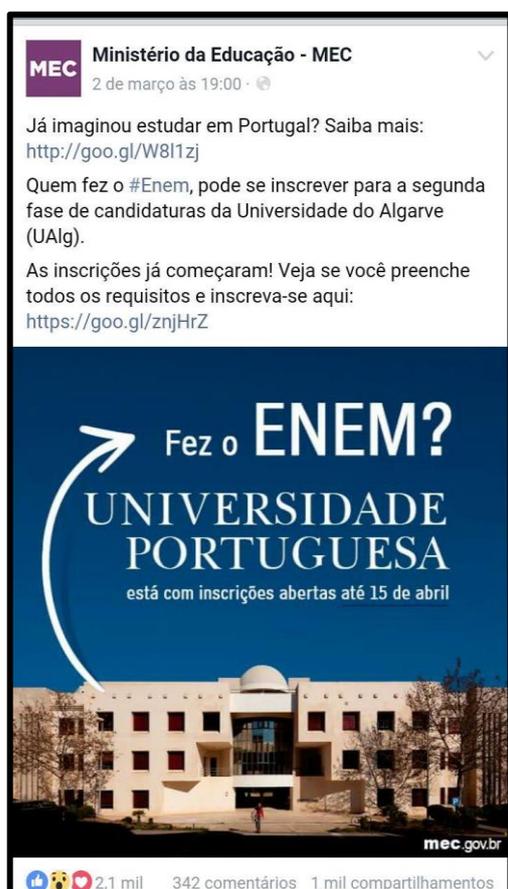
¹⁹ Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2016/04/enem-seleciona-mais-de-um-terco-dos-universitarios-no-pais-5762804.html>. Acesso em: 10 nov. 2017

²⁰ As informações sobre o programa estão disponíveis no site <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br>>.

estudante que desejasse realizar o programa de mobilidade estudantil durante a sua graduação, também precisava ter tido um bom desempenho no Exame.

Embora o Governo Federal tenha interrompido, em meados de 2016, a concessão de bolsas no formato original do programa, mais de 73 mil estudantes já foram beneficiados com o CsF. Abaixo, destaco duas postagens feitas pela página do *Facebook* do Ministério da Educação, em que são divulgadas as inscrições para os estudantes que desejam estudar em Portugal, por meio de parcerias com as universidades portuguesas.

Figura 5 – Intercâmbios com o Enem [1]



Fonte: Página do *Facebook* do Ministério da Educação

Figura 6 – Intercâmbios com o Enem [2]



Fonte: Página do *Facebook* do Ministério da Educação

Tanto o CsF como outros programas de incentivo à qualificação profissional têm promovido a ideia de que o investimento em estudo e a dedicação na obtenção dessas oportunidades são formas de crescimento e progresso. De acordo com a revista Guia

do Estudante, ainda, *para ter sucesso no Enem, preparação é fundamental. É preciso conhecer bem o Exame e o que será exigido de você.* Sendo assim, primeiramente, de acordo com a publicação, seria importante entender a Matriz de Referência (BRASIL, 2009)²¹, divulgada pelo MEC, que funciona como base curricular para muitos cursinhos preparatórios (os Pré-Enem) e para a elaboração da prova.

A Matriz de Referência (BRASIL, 2009) é organizada a partir de eixos cognitivos (que são comuns em todas as Áreas do Conhecimento) e por competências e habilidades específicas de cada área. Os eixos cognitivos (conforme documento oficial disponível no site do Inep) são:

Quadro 3 – Eixos cognitivos do Enem

- I. **Dominar linguagens (DL):** dominar a norma culta da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica e das línguas espanhola e inglesa.
- II. **Compreender fenômenos (CF):** construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas.
- III. **Enfrentar situações-problema (SP):** selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações-problema.
- IV. **Construir argumentação (CA):** relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente.
- V. **Elaborar propostas (EP):** recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.

Fonte: BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Matriz de Referência do Enem. 2009²².

A partir desses eixos, considerados comuns, cada Área do Conhecimento destaca algumas competências e, dentro delas, algumas habilidades que devem ser desenvolvidas pelos estudantes. Para entender essa relação, transcrevo a

²¹ Embora a Matriz de Referência do Enem fora criada em 2009, ainda hoje este é o documento mais atualizado em que são elencadas as competências e habilidades exigidas no Exame.

²² Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=841-matriz-1&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 10 nov. 2017.

competência de Área 1, com suas respectivas habilidades (H), da área da Matriz de Referência de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias:

Quadro 4 – Trecho da Matriz Curricular do Enem

Competência de área 1 - Aplicar as tecnologias da comunicação e da informação na escola, no trabalho e em outros contextos relevantes para sua vida.

H1 - Identificar as diferentes linguagens e seus recursos expressivos como elementos de caracterização dos sistemas de comunicação.

H2 - Recorrer aos conhecimentos sobre as linguagens dos sistemas de comunicação e informação para resolver problemas sociais.

H3 - Relacionar informações geradas nos sistemas de comunicação e informação, considerando a função social desses sistemas.

H4 - Reconhecer posições críticas aos usos sociais que são feitos das linguagens e dos sistemas de comunicação e informação.

Fonte: BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Matriz de Referência do Enem. 2009.²³

Essa organização por competências e habilidades, como já expliquei anteriormente, complementa-se pelos Objetos de Conhecimento que são descritos no final do documento da Matriz de Referência. Por exemplo, na área da Matemática, são exigidos conhecimentos que englobam: operações em conjuntos numéricos (naturais, inteiros, racionais e reais), desigualdades, divisibilidade, fatoração, razões e proporções, porcentagem e juros, relações de dependência entre grandezas, sequências e progressões, princípios de contagem. Esses conteúdos, entre muitos outros, estão também descritos na matriz.

Dessa forma, essa matriz, também conhecida como Matriz de Avaliação, é a base para a construção do Exame e torna-se material de trabalho para muitos docentes do Ensino Médio, que buscam aproximar suas práticas pedagógicas e seus instrumentos avaliativos ao modelo proposto pelo Exame. Isso nos mostra como o Enem interpela o planejamento dos professores, o currículo das escolas, a elaboração de materiais didáticos, entre outros.

²³ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=841-matriz-1&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 10 nov. 2017.

Além disso, os estudantes também conduzem seus estudos tendo como base os conteúdos exigidos no Exame, sendo que não somente a realização da avaliação em si, mas todos os simulados e guias de estudo conduzem os candidatos a uma determinada conduta nos estudos. Entendo que, conforme explicita Mello (2013, p. 75), “[...] o exame é o momento em que o sujeito é submetido ao controle máximo, mas de modo impessoal: mediante o controle de seu saber e de seu comportamento.”. Para a autora, o exame – sejam os simulados realizados pelos estudantes, os exercícios ou as próprias avaliações – surge como um instrumento disciplinar, não só como controle do sujeito, mas também, em uma perspectiva mais ampla, de controle de populações (professores, escolas, entre outros).

Em uma reportagem publicada pelo *site* da revista Exame²⁴, em outubro de 2015, logo após a realização do Exame, são listados dez “números” que representam um balanço sobre a avaliação em 2015, que indicam, por exemplo, que 743 pessoas foram eliminadas nos dois dias de prova; que três candidatos foram eliminados por postagens de fotos das provas em redes sociais; que 25,5% foi o índice de abstenção da prova, o menor já registrado; que 600 candidatos não terminaram a prova no Pará por problemas na rede elétrica em uma escola; que a Bahia teve 60% de mulheres realizando o Exame, o maior índice do Brasil; que houve um aumento de 172% do número de transexuais e travestis que puderam usar o nome social na avaliação, entre outros dados representados por números, índices e taxas.

Traversini e Bello (2009) discutem como os números, organizados em índices e medidas, por exemplo, adquirem uma importância significativa em ações governamentais, incluindo as de âmbito educacional. Esses dados são utilizados como estratégias e ações, traduzidos em programas ou campanhas “[...] para dirigir, administrar e otimizar suas condutas individuais e coletivas.” (TRAVERSINI; BELLO, 2009, p. 137). Para os autores, conduzir e normalizar uma população não exige apenas o conhecimento sobre suas características, mas sim a criação de registros sobre as intervenções e ações realizadas, a fim de que elas possam ser acompanhadas e avaliadas.

Uma das técnicas que permitem que essas campanhas ou programas, conforme destacam os autores, tenham continuidade, são os processos de auditoria. Este

²⁴ Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/um-balanco-do-Enem-2015-em-10-numeros/lista>>_ Acesso em: 10 ago. 2016.

“formato auditável” (TRAVERSINI; BELLO, 2009, p. 147) pode ser visto nas avaliações em larga escala, pois os resultados são analisados de acordo com os objetivos e, no caso do Enem, por meio da Teoria de Resposta ao Item, podem ser comparados ao longo dos anos. “Esta maquinaria avaliativa opera utilizando o saber estatístico que gera comparabilidade entre o investimento público e os resultados apresentados [...]” (TRAVERSINI; BELLO, 2009, p. 147), sendo que, a partir dos índices obtidos, são valorizadas determinadas práticas pedagógicas e modelos de educação, como é o caso de sistemas de ensino que utilizam o desempenho das escolas parceiras no Enem como *marketing* de venda para prospecção de novas parcerias.

A Teoria de Resposta ao Item, criada na década de 50, e utilizada em diversas avaliações em larga escala no mundo, permite que os resultados dos candidatos sejam comparados em diferentes provas, desde que se respeitem as escalas criadas. Em uma reportagem de Leonardo Vieira no *site*²⁵ do Jornal O Globo, é feita uma retomada acerca desta metodologia em que o candidato ao Enem pode entender como a avaliação funciona. As questões (chamadas de itens) são criadas e testadas, sendo todas classificadas em uma escala, distribuídas entre itens “fáceis”, “médios” ou “difíceis”. Todos os itens ficam armazenados no Banco Nacional de Itens (BNI). Não só as questões do Enem, mas do Enade (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes) e da Prova Brasil, por exemplo, também passam por esse processo.

Assim, dois candidatos que acertaram 40 itens em uma prova podem ter pontuações finais diferentes, pois a TRI considera o nível da questão e não somente o acerto. Por exemplo, se um desses candidatos acertar 20 itens considerados fáceis e 20 itens considerados médios, enquanto o outro candidato acertar 20 itens fáceis e 20 itens difíceis, a pontuação do primeiro será maior, pois a teoria considera que o acerto desse primeiro candidato representa o conhecimento real apresentado por ele, ao contrário do segundo, que poderá ter acertado as questões aleatoriamente. Tal metodologia de correção permite também que se comparem duas provas diferentes desde que estas sigam a mesma escala (classificação das questões) e a exigência das mesmas habilidades. Esse mecanismo permite, por exemplo, que os candidatos que fazem o Enem, depois da data regular com itens diferentes (como é o caso das pessoas

²⁵ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/Enem-e-vestibular/Enem-2014-entenda-como-funciona-teoria-de-resposta-ao-item-14265074>>. Acesso em 10 ago. 2016.

em privação de liberdade), possam ser incluídos nos mesmos critérios de pontuação e classificação para os programas do governo federal.

Dessa forma, o saber estatístico, considerado como uma tecnologia de governo, tem criado regularidades necessárias à gestão das populações, e a comparação, como técnica deste saber, na contemporaneidade, serve para comparar diversas características populacionais, conforme afirmam Traversini e Bello (2009). Entendo o Enem como uma destas técnicas que, por intermédio da sua condição de auditoria e das possibilidades de comparação atreladas a ele, acabam por contribuir com o que Foucault denominou de governamentalidade. A comparação entre diferentes grupos de candidatos – possível devido à TRI – que realizaram a prova em anos distintos permite que se tenha um acompanhamento dos desempenhos dos estudantes, ou seja, permite que os gestores das escolas, dos municípios e estados “auditem” seus processos pedagógicos, fazendo mudanças e avaliando se estas foram adequadas ou não, conforme o desempenho de sua escola ou rede. No próximo capítulo, discorro sobre o conceito de governamentalidade, usado neste trabalho como lentes teóricas para examinar o material empírico.

3 SOBRE AS FERRAMENTAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Neste capítulo, apresento algumas reflexões sobre os estudos de Michel Foucault acerca do conceito de governamentalidade, principalmente no que se refere aos escritos do final da década de 1970, vinculando-os às teorizações do autor sobre práticas de disciplinamento e de subjetivação. Para escrever o capítulo, utilizei as obras *Segurança, Território e População* (2008a), *Em defesa da Sociedade* (2005) e *Vigiar e Punir* (2014). Além desses, busquei pelas produções de autores contemporâneos que se utilizam desses conceitos foucaultianos para embasar a discussão sobre o Enem como uma engrenagem que conduz condutas e contribui para a produção dos modos de ser sujeito aluno na contemporaneidade.

3.1 A OFICINA DE FOUCAULT²⁶: O CONCEITO DE GOVERNAMENTALIDADE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Na aula de primeiro de fevereiro de 1978, no Collège de France, do curso que deu origem à obra *Segurança, Território e População*, Michel Foucault (2008a) descreve questões acerca do problema do governo no século XVI e discute sobre as diferentes formas de concepção de governo, não limitadas à concepção de governo do Estado. O autor explica que, a partir do século XVI e em meados do século XVII, foram escritos muitos tratados que, além de se caracterizarem como conselhos aos príncipes, foram registros escritos do que Foucault trata no curso como as “artes de governar”. Como exemplo, o autor inicia a discussão sobre a arte de governar a si mesmo. De acordo com ele, de modo geral, no século XVI, surgem discussões acerca do governo de si e, para o autor,

[...] o retorno ao estoicismo gira, no século XVI em torno dessa atualização do problema: como governar a si mesmo. Problema, igualmente, do governo das almas e das condutas - o que foi, evidentemente, todo o problema da pastoral católica e protestante. Problema do governo dos filhos - é a grande problemática da pedagogia tal como aparece e se desenvolve no século XVI. E, por último, talvez somente por último, governo dos Estados pelos príncipes. (FOUCAULT, 2008a, p. 118).

A partir dessa afirmação, o autor problematiza alguns questionamentos sobre como se governar e como governar os outros. Essas problematizações se tornam pertinentes devido à aproximação do fim do período feudal e aos movimentos históricos

²⁶ Conforme Veiga-Neto, 2006.

que envolveram a Reforma e a Contrarreforma que, inevitavelmente, puseram em questão as formas como os homens são, espiritualmente, dirigidos. Para Foucault (2008a), é evidente a necessidade de fazer um recorte acerca da literatura sobre o tema e, assim, identificar os pontos principais que se referem ao governo sob sua forma política, ou ainda, sob a forma do governo de Estado. Para essa explanação, o autor menciona e disserta sobre a obra de Maquiavel, *O Príncipe*, como um “ponto de repulsão” da literatura sobre o tema. Apesar de essa ser uma obra considerada “abominável” pelo filósofo e por muitos outros teóricos, Foucault explica que, nem sempre, a obra foi assim considerada.

Para o autor, *O Príncipe* (datado do final do século XVI) reaparece fortemente na Alemanha e na Itália, em um contexto napoleônico, criado pela Revolução e pelo problema causado por ela, atrelado ao questionamento de como “[...] manter a soberania de um soberano sobre o estado [...]” (FOUCAULT, 2008a, p. 120), além dos problemas sobre política e estratégica. Todavia – continua Foucault –, antes de reaparecer séculos depois de sua escrita, muitos teóricos concentraram seus esforços em discursar uma literatura antimachiavel, segundo a qual o principado do Príncipe é visto como frágil e exterior, cuja preocupação não seria a proteção dos seus habitantes e seu território, mas sim da relação do príncipe com o que ele possui. Assim, a obra aparece como um tratado sobre como o príncipe pode conservar seu principado. Entretanto, Foucault explica que a literatura antimachiavel desejará provar que a arte de governar não se dá, exclusivamente, na habilidade de um soberano em manter sua soberania.

Para expandir a discussão sobre as artes de governar, no Curso em questão, o filósofo destaca a obra de Guillaume de La Perriere, de 1555, que se chama *O espelho político contendo diversas maneiras de governar*. Primeiramente, é reforçada a ideia de que o governador não somente governa o Estado, mas sim uma casa, uma alma, as crianças, entre outros, diferentemente do que Maquiavel defendia. Le Pierre concebia que a “[...] prática do governo, por um lado, são práticas múltiplas, já que muita gente governa: o pai de família, o superior de um convento, o pedagogo, o professor em relação à criança, ao discípulo: há portanto muitos governos [...]” (FOUCAULT, 2008a, p. 126). Ainda assim, destaca, todas essas múltiplas formas de governo estariam alocadas no interior do Estado.

Citando outra contribuição teórica, Foucault menciona alguns textos de François La Mothe Le Vayer, cuja escrita identificará três tipos de governo: o de si mesmo (pertencente à moral), a arte de governar uma família e a arte de bem governar o Estado. Desse modo, Foucault ressalta uma continuidade existente entre as diferentes formas de governar e destaca que, para bem governar um Estado, o soberano deveria, primeiramente, aprender a governar a si mesmo. Essa ideia opõe-se, então, à descontinuidade de governo proposta por Maquiavel e reforça a relação entre as diferentes formas de governo.

Ao dar continuidade à explanação de uma obra de La Perriere, Foucault menciona que esse teórico defendia que o “[...] governo seria a correta disposição das coisas [...]” (FOUCAULT, 2008a, p. 127) e que esta arte de governar os homens e suas coisas se preocupa justamente com um conjunto complexo de relações formadas pelos homens e seus vínculos, riquezas, territórios, entre outros, constituindo seus costumes, hábitos e maneiras de pensar. No decorrer da aula, Foucault explica o deslocamento da centralidade da família como fundamental para a arte de governar e trata acerca da problemática da população. Para o filósofo, a família passa a ser “[...] instrumento privilegiado para o governo das populações e não modelo quimérico para o bom governo.” (FOUCAULT, 2008a, p. 139). É nesse momento da História, de acordo com o autor, que surgem as campanhas de combate à mortalidade, vacinação, referentes ao casamento, entre outros, pois a família passa a ser instrumento para governo de toda uma população.

Ao final da já referida aula de primeiro de fevereiro de 1978, Foucault define o conceito da então denominada por ele governamentalidade, que seria:

1. O conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permite exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais: os dispositivos de segurança.
2. A tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina etc. – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes.
3. O resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado. (FOUCAULT, 2008a, p. 143-144).

Nesse momento do Curso, o autor explica que o conceito de governar é diferente do de reinar ou comandar e que este ato de governo é específico devido a uma forma

peculiar de poder. Assim, Foucault (2008a) passa a analisar as relações de poder, focando no problema do Estado e da População, a partir da perspectiva da governamentalidade. Por meio de uma descrição sobre o funcionamento do hospital psiquiátrico e da prisão, o teórico fundamenta a questão da ordem existente na organização estratégica dessas instituições, que seria externa a elas. Para continuar respondendo ao questionamento inicial da aula, o autor passa a fazer um resgate histórico dos conceitos de governo concebidos ao longo da história, desde sua concepção material e moral até no sentido de seguir um caminho ou conduzir alguém. Em uma determinada parte da obra, Foucault descreve a metáfora do pastor (remetendo-se a um poder da Igreja Cristã), a partir da qual a ideia de conduzir os homens como se conduz um rebanho é analisada.

Para este estudo em específico, interessa-me citar uma das definições do poder pastoral, que ilustra o poder individualizante. Para Foucault, essa

ideia de que o poder pastoral é um poder individualizante. Quer dizer, é verdade que o pastor dirige todo o rebanho, mas ele só pode dirigi-lo bem na medida em que não haja uma só ovelha que lhe possa escapar. O pastor conta as ovelhas, conta-as de manhã, na hora de levá-las a campina, conta-as à noite, para saber se estão todas ali, e cuida delas uma a uma. Ele faz tudo pela totalidade do rebanho, mas faz tudo também para cada uma das ovelhas do rebanho. (FOUCAULT, 2008a, p. 172).

Ou seja, esse poder pastoral, como um poder individualizante (de estar preocupado com a totalidade do rebanho, mas também com a individualidade de cada sujeito), é um dos grandes paradoxos do pastor e pode ser vinculado, na pesquisa aqui referida, à necessidade de governo e condução de condutas de toda uma população brasileira, mas que exige um cuidado com cada indivíduo que será avaliado no Exame (pessoas com necessidades especiais, lactantes, sabatistas, entre outros). Em suma, o filósofo esclarece que o pastor pastoral é o poder sobre uma multiplicidade e que guia a população a um objetivo, sendo assim, um poder que visa a todos e, ao mesmo tempo, a cada um.

Veiga-Neto e Lopes (2007) explicam que, durante a Modernidade, todas essas formas de governo citadas anteriormente acabaram por institucionalizarem-se, estando muito focadas nas problemáticas envolvendo o poder do Estado. Para evitar-se tal confusão entre esses diferentes tipos de governo, os autores utilizam a palavra “governo” para designar um conjunto de ações de conduta sobre si ou sobre os outros e “governo” para referirem-se às instâncias do Estado. Para eles, “[...] pode-se

dizer então que, de certa maneira, o governo é a manifestação ‘visível’, ‘material’, do poder.” (VEIGA-NETO; LOPES, 2007, p. 953). Baseada nessas afirmações, também usarei, no presente trabalho, a expressão “governo” para referir-me aos mecanismos de regulação de condutas traduzidos pelos programas de avaliação externa do Ministério da Educação.

Assim, o conceito de governamentalidade, já referido anteriormente, pode ser entendido, de forma resumida, por um conjunto de práticas de condução de conduta. Mais tarde, Foucault (2001²⁷ *apud* VEIGA-NETO; LOPES, 2007, p. 954) descreverá a governamentalidade como “[...] o encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si.” Essa última definição abrange de forma bastante significativa as técnicas propostas pelos guias de estudo do Enem, quando estes indicam estratégias de disciplinamento e de organização para a obtenção de bons resultados no Exame, não deixando este de ser um mecanismo de controle das populações jovens, principalmente.

Olena Fimyar (2009) enfatizou a relação direta entre as práticas – que seriam o exercício de governo – e as “[...] mentalidades que sustentam tais práticas.” (FIMYAR, 2009, p. 38). Assim, para a autora, a governamentalidade seria o “[...] esforço de criar sujeitos governáveis através de várias técnicas desenvolvidas de controle, normalização e moldagem das condutas das pessoas.” (FIMYAR, 2009, p. 38). A autora destaca, ainda, que o termo “condução de condutas”, na governamentalidade, não é visto apenas a partir do aspecto político, mas sob uma perspectiva mais ampla. Conforme sustenta Fimyar, através da história, o problema da governamentalidade foi analisado em textos filosóficos, médicos e até pedagógicos.

Outro destaque importante dado pela autora, é que “[...] a governamentalidade enfatiza a interdependência entre as práticas governamentais e as mentalidades de governo que racionalizam e com frequência perpetuem práticas existentes de *conduta da conduta* [...]” (FIMYAR, 2009, p. 41, grifos do autor). Lançando mão dessa discussão, Knijnik e Wanderer (2013) constroem uma análise acerca do Programa Escola Ativa (PEA), política pública federal endereçada às escolas multisseriadas do campo, especialmente no âmbito da Educação Matemática. As autoras, ao analisarem os documentos do PEA e também os questionários respondidos pelos professores que

²⁷ FOUCAULT, M. Les techniques de soi. In: FOUCAULT, M. **Dits et écrits**. Paris: Quarto/Gallimard, 2001a. p. 1602-1632

participaram dos encontros de capacitação oferecidos por pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, percebem que “[...] há um tensionamento entre as orientações pedagógicas oferecidas aos professores e as atividades propostas aos alunos na área da matemática [...]” (KNIJNIK; WANDERER, 2013, p. 211) e que, a partir dessas orientações e propostas, “[...] o programa conduz a conduta dos professores, dos alunos e, de modo mais amplo, da população camponesa.” (KNIJNIK; WANDERER, 2013, p. 211).

As autoras perceberam esse tensionamento, por exemplo, nas falas dos professores, quando eles demonstram que há uma valorização da cultura urbana em relação à cultura rural, na qual a maioria das crianças das escolas do PEA se inserem. Conforme mostra o material empírico da pesquisa, existe uma tendência dos professores a acreditarem que é na escola que as crianças das zonas rurais têm acesso à informação e à cultura. Ao mesmo tempo, os professores também representam as crianças como “ativas”; “criativas, alegres, meigas”; “com receptividade imensa”; “carentes, mas com bastante potencial, que até então não foi trabalhado”; que “respeitam o professor e a escola” (KNIJNIK; WANDERER, 2013, p. 219), instituindo e reforçando o que seria uma forma de vida camponesa, diferente da configuração de vida dos estudantes de zonas urbanas. Compreendo, a partir da discussão tratada por Knijnik e Wanderer, que as práticas dos professores das escolas do PEA acabam por alimentar um ciclo de condução de condutas, dos próprios professores e também das crianças e de suas famílias.

Com o objetivo de apoiar-me em outros estudos que analisaram práticas de governo e sua relação com a regulação das condutas dos sujeitos, deparei-me com as discussões traçadas por Marín-Díaz (2012), que realizou uma pesquisa sobre práticas difundidas na literatura da autoajuda. Em sua Tese de Doutorado²⁸, a autora construiu uma análise sobre exercícios e técnicas presentes nos discursos de autoajuda, sendo esta uma forte estratégia de condução de condutas de si e dos outros, muito difundida no atual século. Como material de pesquisa, Marín-Díaz analisou uma série de obras de autoajuda, pois, de acordo com ela, esses livros “[...] permitem perceber o funcionamento de práticas dirigidas para o autogoverno, isto é, para a

²⁸ MARÍN-DÍAZ, Dora Lília. **Autoajuda e educação**: uma genealogia da antropotécnicas contemporâneas. 310f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

condução da própria conduta.” (MARÍN-DÍAZ, 2012, p. 20). A autora, ao tratar da desinstitucionalização do poder, com inspiração foucaultiana, destaca ainda que esse tipo de análise sobre a qual ela se debruçou (e na qual desejo me inspirar neste estudo):

Trata-se de identificar e descrever práticas de governo que nem sempre estão vinculadas de forma direta e explícita às instituições de Governo e seus discursos, mas que são centrais na operação da razão governamental, constituída numa determinada época e para certas sociedades. Então, é possível pensar algumas formas de governo contemporâneas através da análise dos discursos educativos que circulam amplamente e que não necessariamente são produzidos por instituições estatais ou circulam através delas. (MARÍN-DÍAZ, 2012, p. 24).

Penso que os discursos²⁹ circulantes sobre o Enem não são todos, necessariamente, produzidos por instituições estatais (embora veremos que muitos materiais empíricos desta pesquisa são veiculados pelo próprio Ministério da Educação), mas que estão presentes em inúmeros lugares frequentados pelos sujeitos que, de alguma forma, são capturados pelo Exame. Nas empirias investigadas, percebo inúmeras estratégias que visam à regulação de condutas, sejam estas veiculadas pelo Estado ou por outras instituições.

Para fundamentar o conceito de condução de condutas utilizado neste estudo, recorro a Foucault, quando afirma que a conduta se relaciona com a atividade de conduzir, mas que, nas palavras dele, “[...] é também a maneira como uma pessoa se conduz, a maneira como se deixa conduzir, a maneira como, afinal de contas, ela se comporta sob o efeito de uma conduta que seria ato de conduta ou de condução.” (FOUCAULT, 2008a, p. 255). Sendo assim, a condução de que trato no presente estudo não é somente a atividade de conduzir o outro, mas sim todo o ato de conduzir a si mesmo e as estratégias de subjetivação que fazem parte do processo.

Inspiradas também nos conceitos foucaultianos de governo e governamentalidade, Loureiro e Lopes (2015) buscam problematizar os discursos que difundem os usos das Tecnologias Digitais nas escolas. Conforme as autoras, tais discursos, mobilizados pelas políticas públicas analisadas no estudo³⁰, criam “[...] as condições de possibilidade para a condução eletrônica das condutas e operam na

²⁹ Utilizo aqui o conceito de discurso no sentido foucaultiano, melhor explicado no capítulo quatro, mas que se configura “[...] como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam [...]” (FOUCAULT, 2008b, p. 55), ou seja, constituem objetos e sujeitos imbricados nas produções que a linguagem estabelece (no caso, sobre o Enem).

³⁰ Projeto EDUCOM, Programa Nacional de Informática Educativa (PRONINFE), Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO) e Programa Um Computador por Aluno (PROUCA).

constituição de sujeitos, cujo comportamento deve afinar-se com as condições de vida próprias da contemporaneidade.” (LOUREIRO; LOPES, 2015, p. 359). Essa necessidade de os comportamentos dos sujeitos estarem afinados às condições da vida contemporânea é representada pela ideia de que todas as pessoas devem estar digitalmente incluídas, pois somente assim elas estariam participando de forma integral da sociedade. Nesse sentido, é preciso assegurar, de acordo com as autoras, que todos tenham acesso ao mundo digital, sendo as intervenções na maquinaria escolar – por intermédio de inúmeras políticas públicas – possibilidades de garantia para esse acesso.

Loureiro e Lopes (2015) destacam que é necessária, para o exercício da governamentalidade, a existência de tecnologias de governo (ações dos outros) e práticas de subjetivação (nas quais cada indivíduo é responsável pela sua conduta, ou seja, pelo autogoverno). Justamente à escola, como uma das poucas instituições em que circula obrigatoriamente grande parte da população, foi concedida a tarefa de ensinar as crianças a se disciplinarem por si mesmas. As autoras recordam que é na escola moderna que as crianças aprendem a disciplinar seus corpos, por meio de regras, horários, espaços e avaliações. Apoiadas em Foucault (2014), ressaltam que estes investimentos direcionados à escola buscam organizar as multidões confusas, perigosas, para que estas entendem as regras sociais de condutas as quais estão submetidas.

Entendo que não somente a escola propriamente dita, mas os mecanismos criados para avaliá-la, controlá-la e gerenciá-la, de acordo com os interesses das “multiplicidades organizadas”, também operam como práticas do exercício da governamentalidade. Estudos como o de Lockmann (2013) e Santaiana (2015) preocuparam-se em discutir acerca dessas práticas, seja por intermédio dos programas de assistência social que são direcionados à escola, como é o caso de Lockmann, seja por meio das políticas de Educação Integral que também possibilitam que as áreas da saúde e da assistência social ganhem espaço de controle na escola, como enfatizou Santaiana.

Busquei também inspirar-me em estudos em que o conceito de governamentalidade estava mais diretamente relacionado com o Enem, meu interesse de pesquisa, e deparei-me com o estudo de Roberto Silva (2011), já mencionado no primeiro capítulo desta Dissertação. Como antes referi, o autor, em sua Tese de

Doutorado³¹, discute algumas tecnologias de governo que operam na constituição dos docentes do Ensino Médio e utiliza como material empírico um conjunto de 45 edições da revista *Carta na Escola* (publicadas entre 2005 e 2010). Ao utilizar um periódico destinado a professores de Ensino Médio como superfície analítica, o estudo inspirou-me também ao apresentar estratégias metodológicas que se aproximavam do meu interesse de pesquisa. Assim, Silva (2011) procurou mapear “[...] algumas dessas tecnologias que operam na produção de sujeitos contemporâneos e de suas formas de condução das condutas [...]” (SILVA, 2011, p. 15), sempre tendo como enfoque os docentes do Ensino Médio.

Embora o foco da tese não seja o Enem, Silva estende seu olhar para essa política, por entendê-la como uma tendência dos currículos do Ensino Médio. Silva problematiza alguns textos de um Relatório Pedagógico do Enem publicado em 2008 e afirma que este documento “[...] visibiliza que tais pressupostos [citados no documento] devem orientar não apenas a organização da avaliação em larga escala, mas também encaminhar rápidas e profundas reformas dos sistemas de ensino do Ensino Médio.” (SILVA, 2011, p. 42). Através destas e de outras análises, Silva (2011), utilizando como ferramenta analítica a governamentalidade, identifica três tecnologias de governo – a inovação, a interatividade e as proteções – que demarcam a constituição da docência do Ensino Médio que, de acordo com o autor, deve manifestar-se como sendo uma docência politicamente útil e economicamente produtiva.

A seguir, mostro uma reportagem publicada pelo portal G1 em agosto de 2015, em que se destaca a importância dada por escolas consideradas de referência aos resultados alcançados pelos estudos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) – no caso, uma escola de Manaus que obteve a melhor nota do Amazonas no Enem 2014.

Figura 7 – Notícia sobre escola com melhor nota do Enem



³¹ SILVA, Roberto Rafael Dias da. **A constituição da docência no Ensino Médio no Brasil contemporâneo: uma analítica de governo.** 2011. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

O Colégio Laviniense Ensino Integrado, **escola com melhor nota** no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2014 no Amazonas, aposta na carga horária estendida e na boa relação entre professores e alunos para obter bom desempenho dos estudantes em sala de aula. No ranking de 15.640 escolas em todo o país, o Laviniense ocupa a 99ª posição e lidera a pontuação entre escolas públicas e privadas no estado do Amazonas.

Fonte: Notícia publicada no Portal G1³².

Na reportagem, a coordenadora pedagógica da escola destaca os investimentos e as mudanças curriculares feitas pela instituição, com o objetivo de melhorar o desempenho dos estudantes no Exame e também em outros vestibulares. A coordenadora exemplifica uma das mudanças ocorridas no currículo do Ensino Médio, em que a carga horária da disciplina de Química passou de três horas semanais para cinco horas semanais. Outro exemplo trazido por ela é a metodologia da realização de Simulados que “são realizados com frequência para “iniciar” o aluno como vestibulando”. De acordo com ela, tal prática se aplica desde a Educação Infantil.

Esse recorte de material empírico aponta uma pequena fração dos efeitos que o Exame Nacional do Ensino Médio tem gerado nas escolas de Educação Básica, confirmando o que Werle (2011) discute sobre o espaço que o Exame foi adquirindo ao longo dos anos. Mesmo que, no início de sua concepção, na década de 90, o Enem foi pouco valorizado por Universidades e estudantes (um dos questionamentos eram as taxas cobradas para a participação), o Exame progressivamente adquiriu um status de maior importância. Werle (2011) identifica três razões para essa situação:

Primeiro, com a adesão de Universidades que passaram a considerar os resultados obtidos pelos estudantes para o ingresso no Ensino Superior, em segundo lugar, com o Programa Universidade para Todos (ProUni) cujo critério de ingresso no Ensino Superior apenas considera os resultados do Enem e, em terceiro lugar, com a implantação do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). (WERLE, 2011, p. 776).

Nesse sentido, compreendemos que essa avaliação em larga escala foi adquirindo importância à medida que os estudantes – e consequentemente as escolas – foram sendo capturados por programas de ingresso no Ensino Superior, entre outros, condicionados aos resultados do Exame. Assim, compreendemos que as avaliações em larga escala no Brasil, desde suas primeiras concepções cunhadas na década de 80, sofreram modificações ao longo dos anos de acordo com as necessidades

³² Disponível em: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2015/08/escola-do-am-com-melhor-nota-no-enem-trabalha-carga-horaria-estendida.html>. Acesso em: 10 nov. 2017.

identificadas pelo Estado. Retomando o conceito de governamentalidade como sendo “o encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si” (FOUCAULT, 2001³³ *apud* VEIGA-NETO; LOPES, 2007, p. 954,), podemos entender o Enem como um mecanismo de captura de estudantes e instituições escolares por meio de determinadas técnicas de dominação, traduzidas e elucidadas, na reportagem já mencionada, pelas mudanças curriculares que algumas escolas adotam a fim de “enquadrarem-se” nas exigências consolidadas pelo Exame.

Traversini e Bello (2009), também na esteira dos estudos foucaultianos, entendem que “[...] a governamentalidade pode ser compreendida como uma forma de pensar, uma racionalidade, para produzir, conduzir e administrar os problemas que atingem a população e os indivíduos [...]” (TRAVERSINI; BELLO, 2009, p. 137). Desse modo, podemos entender que os sujeitos escolares da atualidade, principalmente os jovens, estão submetidos a essa racionalidade que prima pela obtenção de bons resultados no Enem, sendo o Exame requisito para o acesso ao Ensino Superior.

Nessa perspectiva, as escolas também investem em estratégias curriculares e de formação de professores, por exemplo, para garantirem os resultados dos estudantes e uma posição de destaque nos rankings que são divulgados. Traversini e Belo (2009) destacam – embora não se referindo exatamente ao Exame – que os índices obtidos produzem diversos efeitos e que muitas instituições procuram reproduzir práticas de “sucesso”. O currículo acaba, por fim, sendo foco dessas mudanças, pois é visto, sob a perceptiva dos Estudos Culturais, como uma

prática cultural que possui uma política e uma pedagogia: uma prática cultural que ensina e forma e; uma prática cultural que governa condutas e produz sujeitos de determinados tipos. (PARAÍSO, 2010, p. 13).

Ao governar condutas, o currículo produz modos de ser sujeitos e intervêm nas dinâmicas escolares. Ainda citando a reportagem já mencionada, a coordenadora pedagógica ressalta que, para obtenção do resultado esperado, o trabalho com os estudantes inicia “na base”, de acordo com ela, “desde o maternal um com crianças de dois anos até a terceira série”. Percebemos, na reportagem citada, que as intervenções curriculares atingem toda a Educação Básica e, embora não estejam diretamente

³³ FOUCAULT, M. Les techniques de soi. In: FOUCAULT, M. **Dits et écrits**. Paris: Quarto/Gallimard, 2001a. p. 1602-1632

vinculadas ao Exame e a outras avaliações em larga escala, fazem parte de uma tendência à formação de determinados sujeitos que estas avaliações ajudam a formar.

3.2 PRÁTICAS DE DISCIPLINAMENTO COMO ESTRATÉGIA DE CONDUÇÃO DE CONDUTAS

Além do conceito de governamentalidade, importante para este estudo no momento em que entendemos as avaliações externas – principalmente o Enem – como um mecanismo de captura das populações e de regulação de currículos, práticas pedagógicas, produção de material didático etc., a exploração de outras ferramentas teórico-metodológicas também vai ao encontro das costuras analíticas feitas a partir do material empírico do estudo. Nesse sentido, ressalto outro conceito que, à medida que o material empírico se delineava, tornava-se fundamental para a pesquisa: as práticas de disciplinamento.

Em sua Tese de Doutorado *A ordem das Disciplinas*, Veiga-Neto (1996) propõe que os processos de disciplinarização ocorrem a partir de dois diferentes eixos, que se relacionam entre si: o eixo da disciplina-saber e o eixo da disciplina-corpo. Nos próximos parágrafos, farei uma breve retomada desses dois eixos, buscando destacar alguns pontos importantes para este estudo.

Foucault (2005), na aula de 25 de fevereiro do curso *Em defesa da Sociedade*, destaca que o século XVIII foi um período de emergência dos saberes técnicos, impulsionado por um processo de reorganização formado por quatro operações: a seleção, a normalização, a hierarquização e a centralização dos saberes (FOUCAULT, 2005). Foucault explica que, na tentativa de intervir nas lutas travadas entre diferentes saberes, o Estado primeiramente propôs uma eliminação (e, conseqüentemente, uma seleção) de alguns saberes em detrimento de outros, para que, assim, os saberes considerados “inúteis” à sociedade da época fossem suprimidos. Posteriormente a isso, foi proposta a normalização destes saberes, na tentativa de ajustá-los uns aos outros, para “fazê-los comunicar-se entre si” (FOUCAULT, 2005, p. 215).

Desta forma, não somente os saberes, mas também quem os detinha, poderia intercomunicar-se. Como terceira operação, temos a classificação dos saberes que foram selecionados e normalizados. Assim, há a possibilidade, mais uma vez, de “encaixar” os saberes uns nos outros e distribuí-los de forma a organizar os mais

específicos e os mais gerais. Por último, explica o autor, temos a centralização piramidal “[...] que permite o controle desses saberes, que assegura as seleções [...]” (FOUCAULT, 2005, p. 216) ou seja, faz com que todas as quatro operações funcionem e que seu processo de organização seja mantido.

Conforme exposto no *Seminário Avançado Em defesa da sociedade 40 anos depois*, baseado na obra de Michel Foucault, ministrado pelo professor Alfredo Veiga-Neto, no primeiro semestre de 2016, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, estas operações são disciplinares e arquitetaram o currículo e a forma de concebermos as Ciências Modernas. Relacionando este pensamento ao tema de pesquisa de meu estudo, faço alusão à Matriz de Referência do Enem (BRASIL, 2009), elaborada pelo Inep e que estabelece as competências e habilidades, distribuídas nas quatro áreas do conhecimento, avaliadas no Exame. De todas as habilidades mobilizadas durante o Ensino Médio e até mesmo no Ensino Fundamental, algumas são selecionadas e distribuídas em uma matriz que se configura na base da construção das provas.

A partir dessa distribuição, ainda percebemos a classificação dessas habilidades (ou desses conteúdos) para a construção dos itens (questões), pois algumas são mais recorrentes do que outras na avaliação. Podemos, acredito, fazer a tentativa de enxergar esta Matriz de Referência como uma representação simples do resultado dessas operações destacadas, uma vez que ela controla e assegura que o Enem seja construído a partir de algumas habilidades, selecionadas ao longo do Ensino Médio. Foucault, na obra já referida, dá exemplos muito mais amplos e complexos desse processo de organização de saberes e acredito que sua reflexão pode aproximar-se da realidade escolar contemporânea, que acaba por perpetuar algumas práticas da modernidade.

Seguindo na exposição articulada por Foucault na aula de 25 de fevereiro, destaco um trecho sobre o papel da ciência nesse processo de intervenção do Estado, pois, de acordo com o autor,

a ciência, como domínio geral, como policiamento disciplinar dos saberes, tomou o lugar tanto da filosofia quanto da mathesis. E doravante ela vai formular problemas específicos ao policiamento disciplinar dos saberes: problemas de classificação, problemas de hierarquização, problemas de vizinhança. (FOUCAULT, 2005, p. 218).

Assim, percebe-se a importância que a ciência adquire, principalmente com o surgimento da Universidade, que, embora já tenha sido criada muito antes do século

XVIII, passou a ser um elemento importante de seleção de saberes. Para o autor, o que surge é uma nova regra, ditada pela ciência (e por quem é legítimo para fazê-lo) e não mais a regra da verdade simplesmente. Conforme discutido em aula no seminário já referido, esta organização das disciplinas (disciplinariedade) ao mesmo tempo potencializa e também limita o pensamento, pois, na tentativa de organizar os saberes, há um recorte e uma eleição de alguns em relação a outros.

O que não há como negar, contudo, é que uma sociedade organizada, por intermédio das disciplinas, acaba por ser mais produtiva, “[...] daí resulta a imensa produtividade da disciplinariedade”³⁴. Nesse contexto, Veiga-Neto (1996) destaca que este processo de organização de saberes objetivou, entre outras coisas, uma tentativa de ordenamento do mundo. Para o autor, “[...] tal ordenamento resulta tanto do entendimento que se tem sobre o mundo, quanto do tipo de sujeito que cada um é – como se vê e é visto – e do tipo de vida que cada um vive no mundo moderno.” (VEIGA-NETO, 1996, p. 130). Sendo assim, mais do que organizar o mundo, esse ordenamento provocou mudanças nos sujeitos, em seus comportamentos e modos de ser. Lançando mão da ideia de que as disciplinas se articulam em dois eixos (dos saberes e também do corpo), percebemos que essa relação se amplia e afeta o sujeito como um todo.

Sobre a virada disciplinar, também discutida na tese, esta chegou nas escolas por meio de duas maneiras, sendo que ambas se relacionavam à questão do currículo (VEIGA-NETO, 1996). A primeira delas relacionou-se aos conteúdos disciplinares propriamente ditos, pois cada segmento do currículo precisava constituir uma identidade. Neste processo, houve a chamada “transposição didática” (VEIGA-NETO, 1996, p. 132) dos conhecimentos acadêmicos para os conhecimentos e conteúdos escolares. A segunda maneira relacionou-se à ideia de “um princípio organizador desses conteúdos” (VEIGA-NETO, 1996, p. 132), por intermédio de uma lógica mais institucionalizada. Dessa maneira, a disciplinariedade trouxe uma maior possibilidade de controle do processo de ensino e aprendizagem. De acordo com o autor,

se o currículo era a invenção institucional que colocava ordem naquilo que cada um deveria estudar num dado curso, as disciplinas eram as unidades que compunham esse currículo, eram as unidades que materializavam essa ordem. (VEIGA-NETO, 1996, p. 132).

³⁴ Excerto retirado de uma apresentação do professor Alfredo Veiga-Neto durante o *Seminário Avançado Em defesa da sociedade 40 anos depois*, ministrado no ano de 2016 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, ainda de acordo com Veiga-Neto, o currículo adquire uma posição de artefato que agrega um conjunto de saberes organizados em disciplinas, dispostos a partir de uma lógica imposta por disposições, limites, hierarquias, que acabam por produzir determinados regimes de verdade. Assim, retomando o exemplo da Matriz de Referência do Enem, podemos inferir que a seleção de determinados saberes em detrimento de outros que não fazem parte da matriz e, conseqüente, dessa avaliação em larga escala, ajuda a produzir regimes de verdade que causam efeitos nas escolas, na formação de professores, na produção de material didático etc.

Um exemplo disso é o fato de a área da “Matemática e suas Tecnologias” ser a única em que apenas um componente curricular compõe toda uma área do conhecimento. Nas escolas, essa preponderância se repete, pois a Matemática é um dos poucos componentes curriculares que ocupam uma carga horária de quatro, cinco ou até mesmo seis períodos semanais. Assim, a lógica disciplinar se repete, (mesmo que não denominemos mais as disciplinas de disciplinas, e sim de componentes curriculares). Percebe-se, assim, que a disciplinariedade enquanto princípio organizador se mantém, mesmo que os currículos de muitas escolas ou avaliações em larga escala estejam organizados por Área do Conhecimento.

O segundo eixo explorado por Veiga-Neto (1996) é o eixo da disciplina-corpo. Em uma das obras mais citadas de Michel Foucault, *Vigiar e Punir* (2014), o autor destaca que “[...] é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado [...]” (FOUCAULT, 2014, p. 134). O autor faz uma retomada sobre como o controle sobre o corpo (e agregado a ele, o controle sobre os saberes) acabou por se tornarem “fórmulas gerais de dominação” (FOUCAULT, 2014, p. 135) por meio das disciplinas. Percebemos que o mesmo movimento de ordenação feito por meio da hierarquização dos saberes a partir de uma lógica disciplinar, também tem efeitos sobre o controle dos corpos, impondo, assim, essa lógica geral de dominação em diversos âmbitos.

Para o filósofo, as disciplinas são os métodos que “[...] permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade.” (FOUCAULT, 2014, p. 135). Enquanto que as estratégias de governo se referem às ações de conduta sobre si ou sobre os outros de um modo geral, as estratégias de disciplinamento são aquelas preocupadas com o controle do corpo e da mente, de forma que também contribuem

para o exercício das estratégias de governo. Podemos dizer que, individualmente, a disciplina promove o controle das operações do corpo – indissociada ao controle dos saberes – e que esse controle está atrelado ao processo mais amplo de condução de condutas.

Veiga-Neto (2008), no artigo *Crise da modernidade e inovações curriculares: da disciplina para o controle*, destaca que o entendimento de que a escola funciona, desde sua concepção, como instrumento capaz de moldar disciplinarmente os sujeitos por ela capturados, é bastante comum, quase banal, conforme afirma o autor. Para ele, a maioria de nós aprende a ser disciplinar devido ao funcionamento do currículo e de outros elementos que compõem a maquinaria escolar. Veiga-Neto destaca ainda a relação entre a disciplina-saber e a disciplina-corpo, exemplificando a afinidade estreita que esses dois eixos estabelecem no currículo escolar. Para o autor:

Enquanto conjunto organizado de conhecimentos escolares, o currículo assumiu para si a lógica disciplinar, levando-a a um desenvolvimento notável, tanto em termos do eixo corporal – disciplina-corpo – quanto em termos do eixo dos saberes – disciplina-saber. Em qualquer caso, as disciplinas são partições e repartições – de saberes e de comportamentos – que estabelecem campos especiais, específicos, de permissões e interdições, de modo que elas delimitam o que pode ser dito/pensado e feito (“contra” o que não pode ser dito/pensado e feito). (VEIGA-NETO, 2008, p. 145)

Nessa perspectiva, ao estabelecer campos de permissões e interdições, produzindo efeitos no que pode ser dito, pensado e feito, as disciplinas também ajudam na produção de determinados modos de ser sujeito (e, no caso deste estudo, na produção de sujeitos estudantes que se preparam para o Exame). Esses estudantes acabam por se constituírem em um universo de ditos sobre o Exame, sobre o que se espera deles em termos de desempenho e sobre como devem se preparar, como mostrarei nos próximos capítulos.

4 PERCURSO INVESTIGATIVO

Neste capítulo, apresento os caminhos que escolhi para trilhar esta pesquisa e os instrumentos metodológicos que elegi para responder o problema deste estudo.

4.1 INSPIRAÇÕES METODOLÓGICAS: O DESPIR-SE DO JÁ-SABIDO

Na construção da pesquisa, apoiei-me na perspectiva de que uma metodologia de pesquisa é sempre pedagógica, pois se refere ao *como fazer* da pesquisa, conforme defendem Meyer e Paraíso (2014). Neste sentido, a escrita a seguir relata as formas como conduzi o presente estudo, fazendo escolhas e elegendo prioridades para fins de organização das empirias.

Para compor o material empírico da pesquisa, reuni alguns materiais que, de alguma forma, apresentavam semelhanças, que se entrecruzavam nas redes discursivas³⁵ sobre o Exame Nacional do Ensino Médio. Para Meyer e Paraíso (2014), as pesquisas cujas metodologias são consideradas pós-críticas, que inspiram esta investigação, permitem que entendamos os caminhos de nossos estudos como certo modo de perguntar, de interrogar ou de enxergar um material atrelado à produção da informação, juntamente com a descrição e análise da mesma. No campo dos estudos em Educação, temos acompanhado na última década uma infinidade de produções nas quais os autores se permitem cada vez mais considerar as impurezas e os desvios que fazem parte da atividade de investigar.

A partir da concepção de que a tessitura de uma pesquisa é um pouco do processo de tecer uma manta ou uma colcha de retalhos, percebemos, enquanto pesquisadores, que essa confecção se dá de forma irregular. Quando iniciamos a tessitura de uma peça, por exemplo, podemos seguir um modelo, uma receita ou até mesmo as dicas de alguém mais experiente com as linhas e agulhas. Entretanto, aprendemos que esse processo jamais se dá como imaginávamos antes de iniciar a composição das peças. Talvez, inclusive, esse desconhecimento seja o que motiva o pesquisador a fazer experimentações e a percorrer, de forma mais livre, os caminhos investigativos. Maria Isabel Bujes (2001), em sua Tese de Doutorado, no capítulo

³⁵ No próximo subcapítulo, discutirei sobre a análise de discurso de inspiração foucaultiana, cujas contribuições me auxiliaram a examinar os materiais empíricos da pesquisa.

destinado à metodologia da pesquisa discute acerca de um caminho inventado, em que o material empírico foi confrontado, revisto, remanejado e submetido a muitas perguntas.

A pesquisadora fez uma análise integrada de documentos oficiais (no caso, o Referencial Curricular da Educação Infantil de 1998) e de materiais veiculados na mídia (a partir da Revista Criança), focando as formas como operam os dispositivos de governo da infância. Nos textos sobre a tessitura investigativa edificada pela autora, ela explica os descaminhos percorridos e narra acerca do estado de insatisfação com o “já-sabido” (BUJES, 2001, p. 84) em que ela se encontrava, quando iniciou o processo de escritura da tese. Aqui, desejo dar ênfase ao uso da expressão saberes “já-sabidos”, pois, em meu próprio processo de tecer esta Dissertação, desafiei-me a abandonar os ditos sobre o Enem que constituíram minha prática de educadora.

Neste mesmo movimento, acredito que é importante ressaltar que as discussões sobre o Enem iniciaram a perpassar meu caminho quando me inseri no universo da escola privada – como já mencionei anteriormente –, mas que, ao iniciar os estudos do Mestrado, pareceu-me que, aonde quer que eu observasse, os rastros e as manifestações sobre o Exame se intensificavam. Meu olhar, enquanto pesquisadora, foi sendo redirecionado a tudo o que circulava nas mídias, nas falas dos professores, nas análises e discussões feitas pelas equipes pedagógicas com as quais eu trabalhava e nas percepções dos próprios estudantes.

Assim, muitos saberes *já-sabidos* dos sujeitos com os quais eu me deparava foram construindo o que eu pensava sobre o Exame e sobre as avaliações em larga escala em um âmbito mais geral. Todavia, ao iniciar a escrita deste estudo, como já destaquei, iniciei também um processo de me despir do *já-sabido* e de esforçar-me para enxergar os materiais empíricos com as lentes de pesquisadora. Não é a primeira vez que destaco que meu interesse de pesquisa não é defender ou rejeitar a existência de exames em larga escala como o Enem, mas sim dar luz à discussão sobre seus efeitos na vida de muitos sujeitos, escolares ou não.

Paraíso (2004) explica justamente que as pesquisas pós-críticas no Brasil não desenvolvem o interesse em explicações universais, nem em comprovações daquilo que já acontece no campo da educação. Para tais pesquisas, a invenção, a criação e as narrativas parciais sobrepõem-se a outras preocupações. A autora afirma, ainda,

que “[...] essas pesquisas não se interessam por modos ‘certos’ de ensinar, formas ‘adequadas’ de avaliar ou por conhecimentos ‘legítimos’; a não ser para problematizar essas comprovações, esses modos, essas formas e conhecimentos” (PARAÍSO, 2003³⁶ *apud* PARAÍSO, 2004, p. 286).

O campo que, durante o desenrolar da pesquisa, defini para acompanhar-me no processo de produção do material empírico foi o das redes sociais, mais especificamente o do *Facebook*, uma rede onde circulam diferentes mídias sociais e seus escoamentos. No próximo subcapítulo, explicarei como este recorte foi estabelecido, mas antes discutirei sobre o fazer pesquisa em um universo fluido e mutável que se configura a Internet.

No problema de pesquisa, especifico que busco esclarecer como são constituídos, em mídias sociais do *Facebook*, os estudantes bem-sucedidos no Enem. Ou seja, procuro verificar, em materiais publicados nessa rede social – mais especificamente, em postagens e reportagens a elas vinculadas – como esse estudante bem-sucedido é constituído. Ciribeli e Paiva esclarecem que “[...] mídia social é o meio que determinada rede social utiliza para se comunicar.” (CIRIBELI; PAIVA, 2011, p. 59). Bozarth (2011³⁷ *apud* ALLEGRETTI *et al.*, 2012, p. 54) entende que:

o *Facebook* é como um site que permite a interação entre amigos, o agenciamento e o compartilhamento de muitas formas de mídias sociais (mensagens, fotos, vídeos, links) e a discussão em grupo ou acompanhamento de informações por meio de assinatura de páginas especializadas em temas específicos (*fan pages*).

Sendo assim, o *Facebook* acaba por ser uma ferramenta de comunicação com diferentes finalidades que permite que os usuários interajam com os conteúdos postados pelos administradores das páginas (*fan pages*) que “seguem” e também com os conteúdos postados por outras pessoas. Essas mídias sociais postadas (mensagens, fotos, vídeos, links) são o cerne do material empírico que estabeleci para a pesquisa.

Nos últimos anos, o *Facebook* e outras redes sociais têm sido estudados por diferentes campos (Comunicação, Educação, Tecnologia da Informação, entre outros)

³⁶ Currículo-mapa: linhas e traçados das pesquisas pós-críticas sobre currículo no Brasil. In: **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, 26. Programa e resumos. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2003. p.204.

³⁷ BOZARTH, J. **Social Media for Trainers: Techniques for Enhancing and Extending Learning**. San Francisco, CA: Pfeiffer, 2011.

e os autores têm destacado que estas redes representam novas formas de vida social e conexão entre as pessoas. Tais discussões são feitas por Amante (2014) ao destacar que a compressão da vida social atualmente exige que consideremos as novas conexões e relações estabelecidas em âmbito virtual. Para a autora, estas redes “[...] alteraram profundamente nos últimos anos a forma como milhões de pessoas se comunicam e compartilham informação entre si.” (AMANTE, 2014, p. 28).

Ao apresentar diferentes pesquisas que utilizaram o *Facebook* como cenário empírico, Amante (2014) mostra que o principal motivo de os indivíduos utilizarem esta rede social ainda é a manutenção das relações já existentes fora do mundo virtual. Porém, outras razões também aparecem em outros estudos, tais como conhecer novas pessoas, ocupar o tempo, tornar-se mais popular etc. Assim como expressam Porto e Santos, “[...] cotidianamente uma miríade de informações e discussões desfilam na tela dos usuários do *Facebook*, demonstrando como este faz parte da vida das pessoas.” (PORTO; SANTOS, 2014, p. 16).

Além dos aspectos vinculados a relações sociais e uso da rede para fins de “vitrine” social, Amante mostra ainda que há também alguns estudos que discutem o uso do *Facebook* para fins educacionais, embora esses ainda sejam bastante restritos. As pesquisas apresentadas pela autora se referem, em sua maioria, à troca de informações entre usuários (no caso, universitários), “[...] troca de informação acadêmica, críticas ou pedido de apoio/suporte social/emocional, e brincadeira [...]” (AMANTE, 2014, p. 38).

No próximo subcapítulo, pretendo explicitar o caminho que percorri ou, seguindo a metáfora da tessitura de uma peça, explicar o movimento que fiz para selecionar os materiais de pesquisa e organizá-los de modo a facilitar a busca pelas recorrências neles apresentadas, ligando pontos e linhas da sua confecção.

4.2 OS MATERIAIS DA PESQUISA

Os materiais, ou mídias sociais, examinados nesta pesquisa foram obtidos em páginas (*fan pages*) de *Facebook*. O motivo para a escolha das páginas de uma rede social se dá pela dimensão que ela alcançou, como ferramenta de compartilhamento de informações, saberes, modos de ser sujeito e também de maneiras informais de

aprendizagem. Castells (2007³⁸ *apud* COUTO, 2014) mostra que antes da “sociedade em rede”, os sujeitos participavam de modo passivo do consumo dos saberes e da cultura em um modelo “um para todos”. Isso significa que, antes de redes sociais semelhantes ao *Facebook*, a informação era difundida para uma grande massa que não podia produzir conteúdo em cima do que era divulgado e que não compartilhava esse conteúdo, modificando-o e apropriando-se dele, como é o caso da televisão.

Para Couto (2014, p. 50), “[...] com a internet, a sociedade em rede de certo modo implodiu esse modelo transmissivo, hierarquizado, de cima para baixo, feito e controlado por alguns.”, ou seja, esse novo formato de compartilhamento de saberes permitiu o que veremos no material empírico da pesquisa: jovens recebendo conteúdos, compartilhando-os, colaborando com a dispersão das suas ideias, comentando suas experiências nas postagens e também postando depoimentos de suas vivências, no caso, em relação ao estudo para a realização do Enem. Embora meu objetivo não seja estudar a constituição dos sujeitos nas redes sociais e nem suas novas formas de interagir no universo da internet, é importante o entendimento de que os materiais produzidos nas páginas por mim analisadas se constituiriam de formas muito diferentes se não fossem para serem postados no *Facebook*. O que quero ressaltar é que a utilização do *Facebook* como espaço para difundir enunciados sobre o Enem é uma estratégia pensada para um público que está acostumado a consumir um conteúdo rápido, de fácil entendimento, bem-humorado e com outros atrativos que não somente textos, tais como *memes*³⁹, charges, desenhos etc.

Embora também não seja propósito deste trabalho problematizar a função educativa do *Facebook*, é importante entendermos que

[...] recentemente têm surgido muitos trabalhos que procuram identificar e explorar o potencial educativo de redes sociais, como o *MySpace*, *Orkut*, *Ning*, e sobretudo o *Facebook*, que referem, por exemplo, que esta rede pode potenciar a comunicação e a partilha de informação e conhecimento, e pode permitir o desenvolvimento de capacidades e estratégias de ensino/aprendizagem mais dinâmicas e interativas, abertas e criativas, possibilitando uma maior participação dos intervenientes, um melhor aproveitamento dos recursos e mais mobilidade de informação e conhecimento. (MOREIRA; JUNUÁRIO, 2014, p. 68).

³⁸ CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venâncio Majer. 10 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

³⁹ *Meme* é uma nomenclatura usada para descrever uma imagem e/ou vídeo relacionados ao humor, que se espalha via Internet.

Neste sentido, compreendendo que a maior parte do grupo de pessoas que se candidatam ao Enem são jovens que vivenciam essa sociedade em rede e estabelecem inclusive novas formas de aprender, parece-me que as enunciações difundidas sobre o Exame nessas redes tendem a ter uma força de captura maior que até mesmo as matérias de outros canais, como jornais ou portais de notícia. Afinal,

[...] atualmente, as redes sociais são parte integrante da vida dos nossos estudantes e entre estas se destaca o *Facebook* que é uma das redes sociais mais utilizadas em todo o mundo como espaço de partilha, de interação e de discussão de ideias. (MOREIRA; JUNUÁRIO, 2014, p. 74)

Assim, as páginas escolhidas para a composição da empiria da pesquisa foram as seguintes:

1) Ministério da Educação (MEC): Página administrada pela Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Educação e que tem por objetivo difundir informações, campanhas, projetos e experiências que envolvem o Ministério da Educação. Atualmente, possui mais de três milhões de seguidores e pode ser acessada pelo link: <<https://www.facebook.com/ministeriodaeducacao/>>. Acesso em: 3 mai. 2016.

2) Guia do Estudante: Página destinada a publicações relacionadas aos temas abordados na Revista Guia do Estudante, conforme já destacado. De acordo com a página, ela é destinada a divulgação de “dicas, notícias e serviços para os estudantes de todo o Brasil”. Conforme explicitado,

Quadro 5 – Apresentação do Guia do Estudante

O Guia do Estudante produz conteúdos, em várias plataformas, para quem vive o momento da passagem do Ensino Médio para o Ensino Superior. Dividimos esse conteúdo em dois grandes pilares: material de orientação profissional e material de preparação para provas de vestibular. Na área de orientação profissional, trazemos informações sobre todos os cursos de nível superior do país, sobre a situação do mercado de trabalho e também dicas que ajudam os estudantes a chegar a uma escolha segura de carreira. Na área de preparação para provas, acompanhamos tudo o que acontece no Enem e nos maiores vestibulares do país, oferecemos testes e simulados para quem quer praticar e ainda apresentamos vários métodos e técnicas para fazer os estudos renderem muito mais.

Fonte: Página do *Facebook* do Guia do Estudante

No que concerne a esta Dissertação, o material sobre a preparação para as provas foi o mais útil. Atualmente, a página conta com mais de três milhões de seguidores e pode ser acessada pelo link: <<https://www.facebook.com/GuiaDoEstudante/>>. Acesso em: 3 mai. 2016.

3) Descomplica: Página destinada a divulgar os serviços oferecidos pelo site educacional Descomplica, que disponibiliza videoaulas para os candidatos para Enem e Vestibulares, além de oferecer a correção de redações, monitorias e divulgar dicas e orientações de estudo. A página no *Facebook* tem mais de dois milhões de seguidores e pode ser acessada pelo link: <<https://www.facebook.com/descomplica.videoaulas/>>. Acesso em: 3 mai. 2016.

4) e 5) Enem 2016 e Enem 2017: Se configuram em páginas independentes, sem nenhum vínculo com as páginas oficiais do MEC, mas que também disponibilizam informações e orientações sobre o Exame. As duas páginas somam mais de 500 mil seguidores e podem ser acessadas nos links: <<https://www.facebook.com/BREnem2016>> Acesso em: 3 mai. 2016 e <<https://www.facebook.com/Enemnoticias/>>. Acesso em: 28 mai. 2017.

Essas cinco páginas foram selecionadas a partir dos seguintes critérios: a página do MEC foi escolhida por estar vinculada a uma instituição governamental, pública e que oferece conteúdos totalmente gratuitos, incluindo plataformas digitais de aprendizagem; a página do Guia do Estudante é uma página privada, mas que oferece conteúdo online em sua maioria gratuito; a página do Descomplica também é privada e a maioria dos seus serviços é pago e exige contratação; já as duas últimas páginas são extraoficiais, criadas por voluntários e que também oferecem conteúdo gratuito aos seus seguidores.

Neste sentido, procurei selecionar diferentes fontes de compartilhamento de mídias sociais, com características distintas, com o objetivo de mesclar opções distintas para o estudante acessar informações sobre o Exame. Pude perceber que, tanto contratando os serviços ou acessando-os livremente, o tipo de orientações aos candidatos é muito semelhante. O *Facebook*, por caracterizar-se como uma rede social de compartilhamento de informações, foi pano de fundo para a coleta dos materiais empíricos, porém algumas postagens analisadas neste estudo foram compartilhadas

na rede social, mas tinham origem em outros canais de comunicação (como é o caso de algumas reportagens da Guia do Estudante que eram publicadas no site e postadas/compartilhadas na rede social). Ao final da escrita da dissertação, o material empírico era composto por mais de 100 postagens (e reportagens a elas vinculadas) coletadas entre outubro de 2015 e julho de 2017.

Como já mencionado, uma importante fonte de materiais empíricos é a própria página do Ministério da Educação, que, em abril de 2016, lançou um novo programa que consiste em uma plataforma de estudos chamada Hora do Enem e tem como objetivo auxiliar os estudantes – principalmente os concluintes do Ensino Médio – a se prepararem para o Exame.

No dia 18 de abril de 2016, uma publicação do site G1⁴⁰ continha a informação de que a plataforma já contava com mais de 90 mil inscritos e que as suas ações estariam voltadas para 2,2 milhões de concluintes do Ensino Médio. De acordo com a reportagem, a plataforma estaria no ar desde o dia 5 de abril e já havia recebido mais de 686.800 acessos. Além disso, a reportagem trazia um perfil dos principais acessos, conforme mostro a seguir:

Quadro 6 – Acessos no “Hora do Enem”

Do total de acessos computados até agora, 61% foram feitos via desktop, 33% pelo celular e o restante por tablet. Entre os alunos que acessaram a plataforma, a faixa etária majoritária fica entre 18 e 24 anos de idade, sendo 68% do sexo feminino e 32% masculino. Os estados com maior participação são: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná.

Fonte: notícia publicada no Portal G1⁴¹.

Entendo que a reportagem acima demonstra a dimensão e importância dada pelo Ministério da Educação para que os estudantes participem e estejam “preparados” para a realização das provas. A plataforma conta, ainda, com a chamada TV da Hora do Enem, cujos programas seriam transmitidos, de acordo com a reportagem, pela TV Escola e por 40 emissoras parceiras. Ainda citando a reportagem, a grade de transmissão dos programas prevê que cada área do conhecimento seja abordada em um dia da semana, incluindo redação, nas sextas-feiras.

⁴⁰ Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/Enem/2016/noticia/2016/04/hora-do-Enem-ja-tem-mais-de-90-mil-alunos-inscritos.html>> Acesso em: 10 ago. 2016.

⁴¹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/enem/2016/noticia/2016/04/hora-do-enem-ja-tem-mais-de-90-mil-alunos-inscritos.html>> Acesso em: 10 nov. 2017.

A plataforma *on-line* de estudos, por exemplo, inclui simulados, planos de estudos e videoaulas. Além disso, permite a personalização de um plano de estudos, elaborado por um sistema da empresa *Geek Games*⁴², de acordo com os dados disponibilizados pelos inscritos. Tal possibilidade se restringe, entretanto, aos estudantes concluintes do Ensino Médio. Um dado interessante é que os alunos que não têm acesso à internet em casa poderiam se inscrever para realizar os simulados em universidades, institutos federais, instituições particulares e comunitárias e escolas estaduais.

O exemplo acima mostra-nos uma série de estratégias que, veiculadas em âmbito nacional por intermédio das redes do Ministério da Educação, esforçam-se para capturar os possíveis candidatos ao Exame e às vagas que são oportunizadas para o ingresso no Ensino Superior. Nas empirias que elegi, essas estratégias de captura utilizam de algumas técnicas variadas para atrair a atenção dos estudantes, principalmente os jovens formandos do Ensino Médio, tais como: humor, disponibilidade de recursos tecnológicos, oportunidades de organização de planos personalizados de estudos etc.

4.3 A ANÁLISE DE DISCURSO COM INSPIRAÇÃO FOUCAULTIANA

A estratégia utilizada para operar sobre as postagens das mídias sociais do *Facebook* e as reportagens a elas vinculadas configura-se na análise de discurso com inspiração nas obras de Michel Foucault. Para iniciar a discussão acerca de como essa estratégia contribui para a análise dos materiais empíricos, faz-se necessária uma retomada de alguns conceitos foucaultianos, tais como linguagem, discurso e enunciado.

Primeiramente, ao assumir que a linguagem constitui saberes e sujeitos, Foucault, de acordo com Veiga-Neto (2014), apoiado em Nietzsche e Wittgenstein, destaca o caráter arbitrário da linguagem. Os autores rompem – cada um com a sua contribuição – com a ideia de que os signos da linguagem apenas representam ou interpretam a realidade. Para eles, a linguagem constitui nosso pensamento e, a partir

⁴²A *Geekie* é uma plataforma tecnológica personalizada de estudos, criada em 2011, em que escolas e estudantes podem se inscrever para desenvolverem um plano de estudos individual, com o objetivo de melhorarem seus desempenhos em Enem e vestibulares. A plataforma foi desenvolvida para estudantes e também para escolas, que pode contratar seu serviço. Disponível em: <<http://www.geekie.com.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

disso, constrói os sentidos que atribuíamos às vivências deste mundo (VEIGA-NETO, 2014). Para Foucault, ainda comentado por Veiga-Neto (2014), ao fazermos parte de um mundo de linguagem, em que os discursos circulam entrelaçados em redes que se autotecem, também somos sujeitos derivados desses discursos. Assim, discursos são “[...] como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam [...]” (FOUCAULT, 2008b, p. 55), ou seja, constituem objetos e sujeitos imbricados nas produções que a linguagem estabelece.

A linguagem, vale ressaltar, nem sempre foi considerada como elemento que constituía a realidade, pois, apenas “[...] a partir do século XIX, a linguagem se dobra sobre si mesma, adquire sua espessura própria, desenvolve uma história, leis e uma objetividade que só a ela pertencem [...]” (FOUCAULT, 2010, p. 409-410). Nessa perspectiva, Veiga-Neto (2014) reflete que, ao nascermos em um mundo de linguagem e onde os discursos circulam desde muito tempo, acabamos nos tornando sujeitos desses discursos. Ele complementa, por meio do subsídio teórico de Foucault, dizendo que não há sujeito concebido fora de determinados discursos e que não há como falarmos de um discurso posicionando-nos fora dele.

Além disso, todo discurso está relacionado com as relações de poder e saber que nele se estabelecem. Como o próprio Foucault menciona, “[...] por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder.” (FOUCAULT, 1996, p. 10). Estas relações de poder, portanto, são fundamentais para entendermos as práticas que dão vida aos discursos. Fischer (2001) contribui também neste aspecto com seus estudos sobre a análise discursiva e explica que, para Foucault, nada existe de forma oculta, escondida, em nosso meio, mas que existem enunciados e relações que são postos em funcionamento pelo discurso. Para a autora, “[...] analisar o discurso seria dar conta exatamente disso: de relações históricas, de práticas muito concretas, que estão vivas nos discursos.” (FISCHER, 2001, p. 199).

Seguindo essa discussão, podemos considerar que os discursos se cruzam e se fortalecem em outros discursos. Por exemplo, podemos dizer, atualmente, que o discurso pedagógico, reforçado pelo discurso da mídia e pelo discurso político se entrelaçam e fortalecem a concepção de que as avaliações externas, realizadas em larga escala, funcionam como um diagnóstico para guiar os caminhos da educação

brasileira, principalmente, quando estas são focadas nas escolas públicas de Educação Básica.

Outro elemento importante para a discussão aqui proposta é o destaque que Foucault atribui ao enunciado. Em praticamente todos os escritos sobre discurso, o autor menciona o enunciado como parte fundamental. Segundo o filósofo, podemos entender o “discurso como número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência” (FOUCAULT, 2008b, p.132-133). Por enunciado, Veiga-Neto (2014) destaca ser este mais raro do que uma fala cotidiana, mais raro do que uma enunciação, pois é um tipo especial de ato discursivo que pode constituir um campo praticamente autônomo e raro de sentidos que são sancionados em uma rede discursiva, seguindo certa ordem. Ao utilizar elementos da análise de discurso foucaultiana, é importante para o estudo a concepção de que a linguagem constitui sujeitos e realidades, fazendo com que se produza a ideia de que, por exemplo, o Enem é considerado um importante passo na vida dos estudantes que dele dependem para o ingresso no Ensino Superior.

Após a coleta e organização dos materiais, debruçei-me sobre outro processo importante para fazer o que Bujes (2001) chamou de “escrutínio”, um exame minucioso das possibilidades que o material permitia. Apoiei-me, principalmente, nos estudos de Bujes (2001), como já mencionado, e de Wanderer (2007) para tentar enxergar no material empírico certas “formas de permanência” que toda materialidade documental apresenta, como Foucault expõe em *A arqueologia do saber*. Para o autor (FOUCAULT, 2008b), com o decorrer dos tempos, começamos a não mais nos preocuparmos em memorizar os monumentos e descrevê-los em documentos, mas, pelo contrário, iniciamos um processo de enxergar os documentos como monumentos e, assim, encontramos uma série de elementos a serem confrontados, relacionados e organizados, em diferentes formas de conjunto. Sendo assim, “[...] onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, [se desdobra] uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos.” (FOUCAULT, 2008b, p. 8).

Esta chamada leitura monumental, realizada por Wanderer (2007), com apoio nos estudos foucaultianos, é feita quando a autora analisa os “[...] enunciados em sua exterioridade, estabelecendo relações entre eles, para identificar quais poderes foram sendo postos em funcionamento.” (WANDERER, p. 38, 2007). Assim como pretendo

mostrar no capítulo de análises desta Dissertação, Wanderer (2007) explica em sua Tese de Doutorado⁴³ que a leitura monumental não tem por objetivo encontrar as causas para a existência de certos documentos/monumentos e nem determinar ou julgar sua efetividade, mas sim encontrar as relações de causa e efeito em muitos dos materiais publicados, no sentido de causa imanente, inseparável, conforme discute Gilles Deleuze.

No capítulo seguinte, mostro as costuras analíticas construídas a partir do material empírico e a fundamentação teórica elegida para subsidiar essas discussões.

⁴³ WANDERER, Fernanda. **Escola e matemática escolar**: mecanismos de regulação sobre sujeitos escolares de uma localidade rural de colonização alemã do Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

5 COSTURAS ANALÍTICAS

Neste capítulo, apresento os resultados da análise do material empírico angariado na pesquisa, mostrando como as postagens e as reportagens que selecionei das páginas do *Facebook* atuam na constituição do estudante que atinge uma boa pontuação no Enem. O capítulo está dividido em duas seções: na primeira, discuto processos de objetivação e subjetivação que capturam e produzem o estudante “nota 1000”. Na segunda, examino as práticas de disciplinamento que operam sobre os corpos dos estudantes para atingir seu potencial máximo de eficiência, que acabam também por operarem no processo de constituição de si.

5.1 A CONSTITUIÇÃO DO ESTUDANTE NOTA 1000: PROCESSOS DE OBJETIVAÇÃO E SUBJETIVAÇÃO

Foucault (1995) afirma que um dos pontos principais de sua obra foi a tentativa de entender o funcionamento de como, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos, ou seja, quais os processos de objetivação e de subjetivação que levam os indivíduos a enxergarem a si mesmos como sujeitos pertencentes a determinada cultura ou a possuírem características de determinados grupos. Castro (2016) explicita que Foucault foi conduzido, em sua obra, a discutir o sujeito não como uma “instância de fundação”, mas sim como efeito de uma constituição.

Nesse sentido, Foucault desenvolveu ao longo de suas obras discussões que permeiam o que o autor chamou de processos – ou modos – de subjetivação. Para o filósofo, “[...] os modos de subjetivação são, precisamente, as práticas de constituição do sujeito.” (CASTRO, 2016, p. 408). Castro (2016) destaca ainda que, nessa perspectiva, o trabalho do filósofo pode ser considerado como uma história dos modos de objetivação e subjetivação pelas quais os seres humanos se tornam sujeitos em nossa cultura.

Para iniciar as costuras analíticas deste estudo, apoio-me em alguns pesquisadores e comentadores da obra de Michel Foucault na tentativa de estreitar os laços das discussões do estudioso da empiria que, neste estudo, ajuda a entender como são subjetivados os estudantes que desejam ser considerados ou avaliados com a “nota 1000” no Exame Nacional do Ensino Médio. Essa discussão aproxima-se da pesquisa de Junges (2017), na qual a pesquisadora realizou uma análise sobre a constituição de sujeitos descendentes de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul

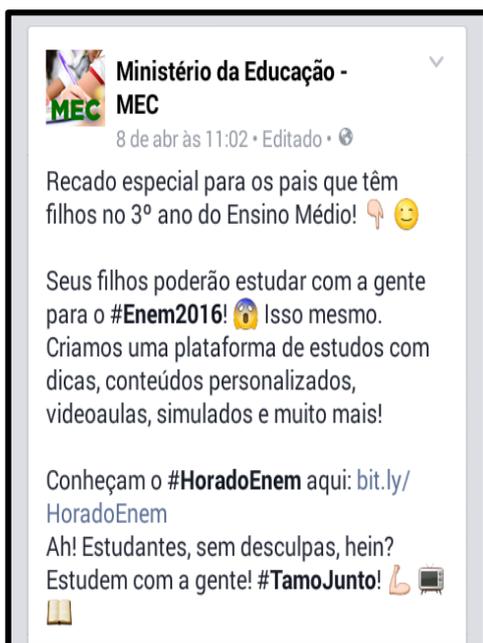
durante o período da Campanha de Nacionalização. A autora mostrou que uma série de rituais da matemática escolar estavam presentes de forma recorrente na narrativa dos participantes da pesquisa e que esses rituais ajudavam na produção de uma verdade em que se acreditava que os descendentes alemães eram “indivíduos superiores” e que a matemática escolar era utilizada para reforçar essa manifestação.

A autora constrói uma discussão sobre os processos de objetivação e subjetivação e recorre a Fonseca (2003) para explicitar que, nas obras foucaultianas, quando são abordadas as formas de objetivação e de subjetivação, essa abordagem é feita na perspectiva da constituição do indivíduo e que esses processos concorrem para o mesmo fim. Embora esses dois processos estejam interligados quanto a seu intuito, nos materiais empíricos desta pesquisa, pude perceber a formação de dois grandes grupos de recorrências, em que, dentro das possibilidades de diferenciação desses processos, enxerguei alguns materiais mais direcionados ao que seria os modos ou processos de objetivação e outros mais direcionados aos processos de subjetivação. Sendo assim, apresento primeiramente os materiais que, na perspectiva estudada, relacionam-se aos modos de objetivação.

Para Foucault, as formas, os modos ou os processos de objetivação se atrelam às práticas que fazem do homem um objeto. Os estudos nesse sentido seriam aqueles que mostram como o sujeito se transformou em um indivíduo moderno, ou seja, em um “objeto dócil e útil” (FONSECA, 2003, p. 25), a partir dos mecanismos disciplinares. Nessa perspectiva, os mecanismos disciplinares fazem parte, então, de um processo maior de constituição dos sujeitos e, mais especificamente, os processos de objetivação são aqueles que mostram como o indivíduo moderno se torna um objeto dócil (facilmente governável) e útil (dentro da ideia de uma disciplina produtiva).

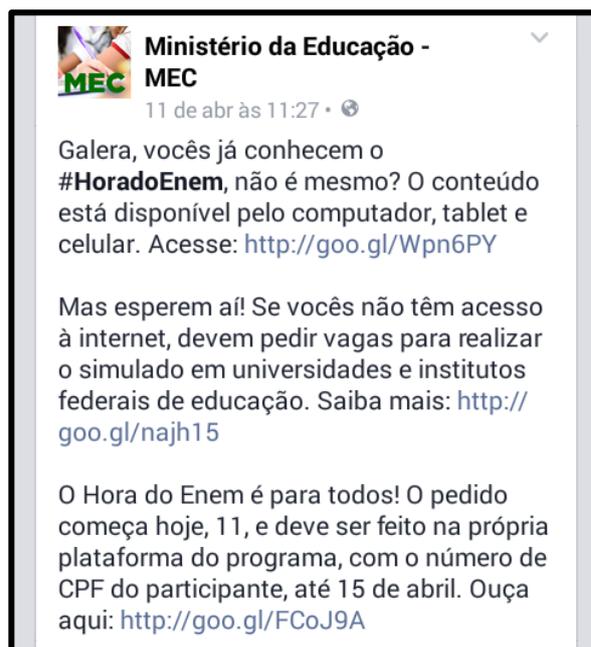
Nos materiais empíricos, é recorrente a manifestação de conteúdos acerca da plataforma Hora do Enem, por exemplo. Como já mencionado, essa plataforma foi lançada pelo MEC em 2016 e tem como objetivo auxiliar os estudantes que se preparam para o Exame a estudarem sozinhos. A plataforma *on-line* de estudos inclui simulados, planos de estudos e videoaulas, além de permitir a personalização de um plano de estudos específico para cada candidato. Nas figuras abaixo, mostro como o MEC tem investido na divulgação e na tentativa de promover entre os estudantes (e até mesmo suas famílias) o uso da plataforma.

Figura 8 – Postagem do MEC [1]



Fonte: Página do *Facebook* do Ministério da Educação

Figura 9 – Postagem do MEC [2]



Fonte: Página do *Facebook* do Ministério da Educação

Na Figura 8, a postagem do MEC alerta aos pais dos estudantes que cursam a 3ª série do Ensino Médio da existência da plataforma e destaca que os alunos não teriam desculpas para não estudar com a ajuda da plataforma. A Figura 9 é de uma postagem mais direcionada aos estudantes que explica: *Se vocês não têm acesso à internet, devem pedir vagas para realizar o simulado em universidades e institutos federais de educação.* De acordo com a postagem, *o Hora do Enem é para todos!* Assim, independe se os estudantes têm recursos financeiros ou não para acesso à internet, a plataforma pretende, ao apresentar um caráter mais acessível, atingir a todos que finalizam a Educação Básica e desejam ingressar no Ensino Superior. Além disso, entendo que uma das razões para a criação de um recurso como esse é a oportunidade de disponibilizar conteúdo a um grande número de candidatos, sem que eles busquem um cursinho pré-Enem ou até mesmo dependam de suas escolas para a preparação ao Exame.

Na Figura 10, destacada abaixo, mostro a enunciação *Hora do Enem is the new cursinho*, ou seja, que a plataforma é o novo cursinho e, na Figura 11, apresento a imagem de uma mãe que diz para o seu filho *Vai ter que tirar nota boa no Enem! Já sei que o MEC te ajuda a estudar.* É possível inferir que essas enunciações mostram que não há “desculpas” para os estudantes não estarem bem preparados para o Exame,

pois tanto o MEC quanto outras instituições especializadas em preparação para Enem e Vestibulares – como é o caso das páginas que utilizo nesta pesquisa – oferecem muitos recursos aos estudantes, sendo estes, em sua maioria, gratuitos e de fácil acesso.

Figura 10 – Hora do Enem [1]



Fonte: Página do *Facebook* do Ministério da Educação

Figura 11 – Hora do Enem [2]



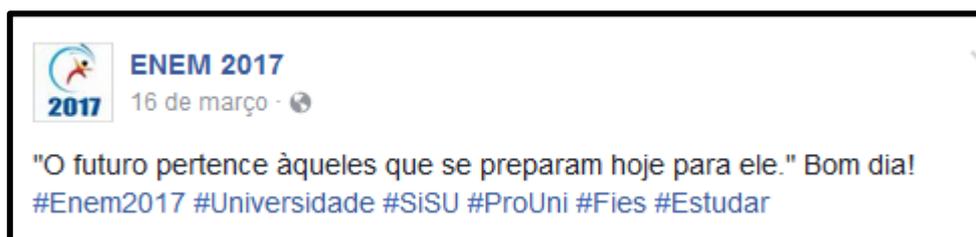
Fonte: Página do *Facebook* do Ministério da Educação

Nas empirias destacadas, percebemos algumas evidências que elucidam a operacionalização dos processos de objetivação, atrelando-se às práticas que fazem do homem um objeto, como nos mostrou Fonseca (2003). Ou seja, práticas que fazem o homem ser objetivado dentro de uma determinada cultura. Nesse sentido, entendo que os estudantes (ou os candidatos, se pensarmos em um grupo de pessoas que não estuda regularmente, mas que deseja se preparar para o Exame) são objetivados dentro de enunciados que incentivam o preparo e o estudo para a obtenção de um bom desempenho na avaliação em questão.

Acredito que, com isso, podemos perceber uma correlação entre as enunciações mostradas nas empirias até o momento, pois, ao mesmo tempo em que o Exame se torna instrumento de governo à medida que captura os jovens, há também a existência de um processo que estimula esses jovens a se constituírem sujeitos que se

esforçam, dedicam-se e entendem as oportunidades atreladas ao bom desempenho. Para corroborar essa ideia, compreendo que o material empírico da pesquisa está também em consonância com a ideia de que o reconhecimento, o esforço e a persistência dos estudantes durante o período de preparação para o Exame são fundamentais para maior produtividade dos sujeitos, como é o caso dos excertos abaixo:

Figura 12 – Postagem do Enem 2017 no Twitter



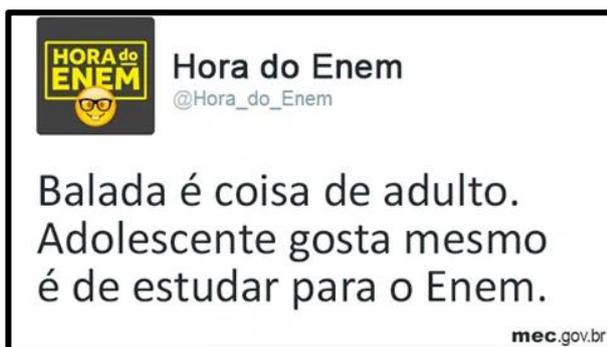
Fonte: Página do *Facebook* do Enem 2017

Figura 13 – Orientação do portal Descomplica



Fonte: Página do *Facebook* do Descomplica

Figura 14 – Postagem do Hora do Enem no Twitter



Fonte: Página do *Facebook* do Ministério da Educação

Na Figura 12, destaca-se: *O futuro pertence àqueles que se preparam hoje para ele*, e, na Figura 13, que representa a dúvida entre aproveitar o feriado e colocar a matéria em dia, infere-se que a busca por bons resultados e por um bom desempenho no Exame exige que os candidatos façam alguns sacrifícios e deixem de “aproveitar” determinados momentos de lazer e entretenimento – como é o caso do feriado. A Figura 14 mostra claramente o investimento na formação de um adolescente que não gosta de balada, pois *Balada é coisa de adulto. Adolescente gosta mesmo é de estudar para o Enem.*

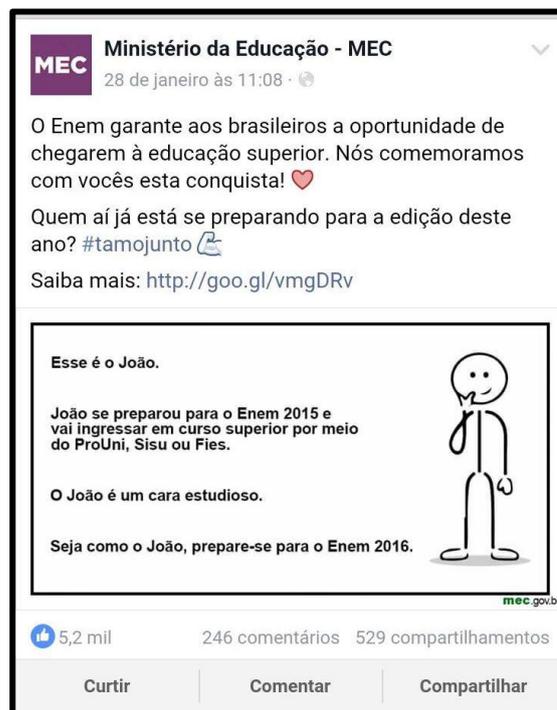
Já na Figura 15, salientada abaixo, mostro uma das enunciações que me parecem mais fortes na captura dos estudantes pelo Exame e da objetivação de um sujeito que valoriza e reconhece a importância da avaliação. A postagem do Descomplica menciona que *O Enem já está mais certo que o Natal* e que *Dia 5 e 6 você estará fazendo a prova mais importante da sua vida!* Esta última enunciação, principalmente, que declara que o Enem é a prova mais importante da vida dos estudantes está bastante vinculada à Figura 16, que apresento ao lado da primeira. Nessa segunda figura, o Ministério da Educação, em uma postagem realizada em janeiro de 2016, destaca que *O Enem garante aos brasileiros a oportunidade de chegarem à educação superior* e apresenta um retrato de um personagem fictício, João, que por meio da preparação para o Enem, vai ingressar em um curso superior por meio do ProUni, Sisu ou Fies. A mensagem da postagem conclui ainda: *O João é um cara estudioso. Seja como João, prepare-se para o Enem 2016.*

Figura 15 – Postagem do Descomplica do Facebook



Fonte: Página do Facebook do Descomplica

Figura 16 – Postagem do MEC no Facebook



Fonte: Página do Facebook do Ministério da Educação

Nessas duas figuras, colocadas lado a lado de forma proposital, aponto a relação que Foucault mostrou em suas obras entre os processos de objetivação e subjetivação. De um lado, na Figura 15, temos a enunciação de que o Enem é a prova mais importante da vida dos estudantes – principalmente daqueles que concluem o Ensino Médio – e, de outro, temos um modelo “a seguir” de um estudante que se preparou para o Enem 2016, que vai ingressar em um curso superior e que é, portanto, um “cara” estudioso. Nessa última enunciação, é apresentado um modo de ser estudante, em que “ser estudioso” é uma condição compulsória para o ingresso no Ensino Superior e, até mesmo, para o sucesso pessoal e profissional.

Nessa perspectiva, Foucault nos ajuda novamente a entender que as práticas que fazem do homem um sujeito são as que operam os processos de subjetivação, os quais passo a discutir a partir de agora. Ressalto novamente que, embora eu esteja apresentando a empiria da pesquisa de forma separada na tentativa de esclarecer as diferenças entre os processos de objetivação e subjetivação, entendo que tais processos não são independentes e se reforçam entre si com o mesmo objetivo, conforme destaca Fonseca (2003). O autor esclarece que esses processos de

objetivação e subjetivação, juntamente com as estratégias, práticas e mecanismos que os compõem, aproximam-se uns aos outros com o mesmo fim de atuar na constituição do sujeito. Ainda com o intuito de compreender que os processos pelo quais se obtém a constituição dos sujeitos são entrecruzados, apoiei-me em Revel (2005) quando esta afirma que:

O termo 'subjetivação' designa, para Foucault, um processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, ou, mais exatamente, de uma subjetividade. Os 'modos de subjetivação' ou 'processos de subjetivação' do ser humano correspondem, na realidade, a dois tipos de análise: de um lado, os modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos - o que significa que há somente sujeitos objetivados e que os modos de subjetivação são, nesse sentido, práticas de objetivação; de outro lado, a maneira pela qual a relação consigo, por meio de um certo número de técnicas, permite constituir-se como sujeito de sua própria existência. (REVEL, 2005, p. 82).

Nesse sentido, entendo que os processos que atuam na constituição do sujeito são feitos a partir dos processos de objetivação, que transformam os seres humanos em sujeitos, e a partir das técnicas que permitem ao ser humano se constituir como sujeito da própria existência. Assim, compreendo que os mecanismos que objetivam os estudantes que se preparam para o Enem, apresentando um modelo de estudante disciplinado, que entende a importância do Exame e valoriza sua preparação somente vivencia um processo de constituição dos modos de ser estudante quando passa a relacionar essas práticas consigo mesmo. Logo, entendo que esses processos se reforçam entre si e atuam concomitantemente. Junges (2017) também discutiu, em sua Tese, a atuação simultânea existente entre esses dois processos. Para a autora,

[...] os modos de subjetivação do sujeito são delineados por dispositivos constituídos socialmente e historicamente em um processo contínuo, assim, tais práticas podem se transformar em novos modos de fabricação do ser-sujeito e que implicam na construção de certas formas de experiência de si. (JUNGES, 2017, p. 74).

Nesta dissertação, mostro como essas práticas, relacionadas ao Exame Nacional do Ensino Médio, também se configuram como modos de fabricação de sujeitos, no caso, como modos de ser estudante. Mostro como determinadas práticas (de disciplinamento, em sua maioria, conforme explorarei mais tarde) regulam o comportamento e as formas de subjetividade dos jovens que se preparam para esse Exame, vivenciando o que Larrosa (1994) chamou de experiência de si. Para o autor, essa experiência "[...] não é senão o resultado de um complexo processo histórico de fabricação no qual se entrecruzam os discursos que definem a verdade do sujeito [...]"

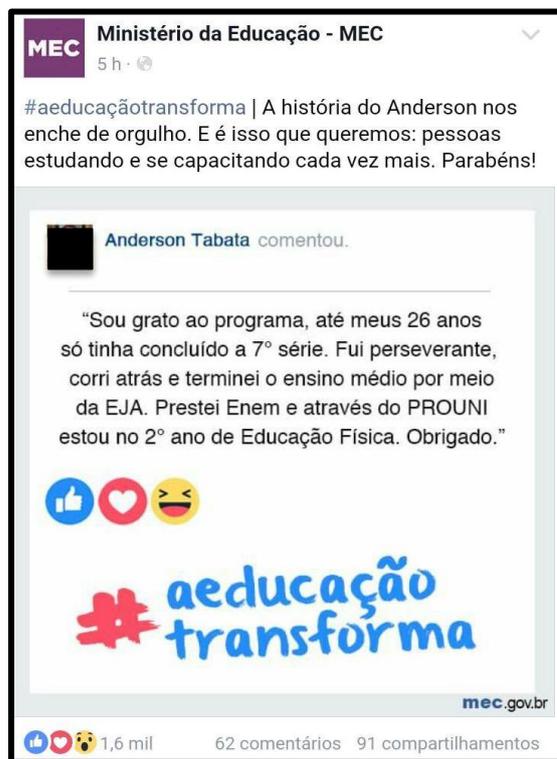
(LARROSA, 1994, p. 44). Nesse sentido, apresento, a partir de agora, parte da empiria da pesquisa em que pude identificar os processos de subjetivação acontecendo de forma mais explícita.

Como já procurei mostrar anteriormente, muitas das postagens coletadas manifestam incentivos e expressam a importância de os estudantes se dedicarem ao Exame e também evocam determinado modelo de estudante ideal para a obtenção de um bom desempenho. Para as páginas de *Facebook* que foram solos empíricos deste estudo, está claro que o estudante que pode alcançar a tão esperada “nota 1000” é aquele que se prepara para o futuro fazendo sacrifícios, que entende que o Enem é a prova mais importante da sua vida, que possui uma família que apoia e exige dedicação por parte do estudante, entre outras manifestações apresentadas nas empirias.

No entanto, em outro grupo de recorrências que construí, aparece regularmente outra estratégia que integra os processos de subjetivação: a de apresentação de modelos e depoimentos de pessoas que conseguiram alcançar seus objetivos e tiveram a oportunidade de qualificação “prometida” pelo Exame. Essas manifestações aparecem principalmente em uma campanha criada pelo MEC e difundida nas redes sociais. A campanha, demarcada pela *#aeducacaotransforma*, reúne histórias e depoimentos de pessoas que, por meio de políticas como o ProUni, por exemplo, puderam ingressar no Ensino Superior.

Nas figuras abaixo, seguem alguns desses depoimentos, que mostram pessoas que compartilharam nas redes sociais suas histórias de sucesso, vinculando-o ao esforço e à dedicação para os estudos – mesmo que em situações adversas – e, principalmente, agradecendo ao MEC a oportunidade de, por intermédio do Enem, ingressar no Ensino Superior.

Figura 17 – Uso da
#aeducaçãotransforma [1]



Fonte: Página do Facebook do Ministério da Educação

Figura 18 – Uso da
#aeducaçãotransforma [2]



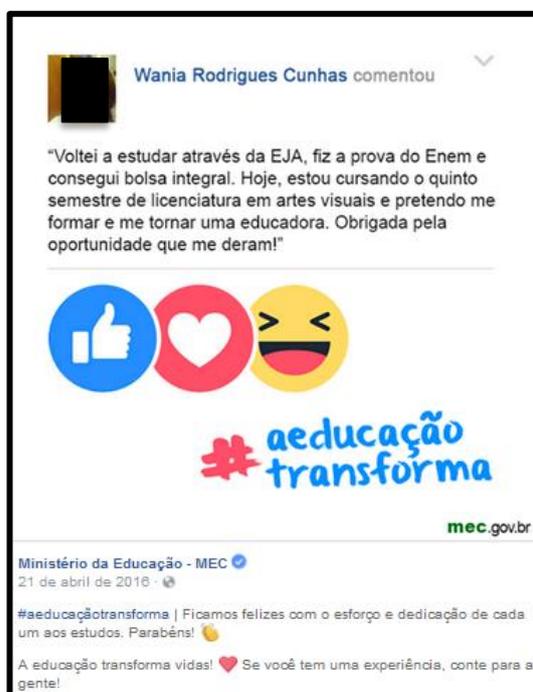
Fonte: Página do Facebook do Ministério da Educação

Na Figura 17, um jovem chamado Anderson conta que é grato ao programa, pois, até os 26 anos, só havia concluído a 7ª série. Anderson diz: *Fui perseverante, corri atrás e terminei o ensino médio por meio da EJA. Prestei Enem e através do PROUNI estou no 2º ano de Educação Física.* Já Débora, conforme expresso na Figura 18, diz: *Graças a bolsa do Prouni, estou dando os primeiros passos para um sonho. Na minha adolescência, parei os estudos por problemas familiares, mas corri atrás, concluí o ensino médio mais tarde que o normal. Sou casada, tenho um filho de um ano e sete meses e já pensava que não conseguiria realizar o sonho de fazer pedagogia. Este ano, depois de fazer o Enem duas vezes, consegui a bolsa de estudos integral e estou tão feliz, pois vou conseguir chegar ao meu sonho.*

Nas Figuras 19 e 20, destacadas abaixo, também procuro mostrar o quanto estas pessoas manifestam em seus depoimentos a experiência vivenciada na esteira do que explica Larrosa, pois essas práticas são resultado de um processo complexo de definição de uma verdade que expressa alguns enunciados como os que reforçam a ideia de que o esforço, a dedicação e a persistência em “correr atrás” permitem aos

sujeitos alcançarem seus objetivos. No caso, o de obter bons resultados no Exame e, conseqüentemente, ingressar no Ensino Superior.

Figura 19 – Uso da #aeducaçãotransforma [3]



Fonte: Página do Facebook do Ministério da Educação

Figura 20 – Uso da #aeducaçãotransforma [4]



Fonte: Página do Facebook do Ministério da Educação

Na Figura 19, está o depoimento de Wania, que diz: *Voltei a estudar através da EJA, fiz a prova do Enem e consegui bolsa integral. Hoje, estou cursando o quinto semestre de licenciatura em artes visuais e pretendo me formar e me tornar uma educadora. Obrigada pela oportunidade que me deram.* A página do MEC ainda responde: *Ficamos felizes com o esforço e dedicação de cada um aos estudos. Parabéns! A educação transforma vidas. Se você tem uma experiência, conte para a gente.*

A Figura 20 expressa a mesma ideia, por meio do depoimento de Maria José: *Sempre trabalhei e estudei, com 25 anos terminei o Ensino Médio. Aos 30 tive minha filha, agora que ela já está morando sozinha e cursando sua faculdade, resolvi correr atrás do meu sonho e cursar uma faculdade ligada à saúde. Estudei com os livros dela.*

Consultando a internet, fiz o Enem e consegui a bolsa do ProUni. Estou no 4º semestre de fisioterapia, tenho 51 anos e vou chegar lá.

Os dois depoimentos reforçam, além da questão do esforço e da dedicação das duas estudantes – que mesmo depois de algum tempo sem frequentar um espaço de educação formal, retomaram os estudos – o sentimento de gratidão e de “sonho” podendo se tornar realidade. Na Figura 20, destaco ainda que Maria José explica que a filha também está cursando faculdade, que estudou com os livros dela e também com apoio da Internet, provavelmente, em plataformas de estudo como a Hora do Enem ou sites e páginas com dicas e conteúdo para os candidatos.

Outro depoimento que também mostra o quanto esses estudantes são subjetivados em um processo que constitui suas identidades é o do estudante Chrygor, conforme ressaltado na Figura 21: *Estudei em escola pública, estudava diariamente 3 horas por dia (fora o tempo que passava na escola), perdi algumas festas e até mesmo compromissos. Pode ser que tudo isso seja desgastante, mas, no final, todo o esforço é compensado. Hoje, graças ao meu esforço e ao MEC, por meio do Enem, eu curso uma graduação de qualidade em uma universidade pública, Engenharia de Computação na UTFPR. Tive a oportunidade de conhecer muitas pessoas que passaram pelos mesmos desafios. A todos os vestibulandos um grande abraço e continuem firmes nessa caminhada.*

Figura 21 – Uso da #aeducaçãotransforma [5]



Fonte: Página do *Facebook* do Ministério da Educação

No depoimento de Chrygor, podemos identificar alguns dos elementos já destacados anteriormente, mas que reforçam o que já mostrei em outros excertos: a dita necessidade de um tempo destinado aos estudos (*estudava diariamente 3 horas por dia (fora o tempo que passava na escola)*); os sacrifícios muitas vezes feitos pelos candidatos (*perdi algumas festas e até mesmo compromissos*); a ideia de que o esforço vale a pena (*Pode ser que tudo isso seja desgastante, mas, no final, todo o esforço é compensado*); o sentimento de gratidão ao MEC e ao Enem (*Hoje, graças ao meu esforço e ao MEC, por meio do Enem, eu curso uma graduação de qualidade em uma universidade pública*) e também a ideia do incentivo e estímulo para que outros estudantes também sigam esses exemplos de sucesso, pois muitas pessoas teriam passado pelas mesmas experiências e teriam alcançados os resultados esperados (*Tive a oportunidade de conhecer muitas pessoas que passaram pelos mesmos desafios. A todos os vestibulandos um grande abraço e continuem firmes nessa caminhada*).

Estas experiências que são exaltadas como modelos a seguir não somente são apresentadas na página do MEC, mas também em outras postagens das outras páginas que foram examinadas neste estudo:

Figura 22 – Estudante nota 1000



Fonte: Página do *Facebook* do Guia do Estudante

Figura 23 – Nota 1000 para o GUIA



Fonte: Página do *Facebook* do Guia do Estudante

A Figura 22 mostra a história de Raphael, estudante que tirou 1000 duas vezes na redação, dá dicas para ir bem no Enem. A postagem, do site da Revista Guia do Estudante, destaca que o aluno nota 1000, que quer prestar Medicina no Rio de Janeiro, diz que sempre teve facilidade na Redação, mas sabe que só isso não basta. Ele passou por um treino intensivo de estudos para arrebatar as duas “notonas” nos três anos em que vem prestando vestibular. *Fazia uma redação por semana e sempre ia na monitoria do cursinho, onde pedia ver o que tinha acertado e o que estava errado nos textos*, diz. A empiria acima destacada também reforça que, embora o candidato tenha facilidade em alguma área, ele tem consciência de que somente isso não é suficiente para atingir os objetivos nas provas, ou como é o caso de Raphael, ser um “aluno nota 1000”. De acordo com a postagem, para de fato o candidato ser um estudante ou um

aluno “nota 1000” é preciso uma dedicação além do esperado normalmente. Além disso, esta empiria também incentiva os estudantes que se preparam para o exame a seguirem as dicas daqueles que já realizaram as provas (no caso, a prova de Redação), pois estes poderiam dar dicas para ir bem no Enem.

A Figura 22 também segue a mesma lógica quando pede que, caso os leitores do Guia do Estudante tenham tirado 1000 na redação, enviem seus textos para o Guia. A partir destes textos, a revista apresenta aos outros candidatos que se preparam para a prova alguns exemplos do que seria considerado um texto que atingiu plenamente os objetivos e cujos escritores tenham desenvolvido as competências de Produção Textual elencadas na Matriz de Referências do Enem.

Com esses exemplos, finalizo o trecho desta Dissertação destinado a apresentar as relações que podem ser estabelecidas entre os processos de objetivação e subjetivação a partir de uma empiria que mostra os modos de constituição de um determinado modo de ser estudante. No caso, é o que se prepara para o Enem operando alguns mecanismos e práticas em direção ao que chamo de “aluno nota 1000”, ou seja, aquele que obteve desempenho máximo no Exame.

A construção desse sujeito, entretanto, não somente passa pelos modos como estes são objetivados pelas páginas do *Facebook* especializadas em preparação para Enem e vestibulares, ou subjetivados pelas experiências que viveram, conforme expresso nos depoimentos elencados na *hashtag* *#aeducaçãotransforma*. Esse processo passa por uma série de mecanismos de controle sobre o corpo, que também ficaram bastante evidentes nas empirias selecionadas para a pesquisa. Nesse sentido, o corpo é visto como tendo um papel a cumprir neste processo de constituição de si.

Foucault nos mostra que “[...] o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso [...]” (FOUCAULT, 2014, p. 78), ou seja, se sua produtividade cresce proporcionalmente à medida que o sujeito consegue controlar seus comportamentos e condutas, estando controlado, submisso, a uma série de técnicas que elevariam sua capacidade de produção, de utilização e de desempenho. Nesse viés, o segundo eixo analítico desta Dissertação vai ao encontro da concepção de que o corpo, para atingir seu potencial máximo de eficiência, deve enquadrar-se em algumas práticas e estratégias de disciplinamento que acabam também por operarem no processo de constituição de si.

5.2 PASSOS PARA SER BEM-SUCEDIDO NO ENEM: ESTRATÉGIAS DE DISCIPLINAMENTO

Em grande parte das imagens coletadas para a composição do material empírico deste estudo, foi possível perceber claramente a tendência que as páginas de *Facebook* que publicam conteúdos de estudo e orientação para os candidatos ao Enem têm de fornecer dicas e apresentar técnicas de controle e autorregulação para os estudantes, visando a um melhor aproveitamento dos momentos de estudo. A maioria das postagens refere-se à possibilidade de o candidato estudar sozinho, somente com o material disponível na Internet, como é o caso da plataforma Hora do Enem, que permite que os estudantes organizem uma rotina individual e personalizada de estudo.

Foucault (2008a) explicou que uma normalização disciplinar acontece quando as pessoas, juntamente com suas ações, são conformadas a um modelo, uma norma. Assim, seria considerado normal aquele sujeito capaz de resignar suas ações, gostos, desejos e objetivos a um modelo esperado para o conjunto de indivíduos a que faz parte. Por exemplo, o Enem, por ser uma avaliação aplicada ao final do Ensino Médio, pode ser considerado como um dos processos pelo qual os estudantes formados na Educação Básica precisam cumprir para acessar o Ensino Superior, assim como seriam os vestibulares. Mais do que a aplicação do exame, espera-se que esses estudantes ingressem no Ensino Superior e continuem sua formação para o mundo do trabalho. Pudemos verificar essa captura dos estudantes por esta avaliação no capítulo dois desta dissertação, quando mostro as atuais funções atribuídas ao Exame.

Para Foucault (2008a),

A normalização disciplinar consiste em traçar primeiro um modelo, um modelo ótimo que será constituído em função de um determinado resultado, e a operação de normalização disciplinar consiste em tratar de conformar as pessoas, os gestos, os atos a este modelo. O normal é, precisamente, o que é capaz de adequar-se a esta norma, e o anormal, é o que não é. Em outros termos, o que é fundamental e primeiro na normalização disciplinar não é o normal e o anormal, mas sim a norma. Para dizer de outra maneira, a norma tem um caráter primariamente prescritivo, e a determinação e distinção entre o normal e o anormal resultam em possibilidades decorrentes dessa norma postulada. (FOUCAULT, 2008a, p. 75).

Assim, posso afirmar que a maioria das reportagens analisadas neste estudo tendem a “ensinar” aos estudantes a como se organizarem em suas rotinas e, por meio de estratégias de disciplinamento, concentrarem seus esforços visando a um objetivo

comum. Como já mencionei anteriormente, no ano de 2015, aproximadamente oito milhões de estudantes inscreveram-se para a prestação do Enem. Em 2016, esse número aumentou para praticamente nove milhões. Em 2017, esse número caiu consideravelmente, para 6,1 milhões⁴⁴. A explicação para a diminuição do número das inscrições se dá, principalmente, porque houve mudanças nas regras para a obtenção da isenção do pagamento da taxa de inscrição – que também aumentou de R\$ 68,00 em 2016 para R\$ 82,00 em 2017. Até o ano passado, o pedido de isenção era feito por autodeclaração. A partir de 2017, no entanto, o benefício somente é concedido por meio de um cruzamento de dados com base do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e com o Censo Escolar⁴⁵.

Outro motivo apresentado para essa diminuição de número de inscritos é que, também a partir de 2017, o exame não poderá mais ser usado como certificação para conclusão do Ensino Médio, conforme já destacado. Essa certificação passa a ser dada somente a partir da realização do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Enceja). Ainda com essa diminuição do número de inscritos, as páginas do *Facebook* que foram usadas para a geração de empirias nesta pesquisa não sofreram com a perda de seguidores, como por exemplo, a página alimentada pela equipe editorial da revista *Guia do Estudante* que possui aproximadamente três milhões de internautas que acompanham as postagens diárias com dicas de estudo e com estratégias de melhor organização do tempo e dos ambientes de estudo.

Entendendo que os mecanismos que movem e exercitam formas de poder se configuram como um conjunto de ações que produzem diversos efeitos, o material empírico da pesquisa mostrou algumas manifestações desse processo de condução, de si e dos outros. Para Foucault, o poder

[...] opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações. (FOUCAULT, 1995, p. 243).

⁴⁴ Dado publicado pelo Inep em maio de 2017. O Instituto e o MEC divulgaram que este número pode sofrer alterações, pois muitos recursos de perda de isenção foram solicitados. O número de pessoas que não teve sua inscrição confirmada, na data da reportagem, foi de 1,4 milhões.

⁴⁵ Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/Enem/2017/noticia/Enem-2017-teve-pelo-menos-61-milhoes-de-inscricoes-confirmadas.ghtml>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

Nesse sentido, os estudantes que finalizam o Ensino Médio ou que desejam, mesmo depois de alguns anos, ingressar no Ensino Superior, acabam por submeterem-se a um jogo de competição em que cada investimento na preparação para o Exame é fundamental. Em algumas postagens, percebemos operar diferentes manifestações dos modos de poder, principalmente o disciplinar. Em consonância com a tentativa de conduzir os jovens para a preparação e para a obtenção de bons resultados, vimos crescer ainda, nos últimos anos, um imenso mercado de cursinhos Pré-Enem e de escolas especializadas nessa avaliação, e também de ferramentas de estudo virtual e individual vinculadas ao Exame, como é o caso da plataforma Hora do Enem.

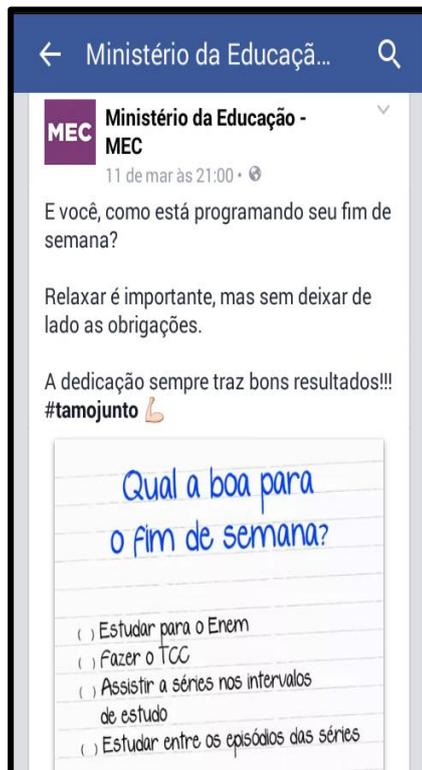
Para realizar as análises desses materiais, apoiei-me principalmente na obra *Vigiar e Punir* de Foucault (2014), mais especificamente quando o autor descreve as grandes funções disciplinares presentes em espaços como o da escola e do hospital. Em grande parte das empirias selecionadas, vemos operar alguns elementos dessas funções, como é o caso do controle do horário, que compõe a caracterização de uma função denominada por Foucault de controle da atividade. Ao fazer uso desses conceitos em sua Tese de Doutorado, Wanderer (2007) explica que o controle da atividade permite um

máximo aproveitamento do tempo que a investe e também do corpo que a desenvolve. Importa a produção de um tempo útil, respeitando-se o horário de cumprimento de cada atividade, a qualidade do tempo investido em cada ação, visando a anular todas as possibilidades de distração e perturbação. (WANDERER, 2007, p. 97).

Dentro dessa função, alguns elementos ajudam a operar o poder disciplinar, e Fonseca (2013) distribuiu esses elementos em dois eixos principais: o eixo da manipulação do tempo – que está vinculado ao controle do horário – e também o eixo que integra a relação entre os gestos executados pelos indivíduos e os objetos manipulados, tendo em vista que todas as atividades realizadas devem ter uma função e um momento para execução. Esses elementos que compõem a função do controle da atividade são percebidos nas postagens abaixo, que divulgam dicas de planejamento e organização dos estudos para a obtenção de melhores rendimentos:

Figura 24 – Preparação para o Enem

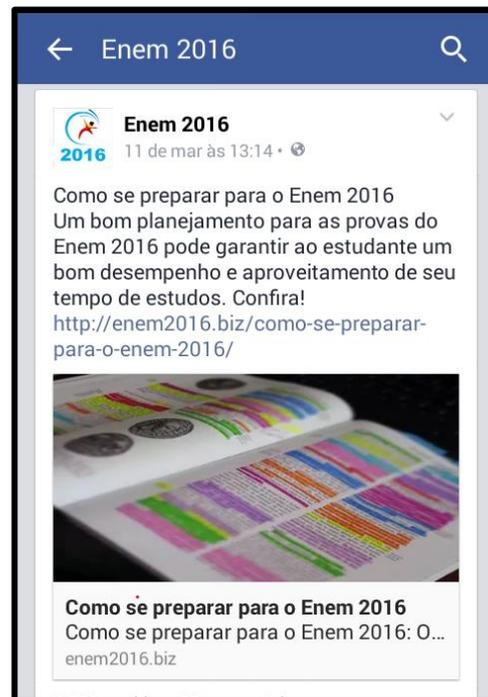
[1]



Fonte: Página do *Facebook* do Ministério da Educação

Figura 25 – Preparação para o Enem

[2]



Fonte: Página do *Facebook* do Enem 2016

A Figura 24 é uma postagem publicada pelo próprio MEC, em março de 2016, e destaca o entendimento de que *A dedicação sempre traz bons resultados*, pois lança a ideia de que é importante programar o final de semana tendo como base o equilíbrio entre as obrigações e a dedicação aos estudos. A Figura 25 também é uma postagem de uma página formada por conteúdos exclusivos sobre o Enem 2016 e traz uma reportagem com dicas sobre *Como se preparar para o Enem 2016*. De acordo com a postagem,

Um bom planejamento para as provas do Enem 2016 pode garantir ao estudante um bom desempenho e aproveitamento se seu tempo de estudos.

Percebe-se, nesses dois exemplos, o que Veiga-Neto (2016) mostrou ao explicitar que uma sociedade organizada por meio das disciplinas é mais organizada e, conseqüentemente, mais produtiva. No caso dessas empirias, a disciplina se dá no eixo

disciplina-corpo, em que a organização, o treinamento, o controle do tempo e das ações do sujeito elevam a produtividade e a possibilidade de sucesso.

Na Figura 26, destacada abaixo, a postagem do Guia do Estudante, publicada em 18 de agosto de 2015, ressalta *5 passos para ser bem-sucedido no Enem*.

Figura 26 – Cinco passos para ser bem sucedido no Enem



Fonte: Página do Facebook do Guia do Estudante

De acordo com a reportagem, é importante que o candidato domine o estilo da prova, pois o Exame (assim como outros vestibulares) possui um modelo que exige habilidades pré-estabelecidas. A primeira dica é:

Treine com provas antigas (e aprenda com os erros), pois treinar com provas anteriores do exame é uma das melhores táticas para mandar bem, porque ajuda a acostumar com o estilo da prova, o tipo de questões que costuma ser cobrado e, também, a mapear os assuntos que caem mais em cada matéria.

De acordo com a reportagem, além de treinar o estilo de prova, realizar as provas antigas permite que o candidato faça um diagnóstico do seu desempenho, podendo identificar suas fragilidades e quais conteúdos precisa estudar mais. O mesmo acontece com os simulados, ferramenta de estudo que ganhou força nos últimos anos.

A segunda dica que compõe a reportagem é:

Leia muito, pois, de acordo com a reportagem, são 180 questões divididas em 10 horas de prova (contando os dois dias de exame). Nessas 180 questões, há uma infinidade de textos para ler.... Adivinha quem vai se dar melhor? Com certeza, o candidato que já está acostumado a ler, e, por isso, consegue assimilar mais rapidamente os enunciados.

Nesse trecho da matéria, percebemos a questão do treino do tempo como fundamental para o processo de preparação para o Exame a partir da lógica disciplinar, o que nos remete novamente ao controle da atividade. A dica número cinco dessa reportagem também destaca esse princípio, pois sugere ao candidato que este *Enfrente o relógio*. Nesta última dica, o Guia do Estudante ressalta que enfrentar o relógio

significa colocar um tempo limite de 4h30 (ou 5h30, se você for fazer a prova de Redação também) para resolver as questões, sentar em uma cadeira desconfortável e ficar longe de qualquer distração. É, literalmente, reproduzir o momento da prova para você ficar acostumado com a maratona cansativa que vai enfrentar daqui a alguns meses.

Como já destacado, para Foucault (2014), o horário, ou o controle do tempo, e a utilização exaustiva dele, são duas das formas que contribuem para o exercício do controle da atividade. Nesse sentido, o bom controle e domínio do tempo seria uma das formas de controle disciplinar dos corpos, pois o tempo deve ser

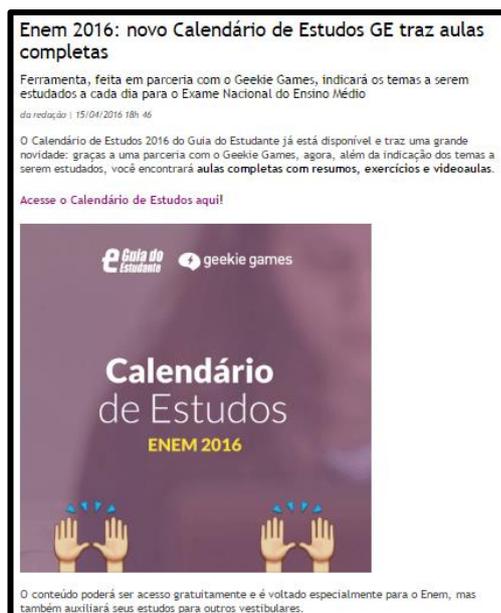
[...] um tempo de boa qualidade, e durante todo o seu transcurso o corpo deve ficar aplicado a seu exercício. A exatidão e a aplicação são, com a regularidade, as virtudes fundamentais do tempo disciplinar. (FOUCAULT, 2014, p.148).

Outros materiais também trazem a ideia acerca do domínio do tempo como uma estratégia de estudo importante, como é o caso dos calendários, cronogramas e aplicativos de agendas que representam a tarefa do sujeito de controlar suas atividades dentro dos limites do tempo. As imagens abaixo são duas postagens que elucidam

ponto ideal em que o máximo de rapidez encontra o máximo de eficiência. [...] quanto mais se decompõe o tempo, quanto mais se multiplicam suas subdivisões, quanto melhor desarticulamos seus elementos internos sob um olhar que os controla, mais então se pode acelerar uma operação, ou pelo menos regulá-la segundo um rendimento ótimo de velocidade. [...]. (FOUCAULT, 2014, p. 151).

A Figura 28 também traz a ideia do calendário como uma ferramenta de estudo importante para a obtenção de um bom desempenho no Exame, porém, o calendário oferecido pelo Guia do Estudante é composto por um cronograma de aulas por dia, em que, desde sua criação, apresenta os temas a serem estudados diariamente. A cada dia, dois temas são elencados no calendário e, no final do mês, ele é atualizado, e o candidato não consegue mais visualizar o conteúdo anterior. Assim, a ferramenta exige que o estudante acompanhe os temas de estudo mensalmente, para manter um ritmo de estudo regular.

Figura 28 – Calendário de estudos



Fonte: Página do Facebook do Guia do Estudante

A Figura 29, destacada abaixo, também expressa a importância do treino e do controle do tempo, pois indica que, *Na hora da redação, o relógio não pode ser o vilão*. Além disso, convida o candidato a assistir às dicas do Professor Rogério Murano, já que ele teria condição de “apresentar dicas valiosas” e faz referência à plataforma Hora do Enem, que apresenta a possibilidade de *um plano de estudos completo para você!*

Figura 29 – Dicas para a redação



Fonte: Página do *Facebook* do Ministério da Educação

Nesta perspectiva, Foucault (2014) ressalta, ainda, que as disciplinas também precisam ser compreendidas como aparelhos para adicionar e capitalizar o tempo e que a organização militar mostra essa ideia com bastante clareza. Importa ao candidato uma utilização detalhada e eficaz do tempo, sendo que muitas postagens publicadas, principalmente no Guia do Estudante, trazem dicas contra a chamada procrastinação e para uso mais eficiente do tempo destinado ao estudo. A postagem abaixo destaca a enunciação *Chega de desperdiçar tempo* e mostra uma jovem estudando em um espaço considerado mais adequado: em uma sala com livros, sem estímulos audiovisuais, sem computadores etc. Uma das principais dicas da reportagem é que o candidato estude fora de casa, onde os estímulos para outras atividades são maiores. No caso dos estudantes que não têm essa possibilidade, a postagem sugere que

Vale a pena também negociar horários. Se você precisa estudar na mesa da sala ou da cozinha, marque uma hora fixa com a família para que eles saibam quando devem evitar fazer barulhos ou interrupções.

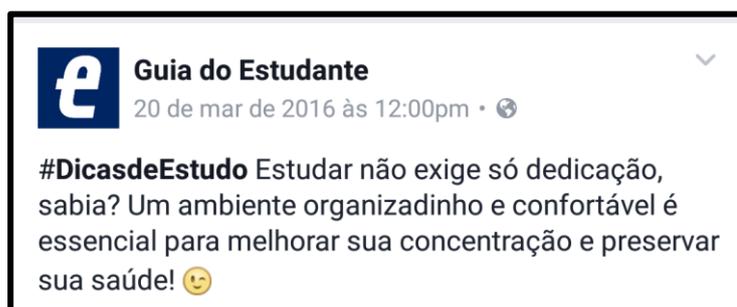
Ou seja, a rotina das famílias também precisa ser organizada no intuito de promover o melhor rendimento do candidato. As duas postagens que seguem abaixo também indicam a importância de um ambiente organizado e da necessidade de concentração para o melhor rendimento nos estudos.

Figura 30 – Orientações sobre o local de estudo [1]



Fonte: Página do *Facebook* do Guia do Estudante

Figura 31 – Orientações sobre o local de estudo [2]

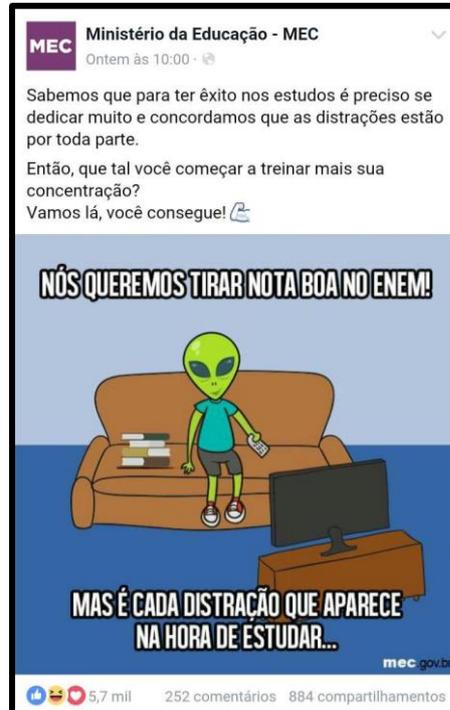


Fonte: Página do *Facebook* do Guia do Estudante

A concentração aparece como um estado de regulação do corpo, muito importante aos candidatos que se preparam para o Exame. A Figura 32 também remete à importância de evitar distrações. A postagem destaca:

Sabemos que para ter êxito nos estudos é preciso se dedicar muito e concordamos que as distrações estão por toda a parte. Então, que tal você começar a treinar mais a sua concentração?

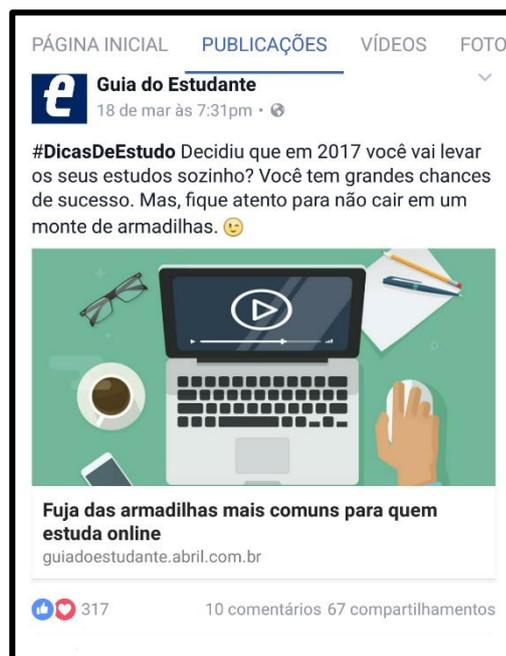
Figura 32 – Orientações sobre diminuição de distrações



Fonte: Página do *Facebook* do Ministério da Educação

Além da questão do controle do tempo, temos também expresso no material empírico outras manifestações das práticas de disciplinamento, como, por exemplo, o princípio da clausura, em que, como destaca Foucault (2014), é importante que cada indivíduo ocupe seu lugar, pois o “[...] espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quanto corpos quanto corpos ou elementos há a repartir [...]” (FOUCAULT, 2014, p. 140), ou seja, para a lógica disciplinar, é fundamental que o espaço permita o exercício em que as distribuições por grupos são evitadas e que as implantações coletivas são decompostas, conforme expressa o autor. Talvez aqui possamos entender por que todas as postagens que reuni referenciam um estudante ou candidato que está se preparando sozinho e não na escola. Inclusive, na postagem abaixo (Figura 33), destaca que se você decidiu estudar sozinho, *você tem grandes chances de sucesso*, mas que é importante evitar as “armadilhas” que poderiam prejudicar esse processo.

Figura 33 – Dicas de estudo do Guia [1]



Fonte: Página do *Facebook* do Guia do Estudante

Nos excertos acima, em que o controle do tempo, do espaço, o bom planejamento das horas e também do que estudar em cada momento do dia (calendários e rotinas), a necessidade de concentração e até mesmo do apoio da família para que o candidato possa se preparar em um ambiente adequado fazem parte de um objetivo maior do poder disciplinar: ele deseja sempre dividir o corpo em partes, treiná-lo e fazer com que essas partes funcionem de maneira mais eficiente, sendo que esse processo acontece de forma sutil e contínua (SANTOS; KLAUS, 2013).

Nestes materiais que apresento a seguir, percebemos a manifestação de elementos presentes no segundo eixo identificado por Fonseca (2003) do controle da atividade: a relação entre a atividade e o objeto, ou seja, a necessidade de cada gesto ser executado com um propósito, de maneira ordenada e no momento certo.

Essa relação pode ser vista na forma como as empirias expressam a necessidade de treinamento para determinadas atividades. Dessa forma, importante treinar a concentração, treinar a realização do Exame em provas antigas, treinar a escrita das redações, treinar a leitura dos enunciados das questões com textos muito longos, entre outros. Esse treinamento pode ser entendido como uma estratégia disciplinar, porquanto, ao vivenciarem essas práticas, os candidatos que as realizam acabam se constituindo em sujeitos capazes de apresentar um desempenho esperado, tanto pelo Estado quanto pelos grupos aos quais pertence, como a escola e a família.

Foucault (2014), nesse viés, destaca que os indivíduos, por meio das técnicas que envolvem a disciplina, são constituídos ao mesmo tempo objetos e instrumentos do seu exercício. Ou seja, a disciplina acaba por fabricar determinados tipos de indivíduos.

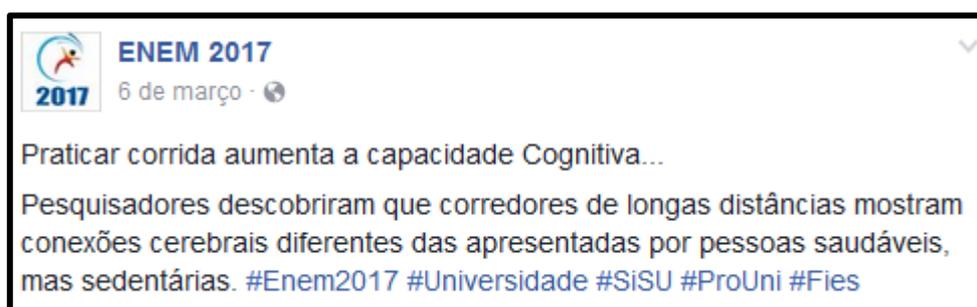
Esta técnica de fabricação não se limita, como podemos observar, ao controle do corpo físico, mas também ao seu disciplinamento no âmbito dos saberes. Veiga-Neto argumenta que as disciplinas se articulam em dois eixos inseparáveis: o do corpo e o dos saberes, como já destacado. Nesta perspectiva, é preciso educar o corpo e também a mente para maximizar a força do trabalho, útil para o Estado e, no caso, para o sujeito que alcança seus objetivos. Nas empirias abaixo, percebemos esse treinamento também estimulado com o objetivo de um mais efetivo controle da mente, muitas vezes, a partir do exercício do corpo:

Figura 34 – Dicas de estudo do Guia [2]



Fonte: Página do *Facebook* do Guia do Estudante

Figura 35 – Dicas de saúde do Enem 2017



Fonte: Página do *Facebook* do Enem 2017

Figura 36 – Dicas de estudo do Guia [3]



Fonte: Página do Facebook do Guia do Estudante

Na Figura 34, destaco que a #DicasDeEstudo está vinculado a uma dica relacionada à saúde, pois explica que *comer brócolis aumenta a capacidade mental*, já que esse vegetal é rico em vitamina k. A postagem convida ainda o seguidor da página do Guia do Estudante a ler o Guia no Instagram para acompanhar mais dicas como aquela. A Figura 35 também destaca a importância de exercitar o cérebro, a partir de uma prática desportiva. De acordo com a postagem, *pesquisadores descobriram que corredores de longa distância mostram conexões cerebrais diferentes das apresentadas por pessoas saudáveis, mas sedentárias*.

Já a Figura 36 é uma postagem que indica uma matéria que promete mostrar que *Certas práticas ajudam a lembrar do conteúdo das disciplinas e ter um ótimo raciocínio. E o melhor: sem técnicas mirabolantes*. As dicas apresentadas na reportagem são:

Pratique exercícios

Além dos vários benefícios de se exercitar, tanto para o corpo quanto para o bem-estar, **a atividade física aumenta a capacidade cerebral**. Ela ativa os reflexos e a circulação sanguínea. Por isso, reserve um tempinho na sua semana para deixar a preguiça de lado e fazer alguns exercícios. Se o tempo está curto, você pode trocar as saídas de carro, ônibus ou metrô, por exemplo, por uma caminhada ou por um passeio de bicicleta!

Procure usar as duas mãos e os dois pés

Sim, nós sabemos que é muito difícil para pessoas que são canhotas ou destros de escrever com a outra mão. Você provavelmente deve

estar pensando o quanto sua letra sai um garrancho quando tenta fazer isso com a mão menos utilizada, **mas saiba que exercitar esse membro é muito importante para estimular os dois lados do cérebro, no lugar de apenas um, o mais comum.** Sempre que possível tente fazer alguma coisa com a mão ou o pé que você usa menos, seja jogar futebol e chutar a bola com o pé trocado, ou se maquiar com a outra mão.

Tenha uma alimentação saudável

Comer bem e com qualidade também é essencial para a saúde do organismo e do cérebro. Tudo bem que, com a correria do dia a dia, às vezes é difícil ser saudável o tempo todo. Mas quando for a um self service ou puder fazer sua própria comida, priorize sempre um prato colorido e com grande variedade de alimentos. Invista em refeições balanceadas com vegetais, frutas frescas, peixes e outros alimentos com Ômega-3.

Memorize informações

Você já percebeu que desde que os telefones fixos pararam de ser tão utilizados nós começamos a deixar de lado a ideia de gravar os números que mais discamos? Pois é. Com as agendas de celulares, ter as informações à mão ficou mais fácil. **Porém, exercícios para a memória, como gravar nomes de ruas, decorar os termos aprendidos em sala de aula ou mesmo lembrar os números que você liga com mais frequência fazem seu cérebro trabalhar.** Não precisa gravar os quinze primeiros dígitos do pi logo de cara, saber só que ele equivale a 3,14 está bom. Comece com exercícios simples, memorizando informações que são importantes na sua rotina.

Seja positivo

Se você é mestre do pessimismo e não costuma enxergar as situações de forma esperançosa, saiba que isso não faz nada bem para o funcionamento do cérebro. **O estresse e a ansiedade prejudicam nossa capacidade de raciocínio, nos impedindo de pensar de forma clara e objetiva.** Procure sempre manter a calma e evitar a tensão. Quem sabe o problema não será resolvido da melhor maneira possível? Seu cérebro agradece!

Fonte: Guia do Estudante (2017, *on-line*, grifo nosso)

É possível observar, nos excertos acima, a importância dada a um corpo saudável, em que exercícios físicos, alimentação saudável e estímulos cerebrais podem ajudar na aprendizagem e, conseqüentemente, na preparação para provas, tais como Enem e vestibulares. De acordo com Mendes, “[...] o corpo deve cumprir seu papel. Para isso, está atrelado a formas de atuação, a mecanismos de controle, a formas ‘econômicas’ de usá-lo e pensá-lo.” (MENDES, 2006, p. 172). Nesse sentido, a produtividade do corpo é acentuada e mostram-se maneiras de como desenvolver um corpo (incluindo suas capacidades neurológicas) que produza o máximo em pouco tempo, tendo em vista que a maioria dos candidatos ao Enem se preparam juntamente com o final do Ensino Médio e não podem dedicar tempo integral à preparação para o Exame. Essa lógica, então, relaciona-se ao que Fonseca (2003) explicou como sendo a relação entre a atividade e o objeto, ou seja, a necessidade de cada gesto ser executado com um propósito, de maneira ordenada e no momento certo, como já destacado.

Foucault reforça essa concepção destacando também que “[...] o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso [...]” (FOUCAULT, 2014, p. 29). Essa força, como observamos nas empirias, não necessita ser violenta, mas pode ser sutil e, ainda assim, continuar a ser de ordem física (FOUCAULT, 2014), como é o caso da postagem que aconselha os estudantes a comerem brócolis ou a correrem longas distâncias.

Outra forma de controle que aparece nas empirias selecionadas para a pesquisa e que nos ajuda a refletir sobre a disciplina dos corpos e sobre os recursos do bom adestramento é o exame, que, de forma bastante significativa, utilizo neste estudo. De acordo com o autor, “[...] o exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um conjunto normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir [...]” (FOUCAULT, 2014, p. 180). Por isso, dentre todos os instrumentos disciplinares, o exame recebe um *status* fortemente ritualizado, reunindo a cerimônia do poder e a forma de experiência, juntamente com a demonstração de força e o estabelecimento da verdade, conforme explica Foucault (2014).

No caso deste estudo, as características atribuídas ao exame podem ser percebidas nos simulados, muito utilizados pelos estudantes e também pelas escolas que preparam os candidatos ao exame. Na Figura 37, destacada abaixo, o Guia do Estudante faz menção aos simulados que fazem parte da plataforma Hora do Enem. A

plataforma disponibiliza simulados para todos os estudantes inscritos, de forma gratuita, para todo o Brasil, com o objetivo de fornecer diagnósticos para cada estudante e, acredito, para o próprio Ministério da Educação.

Figura 37 – Simulado do Guia



Fonte: Página do *Facebook* do Guia do Estudante

A realização de simulados não se restringe, no entanto, ao Ministério da Educação, mas outros órgãos e empresas também oferecem essa ferramenta de estudo, como é o caso das opções apresentadas nas imagens abaixo.

Figura 38 – Simulado do Enem 2016



Fonte: Página do Facebook do Enem 2016

Figura 39 – Simulado do Descomplica



Fonte: Página do Facebook do Descomplica

A Figura 38 oferece um simulado para Enem e Vestibular de forma gratuita. A Figura 39 ressalta

Amanhã é o primeiro dia do simuladão Descomplica 2017, não vai perder essa, né?! Nem tudo na vida vocês pode simular, o Enem você pode! A imagem da postagem ainda questiona Seus estudos estão dando resultado? Tá na hora de descobrir!

Outra ferramenta que tem sido muito utilizada pelos estudantes são as correções das redações, como é o caso do serviço oferecido pelo Descomplica em que você pode contratar um chamado “plano com redação”, expresso na Figura 40, logo abaixo. De acordo com a postagem, é possível escrever a redação à mão, tirar uma foto e enviar à equipe de corretores, que, em seis dias, devolverá a redação completa, corrigida. Ainda, de acordo com a postagem, *a foca tá demais e vai treinar vocês para tirar 1000 na redação do Enem!*

Figura 40 – Correção de redação Descomplica



Fonte: Página do Facebook do Descomplica

Entendendo que, na escola, é estabelecido um aparelho de exame contínuo, onde os processos avaliativos servem para medir e sancionar, podemos fazer uma relação entre a função de medir e sancionar da escola com a necessidade dos candidatos de medirem a si mesmos. Tendo como foco a escola, Foucault (2014) explica que o exame permite que os mestres transmitam seus saberes, mas que também levantem uma série de informações sobre seus alunos.

Foucault (2014) elenca três características sobre o exame como mecanismo que liga certo tipo de saber a uma forma de exercício de poder. Primeiramente, o “[...] exame inverte a economia da visibilidade no exercício do poder [...]” (FOUCAULT, p. 183, 2014). Neste sentido, o exame seria a técnica em que o poder capta e marca os sujeitos, por meio de mecanismos de objetivação. Para esta perspectiva, o poder organiza os objetos, e o exame vale como “cerimônia desta objetivação” (FOUCAULT, 2014, p. 183), ou seja, ajuda a constituir os sujeitos “de fora para dentro”.

Como segunda característica, Foucault destaca que “[...] o exame faz também a individualidade entrar em um campo documentário [...]” (FOUCAULT, 2014, p. 183), ou seja, o exame permite que os sujeitos tenham seus conhecimentos registrados de

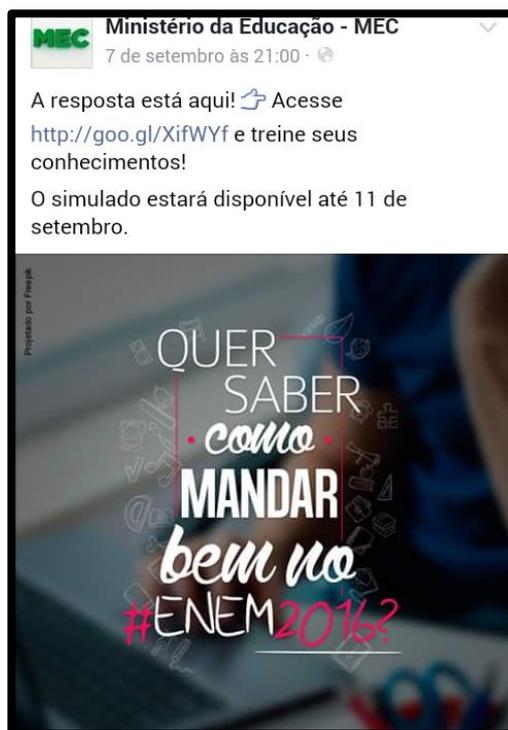
maneira escrita. Para a análise realizada em relação às avaliações externas, essa característica é fundamental para entendermos esse mecanismo em que o sujeito, por intermédio do registro escrito dos seus conhecimentos, torna-se específico, mas também integrado a um sistema de comparação. Para o filósofo,

Graças a todo esse aparelho de escrita que o acompanha, o exame abre duas possibilidades que são correlatas: a constituição do indivíduo como objeto descritível, analisável, não contudo para reduzi-lo a traços “específicos”, como fazem os naturalistas a respeito dos seres vivos; mas para mantê-lo em seus traços singulares, em sua evolução particular, em suas aptidões ou capacidades próprias, sob o controle de um saber permanente; e por outro lado a constituição de um sistema comparativo que permite a medida de fenômenos globais, a descrição de grupos, a caracterização de fatos coletivos, a estimativa dos desvios dos indivíduos entre si, sua distribuição numa população. (FOUCAULT, 2011, p. 186).

Para complementar a segunda característica, o filósofo destaca que “[...] o exame, cercado de todas as suas técnicas documentárias, faz de cada indivíduo um ‘caso’ [...]” (FOUCAULT, 2014, p. 187). Isto porque este indivíduo, que pode ser mensurado e medido, também acaba por ser treinado, classificado, normalizado e até mesmo excluído. Para o autor, o exame permite que cada indivíduo receba como *status* sua própria individualidade – no caso, aqueles que se sobrepõem aos outros nesta avaliação comparada. Finalmente, conclui Foucault (2014), o exame, combinado à vigilância e à sanção normalizadora, realiza sua função disciplinar de repartição e classificação, onde se extrai dos indivíduos sua máxima potência de força e tempo e de composição dos seus talentos, suas aptidões.

No caso desta pesquisa, acompanhar o desenvolvimento individual, em suas aptidões ou capacidades próprias, sob controle de um saber permanente, torna-se importante para o próprio sujeito, para que ele possa perceber seu desempenho. Esse acompanhamento é feito, portanto, pelos simulados e afins. A Figura 40, destacada abaixo, traz a seguinte pergunta: *Quer saber como mandar bem no Enem?* A resposta está na própria postagem, pois apresenta um link de um simulado para que o candidato possa treinar seus conhecimentos.

Figura 41 – Simulado do MEC



Fonte: Página do *Facebook* do Ministério da Educação

Outra postagem, da página do Descomplica, destacada na Figura 41, indica:

Tem amigo seu que tá com cara de que vai se dar mal no Enem? Marca ele nos comentários! Mas não deixa de avisar: amanhã é o dia de simuladão! Igualzinho ao Enem, pra gente já poder ver quem tá ou não se preparando pro vestibular! Se inscreve lá!

Figura 42 – Simulado Descomplica



Fonte: Página do *Facebook* do Descomplica

Observo, então, que, nestes materiais, o bom desempenho está atrelado ao acompanhamento dos estudos, ao controle da evolução de aptidões e até mesmo reforça a ideia de que o treino para as provas pode fazer diferença para que os candidatos alcancem seus objetivos. Nessas empirias, o exame não é feito pela escola ou pelos mestres, mas sim pelo próprio sujeito. Para o estudante, examinar a si mesmo também é condição para obtenção de um potencial máximo de uso do corpo e da mente, pois, conforme já destacado, Foucault desenvolveu a discussão de que é por meio do exame, juntamente com a vigilância e a sanção normalizadora, que a função disciplinar realiza seu papel de extrair dos indivíduos sua máxima potência.

No caso do simulado, essas questões são operadas à medida que o candidato realiza uma simulação da avaliação, treinando seus conhecimentos, acompanha seu desenvolvimento durante um período de tempo, pois realiza diversos simulados e

compara seu desempenho e ainda utiliza os resultados para entender quais conhecimentos precisam ser trabalhados nos momentos de estudo, já que o simulado indica quais habilidades ainda precisam ser desenvolvidas pelo candidato.

Assim, procurei mostrar que o material empírico apresenta diversas práticas disciplinares que envolvem o controle do corpo e da mente, buscando auxiliar os estudantes a alcançarem seu máximo potencial. Na esteira do que é difundido pelas páginas do *Facebook* que serviram de aporte empírico desta pesquisa, o estudante que possui melhores condições de obter um bom desempenho no Exame é aquele que pratica diferentes aspectos da disciplina do corpo e da mente. Ou seja, as postagens oferecem inúmeras estratégias em que o estudante pode se apoiar, reforçando os modos de objetivação e, conseqüentemente, de subjetivação que esses candidatos vivenciam.

Concluo, então, a parte analítica desta pesquisa que buscou mostrar quais os processos de objetivação e subjetivação estão implicados na constituição de um sujeito que chamei de “estudante nota 1000”. Este estudante, conforme discuti, é um estudante que entende que somente por meio do esforço e da dedicação é possível alcançar seus objetivos e que as práticas de disciplina do seu corpo e mente seriam estratégias para exercer o máximo potencial de cada indivíduo. Como já mencionei, Foucault (1995) buscou, em grande parte da sua obra, entender o funcionamento de como, em nossa cultura, os seres humanos se tornam sujeitos e quais os processos de objetivação e de subjetivação que os levam a enxergarem a si mesmos como sujeitos pertencentes a determinada cultura ou a possuírem características de determinados grupos.

No caso desta pesquisa, busquei mostrar algumas manifestações desses processos e como as mídias – representadas pelas páginas de *Facebook* analisadas – também interpelam a constituição dos estudantes que se preparam para o Exame. No último capítulo do estudo, retomo as principais discussões empreendidas na Dissertação e exploro algumas possibilidades futuras de estudos que o material empírico da pesquisa poderia ainda fazer emergir.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de retomar as discussões que compuseram esta Dissertação, acredito ser importante destacar que, durante a construção da pesquisa, o Exame Nacional do Ensino Médio, assim como o próprio Ensino Médio brasileiro, foi protagonista (e ainda está sendo) de inúmeras discussões e mudanças. Em fevereiro de 2017, foi sancionada no Brasil a lei que prevê alterações no currículo do Ensino Médio, que estão impactando diretamente as escolas de Educação Básica e, provavelmente, também as instituições de Ensino Superior. Na nova configuração desse nível de ensino, de acordo com o *site*⁴⁶ do Ministério da Educação, seu currículo será sustentado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), obrigatória e comum a todas as escolas. A BNCC definirá as competências e os conhecimentos essenciais que deverão ser oferecidos a todos os estudantes na parte comum (1.800 horas), abrangendo as quatro áreas do conhecimento: Matemática, Linguagens, Ciências Humanas e da Natureza.

O restante da carga horária será dedicado aos chamados “itinerários formativos” nas áreas eletivas ou a cursos técnicos. Esses itinerários são: Linguagens e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias, Ciências da natureza e suas tecnologias, Ciências humanas e sociais aplicadas e Formação técnica e profissional. Cada Conselho Estadual de Educação organizará as diretrizes de como as escolas de cada estado (incluindo o Distrito Federal) organizarão seus currículos.

A implantação desta reforma está prevista para os próximos anos e certamente surtirá efeitos na formação de professores, nas propostas pedagógicas das escolas, nas instituições especializadas em recursos didáticos e pedagógicos, assim como a reforma no Novo Enem gerou em 2009, quando esta avaliação em larga escala também sofreu alterações.

Quanto a mudanças, portanto, que o Exame Nacional do Ensino Médio provavelmente também sofrerá, ainda não foram definidas quais seriam. Porém, alguns especialistas afirmam que é provável que o Exame sofra alterações para se adequar à nova BNCC. Já em 2017, todavia, o Enem sofreu modificações importantes, que precisam ser consideradas. Primeiramente, houve mudanças nas regras para a obtenção da isenção do pagamento da taxa de inscrição, conforme já mencionado (a taxa de inscrição também aumentou de R\$ 68,00 em 2016 para R\$ 82,00 em 2017).

⁴⁶ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#nem_02. Acesso em 10 nov. 2017.

Até o ano passado, o pedido de isenção era feito por autodeclaração. A partir de 2017, no entanto, o benefício somente é concedido por meio de um cruzamento de dados com base do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e com o Censo Escolar⁴⁷.

Outra mudança, vigente também a partir de 2017, é que o exame não poderá mais ser usado como certificação para conclusão do Ensino Médio. Essa certificação passa a ser dada somente a partir da realização do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Enceaja). Uma terceira mudança, que também acarretará nos efeitos produzidos pelo Exame é que, a partir de 2018, o Ministério da Educação passará a não mais divulgar os desempenhos das escolas no chamado “ranking do Enem” em que era possível comparar o desempenho geral dos estudantes de diferentes escolas do país. Em uma reportagem para o Portal G1⁴⁸, divulgada em março de 2017, o presente Ministro da Educação na época – Mendonça Filho – e a presidente do Inep – Maria Inês Fini – explicaram os motivos para esta decisão, que vai ao encontro de solicitações feitas por especialistas do campo da Educação. É importante destacar, porém, que, embora o Inep não tenha divulgado, no ano de 2017, os “macrodados” correspondentes ao Enem de 2016, conforme anunciado, foram divulgados os “microdados” referentes aos resultados de cada estudante. Assim, algumas empresas de consultoria educacional que utilizam esses dados para análises dos resultados das escolas divulgaram alguns rankings não oficiais, produzidos a partir dos “microdados”.

Trago essas informações acerca do Exame com o objetivo de mostrar que a análise feita nesta Dissertação – que não possuía o interesse de julgar a validade do Exame para o cenário educacional nem avaliar sua eficiência ou não – esteve inserida em um recorte de tempo e que as costuras analíticas realizadas foram elegidas entre diversas possibilidades. Durante a escrita do trabalho, busquei mostrar como o Exame surgiu no Brasil, como funciona sua estrutura enquanto avaliação em larga escala, os caminhos que empreendi ao lidar com as empirias reunidas e quais as costuras analíticas realizadas. Porém, percebo que, caso o estudo se prolongasse por mais alguns anos, por exemplo, certamente outras discussões seriam traçadas e outras

⁴⁷ Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/Enem/2017/noticia/Enem-2017-teve-pelo-menos-61-milhoes-de-inscricoes-confirmadas.ghtml>> Acesso em: 10 set. 2017.

⁴⁸ Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/enem/2017/noticia/ranking-do-enem-por-escolas-deixara-de-ser-divulgado-diz-mec.ghtml>> Acesso em: 10 set. 2017.

possibilidades de análise emergiriam neste contexto de transformação no campo educacional.

Em relação à investigação desenvolvida, no primeiro capítulo, procurei apresentar meus interesses de pesquisa, a problemática e os objetivos do trabalho, incluindo a revisão de literatura sobre o tema. Nessa revisão, busquei mostrar que muitos estudos realizados envolvendo esta política de avaliação estão focados em como as disciplinas e as áreas do conhecimento em si são abordadas no Exame e as implicações dessas abordagens para o trabalho docente e o currículo das escolas. Um exemplo disso é a Tese de Doutorado intitulada *Retrato de uma disciplina ameaçada: a literatura nos documentos oficiais e no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)*, de Gabriela Luft, que discorre sobre como a disciplina de Literatura, por não compor diretamente o Exame, estaria dentre as disciplinas ameaçadas no currículo das escolas brasileiras.

Além disso, nesse primeiro capítulo, apresentei o desejo de arquitetar uma pesquisa que enxergasse o Enem como uma avaliação em larga escala que não se comporta apenas como um instrumento para obtenção de um diagnóstico do Ensino Médio brasileiro, mas sim como um Exame que gera inúmeros efeitos nas escolas, e principalmente, nos modos pelos quais os estudantes que se preparam para o Exame conduzem suas condutas.

O segundo capítulo, *Apresentação das temáticas da pesquisa*, foi subdividido em duas sessões que abordaram de modo geral as temáticas do estudo. Na primeira sessão, intitulada *O currículo por competências e habilidades e as avaliações em larga escala no Brasil*, apresentei uma retomada acerca das políticas de avaliação em larga escala no Brasil e busquei mostrar, brevemente, o currículo previsto nas matrizes de referência dessas avaliações, explicando a metodologia de organização curricular baseada em competências e habilidades, atualmente adotada pelo Exame e por muitas escolas de Educação Básica. A segunda sessão, nomeada *O Exame Nacional do Ensino Médio e seus efeitos no cenário educacional brasileiro*, discorreu sobre o Exame propriamente dito e suas implicações, em âmbito individual ou coletivo, sobre indivíduos e instituições.

No terceiro capítulo, *Sobre as ferramentas teórico-metodológicas*, apresentei a fundamentação teórica do estudo, arquitetada a partir dos conceitos de governamentalidade e práticas de disciplinamento discutidos por Foucault. Esse

capítulo também se subdivide em duas sessões, chamadas *A oficina de Foucault: o conceito de governamentalidade e as políticas públicas da educação brasileira e Práticas de disciplinamento como estratégia de condução de condutas*. Nesse capítulo, procurei mostrar que o Enem acaba por se configurar em um mecanismo de condução de condutas e que o conceito de governamentalidade nos ajuda a entender como esses mecanismos são operados.

Considerando que o conceito de governamentalidade pode ser entendido, de forma resumida, por um conjunto de práticas de condução de condutas, busquei empreender algumas discussões teóricas que serviriam de aporte para a análise do material empírico. Além disso, tentei justificar a hipótese de que, por ser etapa praticamente obrigatória para estudantes que desejam ingressar no Ensino Superior, o Exame acaba por operar como um mecanismo que conduz os sujeitos a determinados modos de ser. Conseqüentemente, as escolas, as editoras de materiais didáticos, os sistemas de ensino, os cursos Pré-Enem etc., também acabam por se adequarem a esse Exame, com o objetivo de que seus estudantes alcancem bons resultados.

No quarto capítulo, intitulado *Percurso investigativo*, mostrei os caminhos percorridos para a construção da metodologia da pesquisa. Em seus três subcapítulos, apresentei o material empírico do estudo, que foi composto por mais de 100 postagens (e reportagens a elas vinculadas) coletadas entre outubro de 2015 e julho de 2017 em quatro páginas de *Facebook* distintas, além de explorar o fazer pesquisa em Educação em uma perspectiva pós-estruturalista.

Reforço a ideia de que meu interesse era justamente o olhar diferenciado sobre uma avaliação em larga escala que gera efeitos nas escolas, nos cursos de preparação para vestibulares, nas editoras de materiais didáticos e recursos pedagógicos para escolas, na formação dos professores da Educação Básica, e principalmente, nos modos pelos quais os estudantes que se preparam para o Exame são conduzidos por intermédio de práticas de disciplinamento e outros mecanismos que os fazem “ser” e “comportarem-se” de determinadas formas em detrimento de outras. Assim, no capítulo de *Costuras analíticas*, busquei responder, de forma mais enfática, à pergunta condutora do estudo: **Como são constituídos, em mídias sociais do *Facebook*, os estudantes bem-sucedidos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)?**

A análise do material reunido mostrou que para a realização e obtenção de bons resultados no Exame, era necessário dedicação e disciplina dos estudantes, que eles

deveriam se privar de momentos de lazer (como por exemplo a Figura 14, apresentada na página 72 deste estudo, que diz *que balada é coisa de adulto e que adolescente gosta mesmo é de estudar para o Enem*) e utilizar de diferentes estratégias (como a Plataforma Hora do Enem) para manterem-se “estudiosos e dedicados”. Durante as análises, procurei mostrar que essas enunciações buscavam operar como processos de objetivação.

Em relação aos processos de subjetivação, busquei apresentar outras postagens, principalmente da página do Ministério da Educação, que continham depoimentos de pessoas que, após vivenciarem um processo de árduo estudo e dedicação, alcançaram seus objetivos, legitimando o que as postagens anteriores (as que continham enunciações que operavam processos de objetivação) expressavam.

Nesse sentido, tentei estabelecer, com o apoio da empiria da pesquisa, as relações operantes entre os processos de constituição do sujeito. Além disso, destaco que o cenário empírico em que essas enunciações foram elencadas também interpela os modos como os estudantes com elas se relacionam. Percebemos, enfim, que a constituição dos modos de ser sujeito aluno, estudante, que se prepara para o Exame, não é produzida somente no ambiente escolar, mas sim em diversos ambientes virtuais tais como plataformas de estudo personalizado, páginas de *Facebook* e internet no geral. A constituição dos sujeitos na sociedade em rede funciona diferentemente, mas a necessidade de o sujeito compartilhar suas experiências e expressar seus processos de constituição de si continuam existindo, assim como no ambiente escolar:

As pessoas consomem, mas também gostam e querem produzir, opinar, relatar suas experiências, falar de si, compartilhar. O consumo deixa de ser a única maneira como se podia usar a mídia. Agora se fala em consumo ativo, interativo, participativo. Quando as oportunidades são dadas, as pessoas querem fazer e falar sobre o que fazem, pois sempre tem muito a dizer. (COUTO, 2014, p. 52).

Assim, o universo da Internet e das redes sociais destinado à aprendizagem personalizada torna-se outro núcleo de compartilhamento de experiências e, conseqüentemente, de modos de ser sujeito. No caso, um sujeito dedicado, estudioso, disciplinado, que alcança seus objetivos a partir de seu esforço. Na empiria, podemos perceber que, por mais que o Enem – e as avaliações em larga escala em geral – procure dar fim a lógica disciplinar (no sentido da disciplina-saber, pois opera na lógica do conhecimento organizado em grandes áreas), a disciplina-corpo ainda aparece como importante estratégia de autorregulação na constituição do sujeito aluno. Veiga-

Neto (2008) discute sobre como a sociedade da disciplina se transforma na sociedade do controle, em que a lógica disciplinar está sendo revestida por técnicas de controle, que são expressas, na empiria desta pesquisa, nas inúmeras dicas de organização dos estudos (de tempo, de espaço, de acompanhamento do próprio desempenho) que atuam com o mesmo propósito de fazer do corpo o mais produtivo possível. Essa regulação é vista como possibilidades para uma recompensa que “vale a pena” ser expressada em bons resultados no Exame. Para Veiga-Neto:

Frente a eles (estes sistemas de controle) podemos ter uma atitude dócil e resignada, atendendo disciplinadamente a tudo o que exigem de nós; mas podemos ser flexíveis e entrarmos estrategicamente no jogo. Nesse caso, vamos respondendo com novas táticas a cada investida dos mecanismos de controle, avaliando constantemente o balanço entre o que se perde e o que se ganha em nos curvamos (ou não) a cada nova demanda. O quanto cada um será mais dócil, disciplinado, sólido ou mais flexível, (in)controlável e líquido será função das relações entre a sua própria subjetividade e as exigências do sistema. (VEIGA-NETO, 2008, p. 53).

Na esteira dessa ideia, os estudantes acabam por atender disciplinadamente a tudo o que é deles exigido, pois percebem que, ao investir nas técnicas de controle e de autorregulação sugeridas pelas postagens analisadas, podem ser recompensados com a produtividade de seus corpos e mentes. Em relação a essa produtividade, ao analisar as práticas de disciplinamento difundidas nas postagens, pude perceber que, embora os estudantes não estivessem sendo observados no ambiente escolar, essas práticas funcionavam de forma muito semelhante. Conforme destaca Veiga-Neto (2000, p. 01), “[...] em termos do espaço e do tempo, a escola moderna foi sendo concebida e montada como a grande máquina capaz de fazer, dos corpos, o objeto do poder disciplinar; e, assim, torná-los dóceis.”. Porém, o autor argumenta que o próprio mundo, inclusive o externo à escola, acabou se tornando um grande panóptico e que não somente mais a escola cumpre seu papel disciplinador. Para ele:

De fato, o avanço de toda uma sofisticada tecnologia eletrônica de vigilância e documentação — de que são bons exemplos os circuitos fechados de televisão e os potentes e velozes sistemas de informação e bancos de dados — aponta para o progressivo barateamento e disseminação de todos os atributos do panóptico. O principal desses atributos — a visibilidade — não apenas se conserva, mas foi até mesmo melhorado. (VEIGA-NETO, 2000, p. 01).

Nesta perspectiva, entendo que uma das considerações desta pesquisa é que, embora os estudantes analisados sob a via das postagens de *Facebook* não estejam vivendo processos disciplinatórios na escola, as práticas a que são submetidos são praticamente as mesmas, tendo o objetivo de gerar corpos dóceis e produtivos também

atendido. Como dito anteriormente, neste estudo, procurei observar o Enem não para analisar sua eficiência nem para entender ou analisar suas características, mas sim, busquei pôr sob suspeição o olhar naturalizado sobre a funcionalidade desse Exame. Assim, acredito que o estudo nos mostra que, muito mais do que servir como uma forma de ingresso no Ensino Superior, esse Exame produz e reforça efeitos na constituição dos estudantes e fortalece a ideia de que alunos estudiosos e dedicados obtêm bons resultados no Exame.

Para estudos futuros, acredito que é necessária uma análise em âmbito macro, em que possamos também mapear os efeitos que essas avaliações em larga escala produzem nos currículos, na formação de professores e nos processos de gestão pedagógica das instituições. Assim, poderíamos entender um pouco mais como este Exame opera como um elemento da governamentalidade, no se refere à condução das condutas dos sujeitos com os quais se envolve, em âmbito individual – como no caso deste estudo – ou coletivo – como quando produz efeitos nas instituições. Ressalto, porém, mais uma vez, que assim como o Ensino Médio brasileiro está passando por alterações e, conseqüentemente, o Enem também passará por esse processo, o estudo que desenvolvi está pautado em um recorte de tempo em que sua realização é de grande importância para a maioria dos estudantes brasileiros e que, por meio da disputa por uma vaga de Ensino Superior, o Exame produz determinados modos de ser estudante em detrimento de outros, atuando na condução das condutas desses sujeitos.

REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, S. M. M. et al. Aprendizagem nas redes sociais virtuais: o potencial da conectividade em dois cenários. **Revista Contemporaneidade, Educação e Tecnologia**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 54-60, 2012.

AMANTE, L. Facebook e novas sociabilidades: contributos da investigação. In: PORTO, C.; SANTOS, E. (Org.). **Facebook e educação: publicar, curtir, compartilhar**. Campina Grande: EDUEPB, 2014. p. 26-46.

ANADON, S. B. **Prova Brasil uma estratégia de governamentalidade**. 2012. 171 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

BUJES, M. I. E. **Infância e maquinarias**. 2001. 259 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 134, n. 248, seq. 1, p. 27833-27841, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Matriz de Referência do Enem**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. [S.l.: s.n.]: 2009. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2012/matriz_referencia_enem.pdf> Acesso em: 10 ago. 2016.

BRASIL. Portaria nº 867, de 04 de julho de 2012. **Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e define suas diretrizes**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, julho. 2012.

BRASIL. Portaria nº 1.140, de 22 de novembro de 2013. **Institui o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio e define suas diretrizes gerais, entre outros**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, novembro, 2013a.

BRASIL. **Avaliação nacional da alfabetização (ANA)**: documento básico. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013b. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2013/livreto_ANA_online.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)**: relatório pedagógico 2009-2010. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013c. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/relatorios_pedagogicos/relatorio_pedagogico_enem_2009_2010.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**. Tradução de Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

CIRIBELI, J. P.; PAIVA, V. H. P. Redes e mídias sociais na internet: realidades e perspectivas de um mundo conectado. **Mediação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 12, p. 57-74, jan./jun. de 2011.

COUTO, E. S. Pedagogias das conexões: Compartilhar conhecimentos e construir subjetividades nas redes sociais digitais. In: PORTO, C.; SANTOS, E. (Org.). **Facebook e educação**: publicar, curtir, compartilhar. Campina Grande: EDUEPB, 2014. p. 47-65.

DIAS, L. C. O. **Trajetórias de jovens egressos do ensino médio de uma escola pública de Santa Maria e o ENEM como ferramenta de inserção social**. 2013. 176 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013.

FIMYAR, O. Governamentalidade como ferramenta conceitual na pesquisa de políticas educacionais. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 35-56, 2009.

FISCHER, R. M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. [31], n. 114, p. 197-223, nov. 2001

FONSECA, M. A. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2003.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salman Tannus Muchail. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: o nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GALEAZZE, C. **As políticas educacionais em construção no ENEM**: uma abordagem da área das ciências da natureza e suas tecnologias. 2013. 121 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Instituto de Ciências Básicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

GALLO, S. D.; VEIGA-NETO, A. Ensaio para uma filosofia da educação. **Educação**, São Paulo, v. 3, n. especial, p. 16-25, mar. 2007. [Edição especial intitulada “Foucault pensa a educação”].

GAZZOLA, J. S.; SUDBRACK, E. M. O IDEB e a avaliação em larga escala: uma análise das escolas da rede pública de Frederico Westphalen. **Vivências**, Erechim, v. 12, n. 22, p. 212-223, 2016.

GERZSON, V. R. S. **A mídia como dispositivo da governamentalidade neoliberal: os discursos sobre educação nas revistas Veja, Época e IstoÉ**. 2007. 164 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GHISLENI, A. C. **Efeitos da política nacional de avaliação em larga escala na gestão e na prática pedagógica do sistema municipal de Porto Alegre (2005-2013)**. 2015. 162 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

JUNGES, D. L. V. **Educação Matemática e em formas de vida da imigração alemã no Rio Grande do Sul no período da Campanha de Nacionalização**. 2017. 214f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2017.

KNIJNIK, G.; WANDERER, F. Programa Escola Ativa, escolas multisseriadas do campo e educação matemática. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 211-225, jan./mar. 2013.

LARROSA, J. Tecnologias do Eu e Educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **O sujeito da educação** – Estudos foucautianos. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 35-86

LERINA, M. I. **Ensinar geografia em tempos de complexidade: a práxis pedagógica e os desafios frente ao ENEM**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

LOCKMANN, K. **A proliferação das políticas de assistência social na educação escolarizada: estratégias da governamentalidade neoliberal**. 2013. 318 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

LOUREIRO, C. B.; LOPES, M. C. A condução eletrônica das condutas: a educação como estratégia de disseminação de práticas. **Educação em revista**, v. 31, n. 3, p. 359-378, 2015.

LOPES, A.; LÓPEZ, S. A performatividade nas políticas de currículo: o caso do ENEM. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 89-110, 2010.

LUFT, G. **Retrato de uma disciplina ameaçada: a literatura nos documentos oficiais e no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)**. 2014. 303 f. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

MACHADO, P. H. A. **O ENEM no contexto das políticas para o Ensino Médio**. 2012. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em

Educação, Faculdade de Educação, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2012.

MARÍN-DÍAZ, D. L. **Infância**: discussões contemporâneas, saber pedagógico e governamentalidade. 2009. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MARÍN-DÍAZ, D. L. **Autoajuda e educação**: uma genealogia das antropotécnicas contemporâneas. 2012. 491 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MELLO, D. T. A governamentalidade da avaliação. **Textura**, Canoas, v. 15, n. 28, p. 62-80, maio/ago. 2013.

MENDES, C. L. O corpo em Foucault: superfície de disciplinamento e governo. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 39, n. [1], p. 167-181, abr. 2006.

MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. Metodologias de pesquisas ou sobre como fazemos nossas pesquisas. In: MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. A. (Org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza, 2014. p. 17-24.

MIRAGEM, F. F. **Vozes de professores acerca do ensino de matemática**: ênfase em funções nas provas do ENEM. 2013. 130 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de Matemática, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MIRANDA, J. **Avaliação de competências na educação básica**: um marco referencial para a prática. In: ANDRADE, R. (Org.). São Paulo: Moderna, 2011. p. 09-13. [Introdução da coletânea].

MÖLLMANN, I. **Gestão e avaliação em larga escala**: uma análise a partir da perspectiva de escolas privadas no Rio Grande do Sul. 2010. 144 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

MOREIRA, J. A.; JUNUÁRIO, S. Redes sociais e educação reflexões acerca do Facebook enquanto espaço de aprendizagem. In: PORTO, C.; SANTOS, E. (Org.). **Facebook e educação**: publicar, curtir, compartilhar. Campina Grande: EDUEPB, 2014. p. 67-84.

NUNES, L. B. **Ambientalização e Ensino médio**: um estudo das provas do novo Enem – 2009. 2011. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

OLIVEIRA, I. S. **Novo ENEM**: experiências de participação, sentidos e significados atribuídos pelos estudantes à política. 2013. 195 f. Dissertação (Mestre em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013.

PARAISO, M. A. Pesquisas pós-críticas em educação no Brasil: esboço de um mapa. **Cadernos de Pesquisa**, v.34, n.122, p. 283-303, 2004.

PARAÍSO, M. A. (Org.). **Pesquisas sobre currículos e culturas**: temas, embates, problemas e possibilidades. Curitiba: CRV, 2010.

PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

PINHEIRO, J. M. **Estudantes forjados nas arcadas do Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA)**: "novos talentos" da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP). Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2014.

PORTO, C.; SANTOS, E., Apresentação. In: PORTO, C.; SANTOS, E. (Org.). **Facebook e educação**: publicar, curtir, compartilhar. Campina Grande: EDUEPB, 2014. p. 15-23.

REVEL, J. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

ROSA, S. M. O. R. **Avaliação externa como estratégia de gestão dos processos educacionais**: uma análise de políticas municipais do Rio Grande do Sul. 2014. 222 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

SANTAIANA, R. S. **Educação Integral no Brasil**: a emergência do dispositivo de intersectorialidade. 2015. 190f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SANTOS, I. M.; KLAUS, V. O imperativo da inclusão e o sujeito empresário de si na contemporaneidade. **Pedagogía y Saberes**, n. 38, Universidad Pedagógica Nacional. Facultad de Educación. 2013, p. 31-40.

Facultad de Educación. 2013, pp. 31-40 SARAIVA, M. **ENEM e SEAP**: os possíveis significados da avaliação em comunidades escolares. 2015. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação de Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SERRA, D. S. **A contribuição da prova de matemática do ENEM para o ensino de probabilidade e estatística**. 2015. 192 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Matemática) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de Matemática, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SILVA, R. R. D. **Universitários S/A**: estudantes universitários nas tramas de vestibular/ZH. 2008. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

SILVA, R. R. D. **A constituição da docência no Ensino Médio no Brasil contemporâneo**: uma analítica de governo. 2011. 215 f. Tese (Doutorado em

Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

TRAVERSINI, C.; BELLO, S. E. L. O numerável, o mensurável e o auditável: estatística como tecnologia para governar. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, n. 34, n. 2, p. 135-52, maio/ago. 2009.

VALENTE, S. M. P. **Competências e habilidades: pilares do paradigma avaliativo emergente**. Texto integrante da Tese de Doutorado: Parâmetros Curriculares e Avaliação nas Perspectivas do Estado e da Escola, defendida na UNESP/Marília em 2002. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/competenciasehabilidades-textoformatado.html>>. Acesso em: 03 fev. 2016.

VEIGA-NETO, A. J. **A ordem das disciplinas**. 1996. 344 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

VEIGA-NETO, A. Na oficina de Foucault. In: GONDRA, J.; KOHAN, W. (Org.). **Foucault 80 anos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 79-91.

VEIGA-NETO, A.; LOPES, M. C. Inclusão e Governamentalidade. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 645-1272, 2007.

VEIGA-NETO, A. Crise da modernidade e inovações curriculares: da disciplina para o controle. **Sísifo: Revista de Ciências da Educação**, Lisboa, n. 7, p. 141-150, set./dez. 2008. [Volume não indicado].

VEIGA-NETO, A. Espaços, tempos e disciplinas: as crianças ainda devem ir à escola. **10º ENDIPE**, Rio de Janeiro, 31 de maio de 2000. Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta5.4.htm>. Acesso em: 10 nov. 2017.

VEIGA-NETO, A. **Foucault e educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

VEIGA-NETO, A. Apresentação de slides. “**Seminário Avançado Em defesa da sociedade 40 anos depois**”, ministrada no ano de 2016 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2016.

WANDERER, F. **Escola e matemática escolar**: mecanismos de regulação sobre sujeitos escolares de uma localidade rural de colonização alemã do Rio Grande do Sul. 228 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

WERLE, F. O. C. (Org.) **Avaliação em Larga Escala**: foco na escola. São Leopoldo: OIKOS; Brasília: Liber Livro, 2010.

WERLE, F. O. C. Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino. **Revista Ensaio**: avaliação e políticas públicas em educação. Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 769-792, out/dez. 2011.